

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Almunita dos Santos Ferreira Pereira

**Escutas e Memórias: narrativas de jovens negras egressas da
Fundação CASA no Estado de São Paulo**

Doutorado em Ciências Sociais

**São Paulo
2024**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Almunita dos Santos Ferreira Pereira

**Escutas e Memórias: narrativas de jovens negras egressas da
Fundação CASA no Estado de São Paulo**

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
como exigência parcial para a obtenção do Título
de DOUTORA em Ciências Sociais sob a
orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Alves
Oliveira

**São Paulo
2024**



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Recredenciada pela Portaria do MEC Nº622 de 17 de maio de 2012, DOU de 18/05/2012.

Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação

ATA DE DEFESA: TESE DE DOUTORADO DO(A) ALUNO(A)

Almunita dos Santos Ferreira Pereira

Ao(s) vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro realizou-se no ambiente semipresencial a sessão pública de defesa da(o) Tese intitulada "ESCUTAS E MEMÓRIAS: NARRATIVAS DE JOVENS NEGRAS EGRESSAS DA FUNDAÇÃO CASA NO ESTADO DE SÃO PAULO" apresentada pelo(a) aluno(a) Almunita dos Santos Ferreira Pereira, MESTRE EM EDUCAÇÃO: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SÃO PAULO - SP, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de "DOUTOR(A) EM Ciências Sociais - Área de Concentração - ANTROPOLOGIA", segundo encaminhamento do(a) PROF(A). DR(A). Francisco Cesar Pinto da Fonseca, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação. Os trabalhos foram instalados pelo(a) PROF(A). DR(A). Rita de Cassia Alves Oliveira, Presidente(a) da Banca Examinadora, que foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: Lucia Maria Machado Bogus, Doutor(a) em Arquitetura e Urbanismo pelo(a) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; Lucineia Rosa dos Santos, Doutor(a) em Direito pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; Osvaldo José da Silva, Doutor(a) em Ciências Sociais pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; Rivanil Rubens Nogueira; Rita de Cassia Alves Oliveira, Doutor(a) em Ciências Sociais pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, sendo o(a) Orientador(a) do(a) candidato(a). A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a(o) Tese, passou à arguição pública do candidato. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a(o) Tese.

Excepcionalmente esta defesa foi realizada na modalidade semipresencial

O(A) candidato(a) foi ☒ aprovado(a) () reprovado(a)

Proclamados os resultados pelo(a) PROF(A) DR(A) Rita de Cassia Alves Oliveira, Presidente(a) da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e a Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação lavrou a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e por essa Secretaria.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Prof(a) Dr(a) Lucia Maria Machado Bogus

Prof(a) Dr(a) Lucineia Rosa dos Santos

Prof(a) Dr(a) Osvaldo José da Silva

Prof(a) Dr(a) Rivanil Rubens Nogueira

Prof(a) Dr(a) Rita de Cassia Alves Oliveira

Presidente(a) da Banca Examinadora

Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação





PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Secretaria de Administração Escolar de Pós Graduação - Processamento de Dissertações e Teses

ADITAMENTO DE ATA

TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS Área de Concentração – ANTROPOLOGIA DA ALUNA “**ALMUNITA DOS SANTOS FERREIRA PEREIRA**”, EM FACE DE RETIFICAÇÃO NA ATA DE DEFESA NA **MODALIDADE** e **TITULAÇÃO** A SABER:

ONDE SE LÊ: “AMBIENTE SEMIPRESENCIAL”

LEIA-SE: “EDIFÍCIO REITOR BANDEIRA DE MELLO, À RUA MINISTRO DE GODOI, 969, NESTA CAPITAL”

ONDE SE LÊ: “Ciencias”

LEIA-SE: “Ciências”

ONDE SE LÊ: “RIVANIL RUBENS NOGUEIRA”

LEIA-SE: “RIVANIL RUBENS NOGUEIRA, DOUTOR (A) EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO”



São Paulo, 19 de Março 2024.

Esta investigação foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da PUC-SP, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 60292922.200005482.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 00003455876900042.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brazil, finance code 00003455876900042.



Guilherme Cardoso

AGRADECIMENTOS

Sem palavras, é assim que começo os meus agradecimentos.

A Deus pela vida, pela dignidade e pelas condições de continuar nessa empreitada de realizar um sonho que parecia distante. Foram muitos os percalços desde o início do Doutorado em Ciências Sociais e, com fé e conhecimentos fui vencendo os obstáculos que se tornaram desafios para conquistar o título de Doutora.

Aos meus Pais Maria da Conceição (Ceça) e José Valdevino (Zezinho) que me deram a vida, educação e muitos ensinamentos, e que partiram no decorrer do curso... (Os amarei para sempre!).

Ao meu filho, minha continuação e meu companheiro que me ensina cotidianamente a ser uma pessoa melhor. André Naum, muito obrigada por cuidar de mim e amo você infinitamente!!!

Aos meus seis irmãos Bertinho, Noêmia, Daniel, Diná, Júnior e Joselma por estarmos juntos nos fortalecendo como família em todos os momentos da vida.

Ao Amigo e irmão José Paulo Ramos por acreditar e estar junto de maneira significativa e singular.

À Amiga mais que especial Carla Figueira de Souza que contribuiu com sugestões, leituras e saberes que enriqueceram a minha caminhada. Minha gratidão!

Ao querido Rivanil Rubens Nogueira pela escuta e pelo ombro amigo, pela consideração, pelas contribuições teóricas e pela gentileza nos momentos difíceis.

Ao amigo Osvaldo José da Silva pela solidariedade, pelas conversas teoricamente construtivas, e por estar sempre muito solícito nos momentos desafiadores.

À amiga Gabriela Plaza que generosamente compartilhou a minha proposta de pesquisa e nesse ínterim conheci algumas jovens que tornaram-se participantes do estudo.

Aos colegas da Fundação CASA pelo apoio e ombro amigo durante a minha jornada de doutoramento.

Aos queridos amigos Mariana Santos, Camila Leoni, Alessandra, Camila Machion, Valdirene, Márcio Effgen, João Bertholini e Andrew que, no decorrer da caminhada, foram fortalecendo as amizades com seus saberes, observações e trocas produtivas. Cada um sabe o seu valor!

Às amigas Daniela Garcia e Izete Sá pela parceria cotidiana regada de desafios.

Ao querido artista gráfico Guilherme Cardoso por me presentear com as artes que traduzem as realidades trabalhadas no tema da minha pesquisa.

Às Professoras Doutoras Lucineia Rosa dos Santos e Joyce Alves dos Santos que participaram da Banca de Avaliação fazendo valiosas devolutivas ao meu material durante a minha qualificação.

À Professora Doutora Lúcia Maria Machado Bógus pelo incentivo e acolhimento durante a minha trajetória no Doutorado e, também, por aceitar o convite em participar da banca de defesa de tese.

À Professora Doutora Teresinha Bernardo pelas primeiras palavras e orientações no ingresso do Doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

À Professora Doutora Rita de Cássia Alves Oliveira pela orientação inicial e contribuição.

À Kátia pelo carinho e pela generosidade durante esta caminhada.

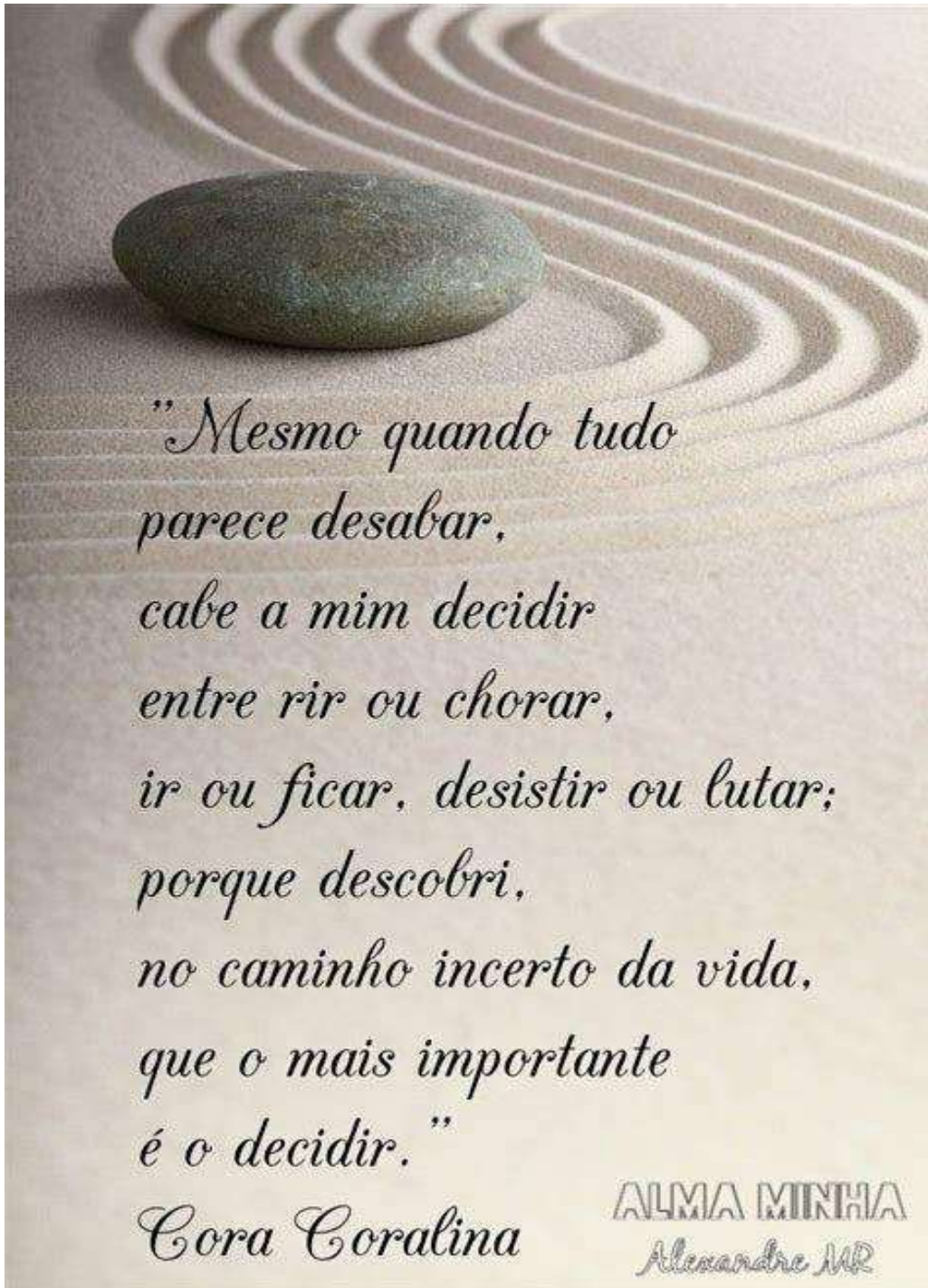
Aos Professores que estiveram comigo de um modo ou de outro, seja na orientação ou na docência das disciplinas.

Ao grupo de colegas que atuam nas Medidas Socioeducativas de Meio Aberto que gentilmente me sinalizaram o caminho das pedras para encontrar as jovens participantes da tese.

Às três protagonistas Beyoncé, Dandara e Zoe que me permitiram conhecer um pouco de suas vivências, compartilharam as suas narrativas e memórias que embasaram a escrita do meu trabalho de doutorado.

**À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo
financiamento do meu curso.**

EPÍGRAFE



Até aqui me ajudou o Senhor...

***Este estudo foi realizado por mãos negras: pesquisadora e protagonistas a partir de
escutas, memórias e sentimentos.***

*(Inspirada em Beatriz Nascimento – brasileira, negra, historiadora, poetisa, ativista
pela defesa dos direitos humanos da população negra, professora, escritora e roteirista.*

RESUMO

Esta tese de doutorado tem como objetivo compreender como a Fundação CASA executa o cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade, no que diz respeito ao gênero e à raça, levando em conta para esta análise as narrativas de três jovens egressas da instituição e que atualmente estão com maior idade civil. Para além disso, visa também conhecer a ressonância deste atendimento nas lembranças e memórias das protagonistas em relação ao período que estiveram internadas e, desta maneira, responder à seguinte questão: como as jovens negras egressas narram as suas vivências e seu cotidiano durante o período de privação de liberdade na Fundação CASA? Observou-se que, a partir das narrativas das jovens, emergiram três categorias de análises que serviram como referência para os capítulos da tese, como: medo e vergonha, tristeza e solidão e o cuidado de si. A pesquisa é de cunho qualitativo e o percurso metodológico tem como recurso a aplicação de entrevistas semiestruturadas que foram gravadas e transcritas, o estudo de campo, a etnografia, a revisão bibliográfica, publicações pertinentes ao tema na área das Ciências Sociais Aplicadas e os Documentos Oficiais das Diretrizes da Fundação CASA, o ECA e o SINASE. A tese está organizada da seguinte maneira: Introdução que discorre sobre a trajetória e experiências vivenciadas pela pesquisadora como servidora da instituição, tendo esta vivência como pano de fundo para situar a pesquisa. Disserta também sobre a metodologia utilizada; 1 – Breve Histórico: um recorte de gênero no Brasil a partir do Período Colonial até a contemporaneidade; 2 – O Universo Feminino na Fundação CASA; 3 – As Jovens e Eu: de dentro para fora; 4 – Terror: Medo e Vergonha; 5 – O Corpo e o Eu no espaço de contenção e Considerações Finais que apresentam as contribuições, relevância, sugestões para futuras pesquisas, bem como apontou a necessidade da individualização e humanização do atendimento na medida socioeducativa de internação. Neste estudo, está agregado o meu olhar enquanto mulher negra, pesquisadora e servidora da Fundação CASA. Espera-se que os resultados contribuam e possam impactar em políticas públicas que reconheçam as diferenças, as individualidades e os direitos das jovens negras, as quais geralmente ficam à margem das discussões e dos estudos no seguimento da socioeducação.

Palavras-chave: Fundação CASA; medida socioeducativa de internação; etnografia; jovens negras; narrativas; escuta; memória.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to understand how the CASA Foundation performs the fulfillment of the socio-educational measure of deprivation of liberty, with regard to gender and race, taking into account for this analysis the narratives of three young people who have passed through the institution and are currently with greater civil age. In addition, it also aims to know the resonance of this service in the memories and memories of the protagonists in relation to the period they were hospitalized and thus answer the following question: how young black women narrate their experiences and their daily life during the period of deprivation of freedom at the CASA Foundation? It was observed that, from the narratives of the young women, three categories of analysis emerged that served as a reference for the chapters of the thesis, such as: fear and shame, sadness and loneliness and self-care. The research is qualitative and the methodological approach is based on the application of semi-structured interviews that were recorded and transcribed, field study, ethnography, literature review, relevant publications in the area of Applied Social Sciences and the Official Documents of the CASA Foundation Guidelines, the ECA and SINASE. The thesis is organized as follows: Introduction that discusses the trajectory and experiences lived by the researcher as a servant of the institution, having this experience as a background to situate the research. He also discusses the methodology used; 1 - Brief History: a gender cut in Brazil from the Colonial Period to the contemporary; 2 - The Female Universe in the CASA Foundation; 3 - The Young and Me: from the inside out; 4 - Terror: Fear and Shame; 5 - The Body and Self in the space of containment and Final Considerations that present the contributions, relevance, suggestions for future research, as well as pointed out the need for individualization and humanization of care in the socio-educational measure of hospitalization. In this study, my gaze is added as a black woman, researcher and servant of the CASA Foundation. It is expected that the results will contribute and may impact on public policies that recognize the differences, individualities and rights of black youth, which are usually left out of discussions and studies in the follow-up to socio-education.

Keywords: CASA Foundation; socio-educational measure of detention; ethnography; young black woman; narratives; listening; memory.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Roda dos Expostos (1825 – 1961)	38
Imagem 2 – Crianças de colo, nascidas livres pela Lei de 1871 e vivendo em contexto escravista. Partida para colheita de café com carro de boi (detalhe), Vale do Paraíba	39
Imagem 3 – Reportagem do Jornal Brasil Jovem	43
Imagem 4 – Fundação CASA Ruth Pistori Feminina – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – São Paulo, SP, Brasil	60
Imagem 5 – Fundação CASA Feminina Anita Garibaldi	61
Imagem 6 – Fundação CASA Feminina Cerqueira César	63
Imagem 7 – Fundação CASA Feminina Chiquinha Gonzaga	64
Imagem 8 – Fundação CASA Bom Retiro	66
Imagem 9 – Sala da casa de Dandara com rosas pintadas na parede de seu quarto	93
Imagem 10 – Carta da Dandara	100
Imagem 11 – Itaim Paulista – Zona Leste de São Paulo – SP	102
Imagem 12 – Paraisópolis é a segunda maior comunidade da cidade de São Paulo	113
Imagem 13 – Unidade Feminina Fundação CASA	130
Imagem 14 – Interna na Unidade Feminina Fundação CASA Chiquinha Gonzaga	138
Imagem 15 – O Cabelo	151
Imagem 16 – Tranças Afro	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diretrizes Documentais da Fundação CASA	31
Quadro 2 – Legislação Vigente no Século XX	36
Quadro 3 – Demonstrativo de Jovens Femininas em Privação de Liberdade	53
Quadro 4 – Teses com Temática Feminina na Socioeducação (2012-2022)	68
Quadro 5 – Dissertações com Temática Feminina na Socioeducação (2011-2022)	73
Quadro 6 – Distribuição de Dissertações e Teses sobre Sistema Socioeducativo no Âmbito do Gênero Feminino por Áreas de Conhecimento (2011-2022)	84
Quadro 7 – Jovens contatadas para a realização da entrevista (2021-2022)	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pobreza na Infância e Adolescência	52
Gráfico 2 – Raça/Etnia do Adolescente do Sistema Socioeducativo/2017	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIO – Assessoria de Inteligência Organizacional

CAD – Comissão de Avaliação Disciplinar

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAIP – Centro de Atendimento Inicial e Provisório

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASEF – Centro de Atendimento Feminino do Rio Grande do Sul

CENSE-PACGC – Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa

CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEFET-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro

CENAM-SE – Centro de Atendimento ao Menor / Estado de Sergipe

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

COVID-19 – Doença do Coronavírus 2019

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSIFM – Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus/Amazonas

DECAP – Cadeia Pública de Pinheiros / São Paulo

DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas

DEIJ – Departamento de Execuções da Infância e Juventude

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FEDEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor

FUNDAÇÃO CASA – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM – International Business Machine

IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IFEDTPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

IVV – Índice de Vulnerabilidade-Vitimização

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

MMMR – Movimento dos Meninos e Adolescentes de Ruas

MPRJ – Ministério Público do Rio de Janeiro

MSE – Medidas Socioeducativas

MSEI – Medidas Socioeducativas de Internação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PUC-MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SAM – Serviço de Assistência a Menores

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEJC – Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UCB – Universidade Católica de Brasília

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFCE – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNB – Universidade de Brasília

UNEI – Unidade Educacional de Integração de Campo Grande / Mato Grosso do Sul

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAP-Universidade Católica de Pernambuco

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
Das Metodologias	29
CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO: UM RECORTE DE GÊNERO NO BRASIL A PARTIR DO PERÍODO COLONIAL ATÉ A CONTEMPORANEIDADE	35
1.1 A Criança e as Jovens no Brasil: tempos obscuros do Império	37
1.2 As Meninas Negras sob a “Égide” da Lei do Ventre Livre	38
1.3 As Meninas e as Jovens “Delinquentes” sob o Manto do Código de Menores	40
1.4 As Meninas e Jovens nas FUNABEMs e FEBEMs	43
1.5 As Jovens Negras sob a Lógica do Estatuto da Criança e do Adolescente como marco de proteção integral	45
CAPÍTULO 2 – O UNIVERSO FEMININO NA FUNDAÇÃO CASA	50
2.1 A Medida tem Cor	52
2.2 A Medida de Internação	53
2.3 A Ideia de Raça sobreviveu	54
2.4 O Olhar para as Jovens Negras	58
2.5 Os Centros Femininos da Fundação CASA em São Paulo	59
2.5.1 Centro Ruth Pistori	60
2.5.2 Centro Anita Garibaldi	61
2.5.3 Centro Cerqueira César	63
2.5.4 Centro Chiquinha Gonzaga	64
2.5.5 Centro Bom Retiro	66
2.6 O Estado da Arte: o que se publicou sobre o gênero feminino e as medidas socioeducativas no período de 2011 a 2022	67
CAPÍTULO 3 – AS JOVENS E EU: DE DENTRO PARA FORA	86
3.1 Percalços no Caminho	86
3.2 O Encontro com Dandara	93
3.3 O Encontro com Zoe	102
3.4 O Encontro com Beyoncé	112
CAPÍTULO 4 –TERROR: MEDO E VERGONHA	124
4.1 Medo e Vergonha	124

4.2 As Marcas do Medo	130
4.3 Sexualidade: sapataria e sanção disciplinar	133
4.4 Tristeza e Solidão	138
4.5 A Família de Dentro	142
4.6 A Casa de Pedra	144
4.7 A Solidão de Camila	145
CAPÍTULO 5 – O CORPO E O EU NO ESPAÇO DE CONTENÇÃO	147
5.1 O Cuidado de Si	147
5.2 O Corpo e o Cabelo	151
5.3 A Senhora das Trancinhas	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	164
ANEXOS	178
ANEXO A – ROTEIRO MEDIADOR DAS ENTREVISTAS	178
ANEXO B – MODELO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	179

INTRODUÇÃO

*O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.
O movimento vaivém nas águas-
lembranças dos meus marejados olhos
transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o
gosto.
Sou eternamente
náufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam
e nem me
imobilizam. Uma paixão profunda é a
boia que me emerge. Sei que o mistério
subsiste além das águas.
(Conceição Evaristo)*

O poema de Conceição Evaristo “Recordar é preciso” é por mim utilizado como pano de fundo para pensar as experiências que atravessam, não apenas meus pensamentos, mas os meus sentimentos. São memórias e lembranças que passam pelo coração e emocionam, que me fazem chorar, que me levam a sorrir, a sonhar, a me manter engajada na luta pelo reconhecimento das garantias de direitos das jovens “as ditas” em conflito com a lei.

No ano de 2002, ingressei como servidora pública com o cargo de Coordenadora Pedagógica na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, antiga FEBEM, atualmente Fundação CASA (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) que é uma entidade vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJC) e tem a missão primordial de aplicar Medidas Socioeducativas (MSE) de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012). Esta Fundação presta assistência a jovens de 12 a 21 anos incompletos em todo o Estado de São Paulo, executando Medidas Socioeducativas de privação de liberdade (internação) e semiliberdade, sendo essas medidas determinadas pelo Poder Judiciário e aplicadas de acordo com o ato infracional e a idade das jovens.

Iniciei esta trajetória em um período de reestruturação da antiga FEBEM, pois o Governo da época desativou o antigo complexo localizado na Rodovia dos Imigrantes, o qual se caracterizava como um complexo gigantesco que abrigava cerca de 1.200 jovens que cumpriam medida socioeducativa de internação. Era neste complexo que ocorriam as constantes rebeliões, resultando em mortes, uma vez que essas ações consideradas rebeldes se reproduziam devido às torturas e aos maus tratos anteriormente denunciados. Diante da desativação do Complexo Imigrantes, os internos foram realocados para os “Cadeiões” de: Santo André,

Pinheiros e Parelheiros. E foi na Cadeia Pública de Pinheiros (DECAP) conhecida como Cadeião de Pinheiros que a minha história na instituição começou.

Na instituição experienciei tempos difíceis, vivenciei de perto as grandes rebeliões, as torturas, as mortes, as destruições e os espetáculos televisivos da época, e sobreviver ao sistema FEBEM tornava-se um desafio diário pois, ao descer do ônibus, passar por muros e revistas, uma outra realidade me esperava: um mundo sombrio, cinza e cruel, construído por grades, seguranças e portões. Paredes escuras, pintadas com marcas do desespero, da malandragem e da solidão.

O desafio era enfrentar o medo de passar nos portões da FEBEM, ver os alambrados, as concertinas e os cães de guarda que ainda eram utilizados nas unidades de internação pela equipe de vigilância terceirizada. Para ter acesso aos internos era preciso chegar na gaiola e solicitar ao segurança para abrir os portões de ferro, atravessá-lo e chegar até o temido pátio. O pátio é a área mais aberta no sentido amplo do espaço, por isto é um local que geralmente condiciona maior número de adolescentes para a realização das atividades esportivas, recreativas e de lazer e se, de um lado, este espaço foi concebido para este fim, por outro lado, é um lugar temido, pois é no pátio que se evidenciam as ocorrências de motins, rebeliões e tentativas de fugas. Sendo assim, o pátio é o lugar onde os agentes de segurança ficam o tempo todo em alerta.

Enquanto coordenadora pedagógica, estava lá, na FEBEM, pelejando diante de uma Pedagogia do Controle, de uma socioeducação deficitária/inexistente em um sistema dominado pelo olhar institucional da segurança, digerindo um cálice amargo de não poder falar frente à situação vivida. Compactuo com a expressão de Monique Evelle (2015): *“Nunca fui tímida, fui silenciada”*.

Após alguns anos, fui transferida para atuar nas unidades da Medida Socioeducativa de Semiliberdade e, apesar de trabalhar na instituição há alguns anos, não conhecia a semiliberdade em sua totalidade. Acostumada com o cotidiano da Internação, foi impactante não encontrar muros altos, alambrados, concertinas ou cães de guarda nas unidades. Vivi uma outra experiência em ver adolescentes enquadrados na situação de estar em “conflito com a lei” usando suas próprias roupas e conversando em grupo. Era um quadro novo e atípico frente à realidade com a qual estava acostumada. O estado de alerta e vigilância, por alguns dias, acompanharam-me e somente se desfizeram com o passar do tempo.

Diante do desejo em me debruçar sobre a discussão da juventude e as medidas socioeducativas, em 2005, iniciei o curso de Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-

SP), apresentando em 2007 a minha dissertação intitulada *A Vida em Semiliberdade: um estudo com adolescentes em conflito com a lei*. Neste trabalho, contextualizei parte da trajetória enquanto coordenadora na FEBEM, o qual busquei compreender como era para o adolescente cumprir a semiliberdade, ora restrito, ora em liberdade. Neste mesmo ano, realizei uma seleção interna na referida instituição e, diante da aprovação, fui trabalhar no Centro de Pesquisa e Documentação da então extinta Escola de Formação e Capacitação da instituição. Após um período, recebi o convite para ser diretora em uma das unidades de medida de semiliberdade, onde permaneci por aproximadamente oito anos e, nesta função, era responsável por gerenciar o corpo funcional, fazer cumprir as diretrizes legais impostas e zelar para que os direitos dos adolescentes e as determinações judiciais fossem respeitadas. Porém, com o fechamento da unidade que geria, abracei o cargo de Supervisora Técnica, função em que tive a oportunidade de conhecer as unidades para o atendimento feminino na Fundação CASA.

No ano de 2019, ingressei como doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). No doutorado com ênfase na Antropologia, tive a oportunidade de aprofundar os conhecimentos e discussões sobre as juventudes, os gêneros e as questões étnico-raciais. Destaco que, ao participar como membro efetivo do grupo de pesquisa Memória e Relações Raciais/Observatório do Racismo – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), analisei criticamente o desenvolvimento da nossa investigação. Neste mesmo grupo, todas as ideias foram/são muito bem acolhidas, tanto que, no evento da inauguração do grupo de pesquisa, as jovens da Fundação CASA participaram como convidadas do evento.

Na função de supervisora técnica e coordenadora pedagógica, tive a oportunidade de estar com um expressivo número de jovens do gênero feminino e, em sua maioria, pretas e pardas, classificadas pelo Estado como infratoras da lei e por isto, retiradas do convívio social e familiar e que foram encaminhadas à Fundação CASA.

São jovens que estão na condição de sujeito de direitos no nível jurídico-institucional em desenvolvimento. Os artigos terceiro, quarto e quinto do ECA indicam a efetivação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, dispondo sobre a responsabilidade e a garantia de prioridades na efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Em complementação ao ECA, o SINASE ressalta:

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida da adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o

respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual). Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas (SINASE, 2006, p. 52).

Dessa forma, compreendemos que as ações socioeducativas devem possibilitar o desenvolvimento pessoal e social, fomentar e promover a participação na vida social, bem como respeitar os direitos dessa significativa parcela das adolescentes que se encontram privadas de liberdade na Fundação CASA, executando a medida socioeducativa embasada nos valores éticos e pedagógicos. Como já descrito anteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente considera adolescente, pessoas entre 12 anos e 18 anos de idade. Já o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, considera jovens as pessoas com idade entre 15 anos e 29 anos de idade.

Ao interpretar a categoria Juventude, em consonância com os estudos dos autores Peralva (1997), Dayrell (2003), Abramo (1994), entendemos que esta categoria na contemporaneidade se traduz em uma fundamentação sociológica que compreende juventude como uma construção sociocultural, diretamente atrelada às vivências, às experiências e às mudanças constantes que perpassam pela condição de gênero, raça, classe social e território.

Neste seguimento, as autoras Givanilda Santos, Maria Santos e Rosangela Borges (2005, p. 291) ao se referirem à “juventude negra” enfatizam que ser jovem negro não é o mesmo que ser um jovem branco no Brasil, e apontam que, para além dos aspectos socioeconômicos, é necessária uma abordagem que reconheça as diferenças no que se refere às questões de autopercepção, identidade, lazer, racismo, violência e valores na construção de uma sociedade.

Diante dessas reflexões, é importante ressaltar que a juventude da qual estamos falando neste estudo são jovens negras, provenientes de territórios precarizados, que experienciam as desigualdades sociais e são excluídas do mundo de consumo, estando expostas aos assédios do meio ilícito e às múltiplas violências: de gênero, policial, racial e institucional.

Desta maneira, esta pesquisa está diretamente atrelada, não apenas à minha experiência profissional, entretanto, mesmo não tendo experimentado a privação da liberdade, o que me atravessa é ser mulher negra e constatar o expressivo número de jovens negras em tal situação.

Portanto, a presente tese tem como objeto de investigação a Medida Socioeducativa de Internação fundamentada pelas narrativas e memórias das três jovens egressas da Fundação CASA no Estado de São Paulo.

De certo, tal compreensão se dará a partir das narrativas contadas por essas jovens com a intenção de tentar responder à seguinte questão: “Como as jovens negras egressas narram as

suas vivências e seu cotidiano durante o período de privação de liberdade na Fundação CASA?”

A análise será discutida à luz da Antropologia, uma vez que essas jovens acumulam sobre os seus corpos, as categorias de gênero e raça e que são desprovidas de proteção social, o que as tornam vulneráveis socialmente. Assim, buscamos identificar como estes marcadores se conectam com a privação de liberdade. Portanto, *Escutas e Memórias: narrativas de jovens negras egressas da Fundação CASA no Estado de São Paulo* é um estudo que, em síntese, coloca as jovens negras que cumpriram medida socioeducativa no centro da discussão, com o olhar para dentro e para fora dos muros institucionais, revelando as facetas de um submundo que se desvela e se retrata no oculto da sua perversidade. Submundo que será exposto e explicitado através das narrativas trazidas por elas. Esta pesquisa preconiza oferecer escuta a essas jovens, resgatando e registrando memórias que estão tecidas nas experiências cotidianas e constituídas por infinitas lembranças que são compostas de detalhes complexos e, para elas, difíceis de serem apagadas, ao mesmo tempo que se revelam como são sinistras as hostilidades da privação de liberdade.

A memória como elemento desse trabalho nos leva a navegar em águas por vezes turbulentas e confusas, mas como diz o poema de Conceição Evaristo (2011, p. 27): “navegar é preciso”. O resgate da memória possibilita revelar não somente a experiência traumática que as protagonistas da pesquisa vivenciaram quando privadas de liberdade, mas também permite evidenciar as teias de significados, possibilitando que a expressão das subjetividades possa ser revelada. Segundo Halbwachs (1990), cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e tal ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupamos, e este lugar muda segundo as relações que mantemos com outros meios.

Neste sentido, Pollak (1989) ressalta que a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas também é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, e em parte herdada. Sendo assim, em toda a memória pessoal há uma influência da memória coletiva, há um quadro de acontecimentos que, de acordo Halbwachs (1990) são lembrados, vivenciados e influenciados por todo o grupo ao qual pertencem, são memórias que surgem com sentimentos, emoções, percepções, fatos ocorridos ou imaginados, no espaço, no tempo e no lugar. As memórias das protagonistas deste estudo – Dandara, Zoe e Beyoncé – tecem como retalhos as suas histórias de vida e as acompanham como sonhos ou assombrações jamais esquecidas.

Compreendendo o potencial que as memórias possuem na reconfiguração de fazer eclodir determinados momentos, períodos ou experiências, por meio desta investigação, priorizamos a escuta a estas jovens, implicando na (re)constituição, nas interpretações e na

valorização das histórias que tecem fios de um momento sombrio de suas vidas, e ao mesmo tempo oportunizar que elas se narrem, protagonizem e contem sobre o seu passado e presente para que suas falas iluminem o olhar para além dos muros da Fundação CASA.

Discutindo a importância da memória, o sentido teórico que nos conduzirá são os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs (1990), destacando-se como essenciais para o esquema analítico da pesquisa. Os trabalhos de Halbwachs foram pioneiros, pois trouxeram ao estudo da memória o fator social, mostrando a existência de uma relação íntima entre o individual e o coletivo e que a relação da memória individual é construída socialmente, já que a tendência das pessoas é viver em grupos e se organizando em sociedade, criando laços de convivência, afinidades, memórias comuns, fortalecendo assim uma identidade coletiva e uma memória social:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Ao afirmar que a memória tem um caráter coletivo, ou seja: o indivíduo só é capaz de recordar na medida em que pertence a algum grupo social e que a memória coletiva é sempre uma memória de grupo, assim, um indivíduo isolado não desenha lembranças ou as sustenta por longo tempo, pois necessita do apoio dos testemunhos de outros para sustentar-se. Desta maneira, as memórias individuais se formam a partir da interação com o outro: sendo assim, pode-se dizer, em consonância com Halbwachs (1990), que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

A opção pela utilização das narrativas se deu pela liberdade e pelo aprofundamento para melhor compreensão do fenômeno estudado, ou seja: compreender por meio das memórias dessas jovens, valorizando suas subjetividades e experiências deixadas em suas vidas como marca de passagem pelo sistema de reclusão. O uso da memória foi utilizado como alternativa, permitindo a aproximação com as participantes, possibilitando a interação para que elas se narrassem e, assim, revisitassem fatos escondidos no imaginário que, por vezes, estão adormecidos ou escondidos na mente humana.

Nas entrevistas, segundo Minayo (1996), o roteiro é um instrumento que serve para orientar a comunicação entre a pesquisadora e as pesquisadas, bem como os dados a serem levantados. Para registrar as falas das protagonistas, valeu-me igualmente a anotação simultânea das entrevistas gravadas.

A busca e o contato com as jovens egressas aconteceram entre os meses de fevereiro e

setembro no ano de 2021. Já a realização das entrevistas ocorreu entre fevereiro e novembro de 2022, presencialmente, nas residências das entrevistadas, em restaurantes ou estabelecimentos em que se sentissem mais confortáveis para falar. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas.

A hipótese da tese se faz diante do cenário da população de jovens que cumprem Medidas Socioeducativas restritivas de liberdade no Estado de São Paulo. O gênero feminino tem um número significativo que abrange 4,8% do total de jovens e a categoria raça representa 63% das adolescentes atendidas que se declaram pretas e pardas, conforme dados do Portal da Transparência da Fundação CASA, sendo assim, esta pesquisa parte da hipótese:

- Um atendimento que prioriza as individualidades e peculiaridades das adolescentes negras favorece a humanização;
- A implementação efetiva de uma política institucional de gênero e raça assegura as Garantias de Direito dessas adolescentes;
- O atendimento socioeducativo utiliza as diretrizes institucionais como meio para qualificar o atendimento do público feminino nas categorias de gênero, raça e sexualidade.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a maneira como a Fundação CASA executa a medida socioeducativa de internação com relação ao gênero e à raça no atendimento, levando em conta as narrativas das protagonistas. Para além disso, visa também conhecer a ressonância deste atendimento nas lembranças e memórias das protagonistas em relação ao período que estiveram internadas na instituição.

Para tanto, analisamos as narrativas destas jovens egressas da Fundação CASA com o recorte dos últimos seis anos, intervalo de tempo em que as protagonistas estavam reclusas na instituição.

Com este propósito, adotamos os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar um breve histórico da legislação jurídica sob o gênero feminino desde o Brasil Colonial até a contemporaneidade;
- Conhecer as jovens negras egressas, a partir da etnografia e da pesquisa de campo;
- Analisar, a partir das narrativas das jovens egressas da Fundação CASA, as memórias resgatadas no período da internação;
- Identificar através das narrativas das jovens egressas o que a privação de liberdade suscitou em cada uma delas;
- Entender como as jovens negras se cuidam e se mantêm no espaço de contenção da Fundação CASA;
- Analisar criticamente os Documentos Oficiais da Fundação CASA no processo de execução das Medidas Socioeducativas de Internação.

Desta maneira, esperamos que os resultados desta pesquisa contribuam e possam

impactar em políticas públicas que reconheçam as diferenças, as individualidades e os direitos, bem como pensar em propostas que dialoguem e ouçam as necessidades e demandas do público feminino negro que cumpre medidas socioeducativas.

Assim sendo, compreendemos que o Estado, por consequência, tem o dever de buscar alternativas para prevenir a incidência e a participação da juventude na prática caracterizada como infracional, oferecendo-lhe oportunidade para que possa exercer o livre arbítrio e opte pelo reconhecimento como cidadã ao invés de puni-la como delinquente.

Das Metodologias

A metodologia empregada é de caráter qualitativo. Os autores Denzin e Lincoln (2006, p. 17) destacam que a pesquisa qualitativa pode ser definida como:

[...] uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Ainda, nesta mesma direção, Chizzotti (2003, p. 2) destaca que:

[a] pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, [...] multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles.

A Análise Documental como uma metodologia de investigação é utilizada na pesquisa qualitativa que adota determinados procedimentos técnicos e científicos com o intuito de examinar e compreender o teor de documentos dos mais variados tipos e, assim, obter as mais significativas informações e, até mesmo, evidenciar e revelar recorrentes objetivos de um determinado tema, conforme o problema de pesquisa estabelecido.

Diante da complexidade na execução da medida socioeducativa de internação e a garantia de direitos, conforme orientações do SINASE (2012), nos Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo, recomenda-se que a diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e a diversidade cultural devem ser norteadoras das práticas pedagógicas e deverão compor os fundamentos teórico-metodológicos do projeto pedagógico

dos programas de atendimento socioeducativo e, por isto, é necessário discutir, conceituar e desenvolver metodologias que promovam a inclusão desses temas, interligando-os às ações de promoção de saúde, educação, cultura, profissionalização e cidadania na execução das medidas socioeducativas, possibilitando práticas mais tolerantes e inclusivas (SINASE, 2012, p. 49).

Sendo assim, a Fundação CASA constitui instrumentais/cadernos que são elaborados de maneira coletiva, ou seja, com a participação das áreas envolvidas: administrativa, pedagógica, saúde, psicossocial, disciplina e segurança que devem ser utilizadas como diretrizes para o atendimento socioeducativo. Para garantir a representatividade destes documentos, o critério básico utilizado foi o período delimitado entre 2012 e 2022, período pós-promulgação do SINASE.

Os procedimentos metodológicos aqui adotados seguem os caminhos da análise documental, de caráter qualitativo e exploratório que consiste em identificar e apreciar esses documentos com a finalidade de aprofundar o conhecimento do que foi produzido e publicado online e impresso pelos órgãos públicos responsáveis. Assim, “o procedimento de coleta dos documentos envolveu fontes variadas, todas de caráter estatal, institucional, de acesso público e online” (NOGUEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 38) a partir do mapeamento dos principais documentos, as proposições e as orientações formais acerca das temáticas de gênero, raça e orientação sexual e que são adotadas no cotidiano das unidades de atendimento de medida socioeducativa de internação. Vale ressaltar que esta análise teve início no ano de 2021, com uma outra investigação, sobre as Práticas Pedagógicas na Medida Socioeducativa de Internação da Fundação CASA-SP.

De acordo com Antônio Carlos Gil (2002, p. 46):

A pesquisa documental, quando atrelada à dimensão histórica e à construção da memória de uma época, seja de um lugar, de um grupo social etc., possibilita a abordagem original do problema estudado, visando torná-lo mais explícito ou, ainda, analisá-lo em seus limites e ausências, registrando, a partir de dados empíricos, determinado momento histórico. Para este autor, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Logo, esta análise parte do pressuposto de que as pautas sobre gênero, eixo étnico-racial, sexualidade e as diversidades também deverão estar elencadas como eixos das práticas pedagógicas adotadas no cotidiano da instituição. Assim sendo, a partir do mapeamento dos principais documentos estatais, as proposições e as orientações formais, enquanto diretriz acerca destes temas, serão analisadas em sua abrangência e ressonância que, para garantir a representatividade dos documentos abordados, as fontes consultadas foram exploradas

aplicando-se como critério básico de seleção para o período delimitado (2012-2022).

Quadro 1 – Diretrizes Documentais da Fundação CASA

Caderno Bases de Apoio Técnico para Psicologia, Superintendência de Saúde e Gerência Psicossocial da Fundação CASA.	2012
Caderno Orientador para Construção de Relatório dos Adolescentes.	2016
Caderno Orientador de Nutrição. Superintendência de Saúde da Fundação CASA.	2016
Manual de Rotinas em Odontologia.	2016
Gerência de Governança da Educação: “Procedimentos para a Garantia de Acesso à Educação Básica aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Meio Fechado: orientações gerais aos servidores da SEE e da Fundação CASA”.	2017
Avaliação Diagnóstica em Educação Física. Gerência de Educação Física e Esporte da Fundação CASA.	2018
Caderno Conceitos, Diretrizes e Procedimentos. Superintendência de Segurança e Disciplina da Fundação CASA.	2020
Cartilha de Prevenção ao Suicídio da Fundação CASA.	2020
Manual de Rotinas e Procedimentos de Enfermagem, Superintendência de Saúde e Gerência de Saúde da Fundação CASA.	2020
Regimento Interno da Fundação CASA.	2020
Caderno Universo Feminino da Fundação CASA.	2020
Orientações para Atendimento de Emergências em Saúde da Fundação CASA.	2021
Caderno Técnico de Supervisão da Fundação CASA.	2021
Caderno de Semiliberdade da Fundação CASA.	2022
Cartilha de Orientações Gerais para Atenção a Adolescência LGBTQIA+ em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Âmbito da Fundação CASA.	2022
Caderno Técnico/Superintendência Pedagógica: Conceitos, Diretrizes e Procedimentos. Superintendência Pedagógica da Fundação CASA.	2022

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2023.

Considerando que as Diretrizes da Fundação CASA colocam como eixos: o gênero, a raça e a orientação sexual como fundamentais para a execução das medidas socioeducativas, após as leituras desses instrumentos, constatamos que estes temas são abordados apenas nos seguintes Cadernos destacados acima e sinalizados abaixo:

- Caderno Base de Apoio Técnico para Psicologia, Superintendência de Saúde e Gerência Psicossocial da Fundação CASA;

- Caderno Orientador para Construção de Relatório dos Adolescentes;
- Regimento Interno da Fundação CASA;
- Caderno Universo Feminino na Fundação CASA;
- Cartilha de Orientações Gerais para Atenção à Adolescência LGBTQIA+ em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Âmbito da Fundação CASA.

As jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação possuem os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), como qualquer outra adolescente brasileira que são: proteção, educação formal, assistência médica, práticas culturais e esportivas etc. que garantam o bem-estar, a segurança e o pleno desenvolvimento intelectual, físico, moral e cidadão.

A investigação apoia-se em várias estratégias, vários instrumentos e processos de coletas de dados como: o caderno de campo, a pesquisa etnográfica, as entrevistas semi-estruturadas com as protagonistas, a análise de dados institucionais públicos e a pesquisa bibliográfica e documental.

A etnografia baseia-se nos estudos de Geertz (1989, p. 20):

A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos [...].

Os autores Eckert e Rocha (2008), no artigo “Etnografia: saberes e práticas” ressaltam que o método etnográfico se diferencia por meio da forma de produzir conhecimento em Antropologia e no campo das Ciências Humanas em que as técnicas e os procedimentos para a coleta de dados estão associados a uma prática de trabalho e da interação mais ou menos prolongada entre pesquisador e pesquisado evidenciando que:

A prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente as técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não- diretivas, etc. (ECKERT; ROCHA, 2008, p. 1).

A etnografia foi realizada entre os anos de 2021 a 2022, e na dinâmica dos percalços para encontrar as jovens negras egressas da Fundação CASA. No final do ano de 2021, ainda sob influência dos resquícios da pandemia de COVID-19 investimos nas visitas em postos de

atendimentos de MSE, CRAS, CREAS e de outras instituições que realizam atendimento em diferentes regiões do Estado com o objetivo de alargar a parceria com os profissionais, o que talvez possibilitasse a indicação das participantes.

O primeiro capítulo intitulado “Breve Histórico: um recorte de gênero no Brasil a partir do Período Colonial até a contemporaneidade” tem como objetivo revisitar o histórico da Mulher Negra no Brasil, país que foi colonizado por mais de trezentos anos, com o intuito de reconhecer os pilares do racismo, das desigualdades, dos preconceitos e do sexismo que estruturam o Sistema de Justiça Brasileiro. A partir dos seguintes subtítulos – “A Criança e as Jovens no Brasil: tempos obscuros do império”; “As Meninas Negras sob a “Ègide” da Lei do Ventre Livre”; “As Meninas e as Jovens “Delinquentes” sob o Manto do Código de Menores”; “As Meninas e Jovens nas FUNABEMs e FEBEMs”; “As Jovens Negras sob a Lógica do Estatuto da Criança e do Adolescente como marco de Proteção Integral.

O segundo capítulo, “O Universo Feminino na Fundação CASA”, A Medida tem Cor, A Medida de Internação, A Ideia de Raça sobreviveu, O Olhar para as Jovens Negras, Os Centros Femininos da Fundação CASA em São Paulo, Centro Ruth Pistori, Centro Anita Garibaldi, Centro Cerqueira César, Centro Chiquinha Gonzaga, Centro Bom Retiro e o Estado da Arte: o que se publicou sobre o gênero feminino e as medidas socioeducativas no período de 2011 a 2022” está contextualizado basicamente sobre a questão da raça, do gênero e da privação liberdade nos Centros de Atendimento da Fundação CASA.

No terceiro capítulo intitulado, “As Jovens e Eu: de dentro para fora”, está contextualizado na etnografia destacando os caminhos que tivemos que percorrer para encontrar as protagonistas da pesquisa. Os espaços de encontros sempre diferentes, porém com narrativas de vida que se entrecruzam na trajetória de experienciar os momentos de privação de liberdade vividos na Fundação CASA.

No quarto capítulo, “Terror: vergonha e medo”, os sentimentos de terror, medo, e vergonha foram selecionados como categorias de análise emergentes e núcleos de sentidos importantes, pois ao interpretar as narrativas das protagonistas – Dandara, Zoe e Beyoncé –, percebemos como as memórias se organizam embasadas por estes sentimentos. Será um diálogo com o ECA, o SINASE com os cadernos: Caderno Orientador para Construção de Relatório dos Adolescentes; Cadernos Bases de Apoio Técnico para Psicologia na Fundação CASA; Regimento Interno da Fundação CASA; Cartilha de Orientações Gerais para Atenção à Adolescência LGBTQIA+ em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Âmbito da Fundação CASA, ECA (1990) e SINASE (2012). Estes documentos perpassam as análises e discussões das categorias elencadas.

No quinto capítulo, “O Corpo e o Eu no espaço de contenção”, a estética como corporeidade da mulher negra, mostrada primariamente pelo fenótipo, é perpassada por diversas representações sociais que naturalizam e atribuem conceitos e estereótipos racistas e machistas. Como bonito, apazível e desejado está o outro como ideal de branquitude: “o negro é o outro do belo” (SOUZA, 1983, p. 29).

Nas considerações finais, estão inseridas as principais contribuições deste trabalho e algumas inquietações advindas do processo de análise documental, dos dados coletados em campo e durante a realização das entrevistas com as três protagonistas.

Vale salientar que este estudo não se propõe a responder às inúmeras questões relacionadas às jovens negras que se encontram em cumprimento das Medidas Socioeducativas de Internação na Fundação CASA, tal temática, por sua complexidade, é um campo de múltiplos estudos que pode abarcar uma variedade de contribuições teóricas e epistemológicas.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRICO: UM RECORTE DE GÊNERO NO BRASIL A PARTIR DO PERÍODO COLONIAL ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

Ao pesquisarmos a respeito das jovens negras no sistema socioeducativo da Fundação CASA, é fundamental revisitarmos o histórico da mulher negra no Brasil, país que foi colonizado por mais de trezentos anos, para reconhecer os pilares do racismo, das desigualdades, dos preconceitos e do sexismo que estruturam o Sistema de Justiça Brasileiro. A intencionalidade de protagonizar as adolescentes neste estudo parte da justificativa de colocar em tela, o problema histórico de atendimento às crianças e às adolescentes negras no processo de institucionalização.

A historiografia brasileira, a partir de vários estudos e pesquisas, vem se dedicando a problematizar e debater as diferentes maneiras sobre o modo que os governos gerenciam o tratamento dos chamados “menores”, destacando que, nesse processo, as políticas de criminalização e as legislações inviabilizaram a condição da mulher, da diferença de gênero e do feminino. Por isso, essa pesquisa se volta para aquelas que, ao serem atendidas como “menores”, tinham (ou ainda têm) negadas suas condições de “jovens/mulheres negras e pobres”.

A política de atendimento à criança e ao adolescente apresenta um longo histórico, trajeto percorrido nos aspectos socioculturais, educacionais, políticos, jurídicos e econômicos do Brasil. Sendo assim, faz-se necessário contextualizar essa história a fim de ampliar o entendimento em relação ao atendimento da criança e do adolescente. Ou seja: é preciso recorrer ao passado para entender o presente, pois quando analisamos a situação das crianças e das adolescentes negras e pobres no Brasil, constatamos o peso da herança deixada pelo período colonial de um sistema escravista, tempos de desvalorização, exploração, negação e depreciação, principalmente, daquelas consideradas menores.

Conforme enfatiza Schweikert (2020):

O chamado “menorismo” – conceito largamente utilizado durante a vigência da Doutrina da Situação Irregular, inaugurada pelo Código Mello Mattos de 1927, e que vigeu até os últimos anos do Código de Menores de 1979 – era pautado no binômio carência/delinquência e possuía viés seletivo e discriminatório contra as famílias pobres, autorizando ampla intervenção social em seu seio, precipuamente com o objetivo de separar as crianças e os jovens dos “perigos de contágio moral” a que estavam submetidos, já que, por influência das teorias higienistas da época, a etiologia do crime era reduzida essencialmente às características das classes desfavorecidas (2020, p. 14).

Cabe salientarmos que as autoridades da época buscavam estabelecer formas de zelar pela ordem social instituindo mecanismos de controle moral que possibilitassem incutir valores atrelados ao trabalho, além de propagados como prevenção à ociosidade e à criminalidade. Deste modo, Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004, p. 25) destacam que “o modelo adotado em várias províncias foi a criação de escolas/casas de trabalho, onde crianças pobres receberam instrução primária e formação para um ofício”. Tais ofícios eram destinados, também, às jovens negras e pobres, sendo de cunho puramente de subserviência e realização de trabalhos domésticos exaustivos que não lhes permitiam alcançar uma melhor condição social, tendo em vista que esses ofícios perpetuavam a condição subalterna advinda desde o período da colonização.

De certo, observamos que a população infantojuvenil brasileira tem sido assistida por três legislações ao longo do século XX (Quadro 2).

Quadro 2 – Legislação vigente no século XX

Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.	Consolida as Leis de Assistência e Proteção a Menores. Revogado pela Lei nº 6.697/1979.
Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.	Institui o Código de Menores. Revogada pela Lei nº 8.069/1990.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Desta maneira, cada uma destas legislações fora gerenciada sob a ótica e as perspectivas de doutrinas jurídicas na tentativa de minimizar os problemas de conduta apresentados por essa parcela da população em seus devidos momentos históricos, conforme o entendimento dos governantes da época.

1.1 A Criança e as Jovens no Brasil: tempos obscuros do Império

Nosso ponto de partida é o ano de 1500 com a chegada dos portugueses no Brasil. Assim, inicia-se o processo de colonização, cuja principal intenção é de povoamento da terra com fins predominantemente mercantilistas, sendo então, as terras brasileiras consideradas as mais importantes para a colônia portuguesa, cujo papel era o de abastecer a pátria-mãe com as riquezas naturais encontradas e exploradas nesse território, utilizando como mão de obra forçada os escravizados traficados do continente africano.

Em conformidade com os estudos realizados por Ramos (1999, p. 19), o Brasil, independentemente de ter sido supostamente “descoberto” no ano de 1500, só passou a ser colonizado e visibilizado pelos portugueses a partir de 1530 e, desde o princípio, contou com a especial presença das crianças, melhor dizendo, os chamados grumetes e pajens advindos das embarcações portuguesas como verdadeiros trabalhadores.

Como destaca Custódio (2007, p. 17),

“os grumetes eram crianças que realizavam as tarefas mais perigosas e penosas, sendo submetidos a diversos castigos, bem como aos abusos sexuais de marujos, além da péssima alimentação que lhes era imposta e dos riscos percorridos em alto mar”.

Nesta mesma direção, a historiadora Irene Rizzini (2009, p. 19) enfatiza que, desde o processo da colonização portuguesa, as crianças já eram alvos da intervenção estatal em que os jesuítas, por meio do processo de catequização indígena, tinham como objetivo tirá-las do paganismo e discipliná-las. Esse processo de Educação consistia no apagamento, na invisibilização, na negação de sua cultura originária por um cristianismo abusivo, forçado e cruel.

A socióloga Givanilda Santos (2008) também afirma que, desde o período colonial, as crianças e os adolescentes conheceram a violência a partir da colonização portuguesa, quando a Igreja, por meio da ação dos jesuítas, impunha a evangelização e, desta forma cruel, provocava a perda e a anulação de sua identidade:

A simbologia negativa do “abandono” das crianças vem desde a Época Colonial, quando, em 1521, as câmaras municipais e as casas de misericórdia recolhiam os órfãos abandonados no sistema de “roda” das casas de misericórdia: cilindro giratório localizado na parede dessas instituições, onde as pessoas abandonavam as crianças chamadas ilegítimas. Assim, surgiram as casas de assistência ou de orfandade. Embora não seja o momento para uma análise das relações de gênero na colônia, cabe lembrar que as crianças denominadas ilegítimas eram fruto do estupro, em sua maioria, de mulheres indígenas e negras (SANTOS, 2008, p. 15).

Devido ao alto número de crianças mortas no ato do abandono, foi criado o sistema de Roda dos Expostos que consistia em uma caixa dupla com formato cilíndrico oco que era instalada, geralmente, nas Santas Casas, nas quais as famílias podiam colocar o bebê nesse dispositivo, girá-lo e tocar uma campainha para avisar a presença da criança, sendo a identidade do familiar preservada. Dentro da edificação, a criança era recolhida, cuidada e criada até se fazer independente.

Imagem 1 – Roda dos Expostos (1825 – 1961)



Fonte: Santa Casa de Misericórdia de São Paulo - Acesso em: 08/02/2023.

Na Europa, a Roda dos Expostos durou até meados do século XIX e no Brasil, até meados do século XX.

1.2 As Meninas Negras sob a “Égide” da Lei do Ventre Livre

No início do processo das ações de colonização portuguesa, as crianças já eram alvo da intervenção estatal. A primeira lei brasileira para proteção à infância foi a Lei de nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como “Lei do Ventre Livre” e assinada pela Princesa Isabel.

De acordo com essa lei, eram considerados livres todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir de então. A socióloga Irma Rizzini (2009) aponta que, para os escravocratas, era financeiramente mais fácil importar um escravo adulto do que criar uma criança, pois a taxa de mortalidade era alta devido às más condições de vida a que eram submetidas.

No entanto, mesmo depois da referida lei, a criança negra ainda estava nas mãos dos senhores. Estes tinham a opção de mantê-la até os quatorze anos de idade, podendo então,

ressarcir-se dos seus gastos com ela mediante seu trabalho gratuito até os 21 de idade, entregando-a ao Estado “mediante indenização” (Irma RIZZINI, 2009, p. 29).

Ainda assim, após setembro de 1871, as crianças alforriadas pela Lei do Ventre Livre continuaram a viver nas senzalas, nas lavouras junto aos seus familiares cativos, e saíam para o trabalho na lavoura ou na rua como escravas de ganho, em uma jornada exaustiva de doze a quatorze horas contínuas, bem como os pequeninos que continuavam nas fazendas e os bebês amarrados às costas de suas mães como acontecia antes da lei. Destacamos ainda que a lei, aplicada durante um período de escravização, não considerava a criança e nem a jovem negra como sujeitos de direitos, igualdade de condições e valores, razão pela qual não foram beneficiadas ou incluídas pelo Estado em nenhuma política pública de reparação ou inclusão social, tornando livre o filho da escravizada, mas não igualando-os às demais crianças de famílias brancas e com melhor poder econômico, por isso, esta lei teve um efeito pouco significativo, na medida em que as colocou apenas na condição de filhas de escravizadas que, juntamente às órfãs, às filhas das classes pobres que provinham dos escravizados alforriados, e ora libertos vieram compor a classe das “menores desvalidas”.

Assim sendo, podemos perceber que a Lei do Ventre Livre não alcançou como deveria as crianças negras nascidas após a sua promulgação. Estas mesmas crianças permaneceram com os senhores escravizadores e, muitas delas, não chegaram a completar os vinte e um anos de idade para serem enfim libertas pela Lei Áurea (Irma RIZZINI, 2009).

Imagem 2 – Crianças de colo, nascidas livres pela Lei de 1871 e vivendo em contexto escravista. Partida para colheita de café com carro de boi (detalhe), Vale do Paraíba



Fonte: Ferrez, 1885.

Ao discutirmos a questão das meninas e das jovens negras, pobres e órfãs, as quais eram classificadas como desvalidas que recebiam a educação das instituições de ensino com o

objetivo de torná-las “boas mães e donas do lar”, aptas a educarem os filhos das famílias brancas ao receberem uma educação moralizante que estava de acordo com os ideais das elites dominantes. Deste modo, Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004, p. 25) destacam que “o modelo adotado em várias províncias foi a criação de escolas/casas de trabalho, onde crianças pobres receberam instrução primária e formação para um ofício”. Tais ofícios não elevavam a condição social dessas crianças e jovens, pois suas modalidades eram meramente a de perpetuar o processo de subserviência.

Por conseguinte, Irene Rizzini (2004) ressalta que:

As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, [...] voltados para a proteção e educação de órfãs pobres. [...]. Indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia garantir no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher: um bom casamento, através de uma educação condigna e do dote (Irene RIZZINI, 2004, p. 24).

Sendo assim, as meninas e as jovens desvalidas estavam sujeitas ao projeto de construção de uma instrução pública segmentada que servia para a manutenção das hierarquias sociais e, com o fim de proporcionar a criação de uma mão de obra nacional qualificada para manter esta classe em um lugar de servidão, tendo em vista que esses ofícios perpetuavam a condição subalterna advinda desde a época da colonização. Como negras, pobres e desvalidas, por vezes, coube à assistência particular de senhores e ex-senhores lhes prover os cuidados, significando, para muitas dessas meninas, a permanência e a convivência com seus algozes.

1.3 As Meninas e as Jovens “Delinquentes” sob o Manto do Código de Menores

A preocupação do Estado com o gerenciamento da infância e da juventude considerada perigosa, desvalida e pervertida teve início no Brasil no final do século XIX e início do XX, protagonizada por médicos e juristas que indicavam a necessidade da criação de um aparato institucional voltado a esta parcela da sociedade.

Por esta razão, foi criado e promulgado o Código de Menores, em 12 de outubro de 1927 (Decreto nº 17.943-A/1927), que consolidava as leis de assistência e proteção a menores. O decreto possuía como “objetivo e fim da lei” recuperar os menores, assim como regular medidas de assistência e proteção que tratava os abandonados ou delinquentes, entre os quais, os classificados como: expostos, mendigos, vadios, viciosos e libertinos. Em nível jurídico, essa legislação federal representou uma separação no próprio segmento da infância, uma vez que não contemplava todas as crianças, mas uma parcela destas consideradas abandonadas ou delinquentes e denominadas “menores” (Irene RIZZINI, 2000, p. 40).

A socióloga Givanilda Santos (2008) traz o olhar de quem foi jovem há algum tempo e, traçando a trajetória da juventude negra, convida-nos a rever a história desde o período pós-colonial e nos mostra que, desde a época do império brasileiro, foram organizadas leis penais cujo alvo era punir os chamados “menores” e pontua que:

Os decretos, leis e códigos foram definidos a partir da visão de mundo apenas de juízes, com um olhar preconceituoso diante da pobreza e da cultura negra, principalmente acerca do biótipo de ascendência africana. Surge, assim, a ideia de que negro é suspeito. Consolida-se, também, a noção de assistência e controle das crianças e adolescentes como um novo mecanismo de intervenção sobre a população. A partir deste momento, a palavra "menor" passa a simbolizar a infância pobre e negra como algo potencialmente perigoso; não se fazendo qualquer distinção entre a situação de abandono e a de infração (SANTOS, 2008, p. 6).

Tendo em vista esses aspectos, Passetti (1994, p. 49) destaca que o Código de Menores procurava não só regulamentar o trabalho de crianças e adolescentes, mas também definir a emergência do menor perigoso como decorrente da situação de pobreza e reviu essa perspectiva a partir da concepção de “situação irregular” que era retirar a criança e o adolescente da situação em que se encontravam de carência ou delinquência, limitando os seus direitos, de maneira que eram afastados do convívio familiar. Era uma proteção que violava os direitos da criança e do adolescente, tendo um propósito que se entendia muito maior que o interesse do principal envolvido como a origem do delinquente.

Para as demais crianças e adolescentes, havia o Código Civil que fora promulgado em 1º de janeiro de 1916 e legislava sobre “os direitos e obrigações de ordem privada, concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações”. Os abandonados, segundo o Código de Menores eram aquelas crianças que dentre outras características:

Não [...] [tinham] habitação certa, nem meios de subsistência [...] que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir seus deveres para com o filho ou pupilo ou protegido [...] que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; [...] que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; [...] vítimas de maus tratos físicos habituais ou castigos imoderados (BRASIL, 1927).

O Código de Menores passou por um processo de intervenção do Estado, quando a infância foi vista sob uma óptica que a desqualificava como um risco social que perpassava pelas influências tanto do espaço em que se vivia como da herdada dos pais. Tais fatores contribuíram para que as meninas e as jovens fossem identificadas como delinquentes.

Nesse contexto, a menina deveria, assim, ser controlada e salva em razão de “uma

multiplicidade de fatores era apontada como produtores de candidatos ao crime desde a infância: raça, clima, tendências hereditárias, condições de vida familiar e social, ociosidade, vícios e até uma trama retrincada de inclinações inspiradas na obra de Lombroso” (Irene RIZZINI, 2009, p. 126).

Na concepção de Irene Rizzini (2011), teoricamente, esta nova legislação que vinha do Império também abolia a ideia de punição à menina infratora. No lugar da punição, a Justiça deveria ser "pedagógica, tutelar e recuperadora”. Vale ressaltar que o Código de Menores de 1927 esteve voltado particularmente para as famílias negras, pobres e para as desvalidas, e assim, enveredou-se para a área social e assistencialista, ultrapassando as fronteiras do jurídico para os infantojuvenis. Sua promulgação foi considerada uma conquista para os esforços de quase 20 anos de debates sobre os problemas da infância e da adolescência (Irene RIZZINI, 2011, p. 105).

Em primeiro plano, o Código de Menores (1927) destaca que no:

Art. 202. as menores do sexo feminino serão ensinadas os seguintes ofícios: costura e trabalhos de agulha; lavagem de roupa; engomagem; cozinha; manufatura de chapéus; datilografia; jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves.

Os autores Teixeira, Salla e Jorge (2021, p. 8) evidenciam no estudo: “Mulheres e Práticas Punitivas: entre tentativas de apagamento histórico e modos de resistência [...]” que são constantes as buscas pela inserção das jovens na vida doméstica como paradigma do lugar social da mulher naquela determinada época. Constatamos que a colocação das meninas em trabalhos domésticos “sob soldada” que objetivava pagar pelo serviço, mediante um termo de responsabilidade assinado pelo contratante, sendo feito um depósito de 50% para sua conta bancária administrada pelo Serviço Social de Menores e outros 50% pagos, em tese, diretamente a elas.

Os serviços eram realizados em casas de família, com grande frequência e, mesmo quando se tornavam fracassadas tais experiências, era comum a insistência em mantê-las nesse trabalho, não sendo raras as vezes em que elas fugiam das casas, revoltavam-se contra seus patrões, enveredavam-se no mundo das infrações e da prostituição. Esse cenário não se reverteu por muito tempo, permanecendo o padrão de tratamento precário e subalterno no qual elas eram submetidas, sendo baixo o interesse político da época em oferecer escolarização e diversificação da formação profissional que não estivesse voltada para o ambiente doméstico.

Observamos desta maneira que o Código de Menores também serviu para perpetuar o lugar de subalternidade em que as meninas e jovens pobres e negras já haviam sido

historicamente empurradas durante séculos sob o manto da colonização, adolescentes estas que carregavam (e ainda carregam), em seus corpos, intersecções visíveis, marcas da escravização, dos trabalhos e dos espaços que as delimitam e as diferenciam por serem pobres, mulheres e por serem negras, em uma sociedade que ainda é regida sob a ótica eurocêntrica e colonial.

1.4 As Meninas e Jovens nas FUNABEMs e FEBEMs

Imagem 3 – Reportagem do Jornal Brasil Jovem



Fonte: Fotografia do Jornal Brasil Jovem, ano IX, n. 36, 3º quadrimestre de 1976, p. 02-03. Reproduzido em: 13º Mundo Mulheres & Fazendo Gênero 11, 2017.

Constatamos que a Lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964, autoriza ao poder executivo a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores (SAM), e dá outras providências que institui, no Brasil, a FUNABEM visando desenvolver uma política de institucionalização do menor abandonado ou carente e, principalmente, do infrator.

A Lei 4.513/1964 traz seu objetivo no artigo 5º que é: “formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executam essa política.” As diretrizes para a política nacional são trazidas no artigo 6º da mesma lei:

I - Assegurar prioridade aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos;

II - Incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aprimoradas das que informam a vida familiar, e, bem assim, a adaptação, a esse objetivo, das entidades existentes de modo que somente do

menor à falta de instituições desse tipo ou por determinação judicial. Nenhum internacional se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho Nacional;

III - Respeitar no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades.

A FUNABEM deu origem às FEBEMs estaduais que mantinham seus fundamentos embasados na Política da Segurança Nacional e se caracterizavam como estratégia social daquele período que, no caso, buscava “o controle da pobreza: as famílias pobres e seus filhos, todos em situação irregular, pois havia uma indiferenciação entre crianças e adolescentes em situação de abandono material ou moral e infratores.” (TEIXEIRA, 2005, p. 2). Conforme a mesma autora, os discursos da época substituem as determinações sociais, econômicas e políticas na produção do fenômeno pelas questões da organização e desorganização familiar, religião dos genitores, diferentes padrões de comportamento que foram influenciados sobre um modo de ver os pobres como desprovidos e desqualificados. Diante deste cenário, podemos compreender como foram realizadas a seletividade dos grupos minoritários que deveriam ser encaminhados aos espaços de privação de liberdade, como também perceber que a população negra e pobre que já carregava o fardo de uma suposta alforria, continuava condenada às masmorras das instituições.

Destacamos, aqui, os estudos do historiador Humberto Miranda titulado “Nos Tempos das FEBEMs” em que demonstram que a preocupação com o atendimento especializado às adolescentes em situação de conflito com a lei, e que eram encaminhadas para as unidades de internação, só passou a ser discutida, de forma mais contundente, na FUNABEM, a partir do final dos anos de 1970, e com mais intensidade nos anos de 1980. Haja vista as mobilizações sociais ocorridas no cenário da redemocratização política do país, neste período em foco. Até então, as meninas foram esquecidas em suas especificidades sob a ótica das leis, sendo apenas atendidas em espaços diferentes dos meninos, mas não existindo uma política de atendimento que respeitasse as especificidades da sua condição e quando atentaram para tal, reproduziam a lógica patriarcal da educação feminina voltada para o universo doméstico (MIRANDA, 2014). A história nos mostra que as instituições criadas para abrigar e reeducar as meninas tiveram seu funcionamento, embasado pelo jugo da repressão, da punição e da subalternidade, pois a legislação criada com o Código de Menores que tinha como fim de garantir proteção à criança e ao adolescente foi ineficaz aos fins para os quais se destinou, ou seja, de reeducar as meninas identificadas como infratoras, acolhê-las, minimizar o abandono, a criminalidade e oportunizar

a participação social.

1.5 As Jovens Negras sob a Lógica do Estatuto da Criança e do Adolescente como marco de Proteção Integral

A história do ECA começa no período Pré-Constituinte, com a formação das comissões tanto nacional quanto estaduais. Sobre o trabalho dessa comissão, no período Pré-Constituinte, de 1987 até meados de 1988, fez-se com que os direitos da criança e do adolescente fossem para o Artigo 5º da Constituição. A proposta partiu de entidades sociais, como o Movimento dos Meninos e Adolescentes de Ruas (MMMMR), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que integraram a comissão nacional sobre o tema. Foi uma grande inovação (após os anos de ditadura), pois a proposta surge a partir dos movimentos que viviam o cotidiano da criança e do adolescente e sentiam a necessidade de ter uma proteção integral a eles.

Aprovado no Congresso Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que trabalham em defesa da ideia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e à proteção. O ECA foi publicado sobre a Lei Federal nº 8069/1990.

O Estatuto é resultado da articulação e da participação dos movimentos sociais, e contemplou o que havia de mais avançado na normativa internacional em relação aos direitos da população infanto-juvenil. Foi criado logo após a promulgação da Constituição de 1988 para regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal que garantia às crianças e aos adolescentes os direitos fundamentais de sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, além de protegê-los de forma especial, ou seja, por meio de dispositivos legais diferenciados, contra negligência, maus-tratos, violência, exploração, crueldade e opressão, abalizados na Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas. Consideramos de fundamental importância para o arcabouço legal a participação do Movimento Nacional de adolescentes e Meninos de Rua, criado em 1985, da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, também de 1985, e a disseminação da Pastoral do Menor, criada em 1978, e tantos outros, como os movimentos de defesa pioneiros na área da criança e dos adolescentes. O ECA é regido pela Lei 8.069 e entrou em vigor no dia 13 de julho de 1990. Ele tem como princípio basilar a proteção integral e a prioridade absoluta, expressamente cristalizado na Constituição Federal de 1988, considerando também a desigualdade econômica e social no Brasil, assegurando à criança e ao adolescente todas as oportunidades, a fim de lhes facultar

desenvolvimento físico, moral e social.

O ECA teve como propósito consolidar as Diretrizes da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989 que se constitui em uma enumeração dos direitos e das liberdades a que, segundo o consenso da comunidade internacional, faz jus a toda e qualquer criança, seguindo o princípio da cidadania, e revogando o Código de Menores. Pelo Estatuto, o legislador rompe com a noção da “situação irregular” existente nas legislações anteriores e adota a doutrina da proteção integral, como recomenda a Convenção Internacional.

Em relação às Medidas Socioeducativas imposta aos adolescentes a quem é atribuído a responsabilidade do ato infracional, o ECA é uma legislação especial que regulamenta as normas, definindo quais medidas devem ser adotadas aos adolescentes de 12 a 18 anos que cometem atos infracionais como:

- I) Advertência;
- II) Obrigação de reparar os danos;
- III) Prestação de serviço à comunidade;
- IV) Liberdade assistida;
- V) Semiliberdade e
- VI) Internação.

A diferença dessas medidas em relação às do Código Penal é o seu caráter socioeducativo. Os adolescentes menores de 18 são penalmente inimputáveis, e as medidas de internação que colocam o adolescente infrator sob a custódia do Estado, privando-o de liberdade total ou parcialmente, são reservadas aos adolescentes que cometem infrações graves. Apesar de não estar estabelecido o tempo dessa privação, este não deverá ultrapassar três anos. A liberdade é compulsória aos 21 anos de idade.

Em busca de dar continência aos preceitos apresentados no ECA, o Estado brasileiro assentiu à compreensão do adolescente como sujeito detentor de direitos e potencialidades a serem desenvolvidas em sintonia com as normas internacionais. Concebe-se o adolescente como um ser em desenvolvimento. Com o ECA, surgiram os primeiros centros de defesa do menor que assumem a linha política indicada no art. 87 inciso V do Estatuto, assegurando “a proteção jurídico social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente”.

Neste sentido, Costa (1993, p. 92), um dos redatores do ECA que é considerado patrono dos direitos dos adolescentes, considera que é pela ação educativa que as promessas que os jovens trouxeram consigo ao nascer são desenvolvidas e traz o entendimento que o educar é

transformar “potencializando o desenvolvimento de suas capacidades, competências e habilidades”.

De acordo com Costa (1993):

A nova legislação brasileira se opõe ao paternalismo e assistencialismo do governo em relação às crianças e jovens excluídos das políticas sociais básicas. O assistencialismo é uma abordagem inadequada para suprir as falhas gritantes de um país que não consegue dar moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho e lazer a milhões de jovens. Pela nova concepção jurídica, a criança passa de “ser carente” a “sujeito de direitos exigíveis” na forma da lei, ou seja, conquista a condição de cidadania (COSTA, 1993, p. 15).

Na estrutura administrativa do Estado, o Ministério Público passou a ter funções diversas e correlacionadas à garantia dos direitos desse segmento. Para formular políticas e controlar ações, a partir do ECA, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Criança – Conanda e os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais.

O Conanda é um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e de composição paritária, previsto no Artigo 88 do ECA. Criado pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004 e em conformidade com a Resolução nº 105, de 15 de julho de 2005. Integra a estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR e tem como função coordenar as ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Em comemoração aos 16 anos da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentaram o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE – Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que regulamenta a execução das Medidas Socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Deste modo, o SINASE é fruto de uma construção coletiva que envolveu, nos últimos anos, diversas áreas do governo, representantes de entidades e especialistas na área, além de uma série de debates protagonizados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos em encontros regionais que cobriram todo o país. O SINASE constitui-se de uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos e Fundamentais dos

adolescentes e jovens responsabilizados pela prática de ato infracional.

O SINASE, enquanto sistema integrado, articula os três níveis de governo para o desenvolvimento desses programas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, da comunidade e do Estado. Esse mesmo sistema estabelece ainda as competências e responsabilidades dos conselhos de direitos da criança e do adolescente que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público. Com a formulação de tais diretrizes e com o compromisso partilhado, a República certamente poderá avançar na garantia dessa absoluta prioridade na nação brasileira. Em especial, criam-se as condições possíveis para que a jovem a quem é atribuída a autoria de ato infracional deixe de ser considerada um problema para ser compreendida como uma prioridade social em nosso país.



Guilherme Cardoso

CAPÍTULO 2

O UNIVERSO FEMININO NA FUNDAÇÃO CASA

O presente capítulo aborda questões que envolvem o gênero feminino em sua potencialidade no cumprimento das Medidas Socioeducativas de Privação de Liberdade na Fundação CASA.

Nosso campo de estudo envolve as jovens e a Medida Socioeducativa de Internação, que é imposta estritamente a quem lhe for atribuída a responsabilidade de ato infracional, sendo esta medida criada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), cujo objetivo é concretizar o princípio de reparação do ato cometido, em uma perspectiva oposta à noção de castigo, garantia legal da doutrina de proteção integral e prioridade absoluta nas formulações da política de atendimento.

No entanto, se as garantias previstas no ECA (1990) e no SINASE (2012) estivessem em devido cumprimento, certamente nosso foco de atenção seria outro, visto que, ao considerarmos que a medida de internação deve ter o caráter reparador, os pilares devem ser fundamentados em ações e práticas pedagógicas e o que nos motiva a estudar é justamente a hipótese da não superação do caráter ainda punitivista, discriminatório e racista nas relações com as jovens negras às quais é atribuída autoria de ato infracional.

Cabe, aqui, ressaltarmos que o reconhecimento, a discussão e as ações voltadas para o público feminino na Fundação CASA tiveram início no ano de 2015, após a instalação de um grupo de trabalho, criado através da ordem de serviço de nº 1048 datada de 12/06/2015, movimento em que a gestão, na época, entendeu oportuna e necessária a atenção às adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas na instituição. Tais exigências de ações foram ao encontro do alinhamento ao Processo do Planejamento Estratégico e à Construção do Plano Decenal Estadual do Atendimento Socioeducativo no Estado de São Paulo que resultou na elaboração do primeiro documento voltado exclusivamente para o atendimento do gênero feminino.

O momento da construção deste documento também foi oportuno para registrar a metamorfose que a população adolescente do sexo feminino sofreu ao longo destes anos. Transformações sociais em relação aos desejos, às posturas, aos sonhos, pertencimentos estes que certamente refletiram e refletem na demanda dessa parcela da população jovem de São Paulo que entra na Fundação CASA para o cumprimento da medida socioeducativa, embora, em termos de números, o gênero feminino não tenha crescido tão intensamente, comportando

uma média de 4,6% de toda a população atendida e, por isso, o Caderno Atenção ao Gênero Feminino da Fundação CASA podia ser considerado, naquele momento, como ponto de partida e marco conceitual para o atendimento às adolescentes, a partir da atuação profissional.

A Fundação CASA, conforme consta no Caderno Universo Feminino (2022, p. 13) reconhece que as mulheres/jovens negras sofrem socialmente e historicamente no Brasil uma dupla discriminação: racial e de gênero. O caderno também destaca que a história passada e ainda presente, associa a raça negra à pobreza, à marginalidade, à violência e ao esteticamente feio, e aponta que tal situação limita suas oportunidades de acesso aos recursos, à autonomia econômica e ao desenvolvimento pessoal, pelos estigmas e estereótipos associados ao seu fenótipo, à sua origem, à sua religião e ao sexo.

Conforme estudos e pesquisas presentes no Caderno, o envolvimento infracional e os aspectos relacionados ao feminino indicam a trajetória infracional como um fenômeno multifatorial e incluem, nesses fatores, problemas relacionados aos laços sociais, à comunidade, aos núcleos familiares, às dificuldades individuais, escolares, com preponderância de alguns problemas sobre outros ou associações entre eles:

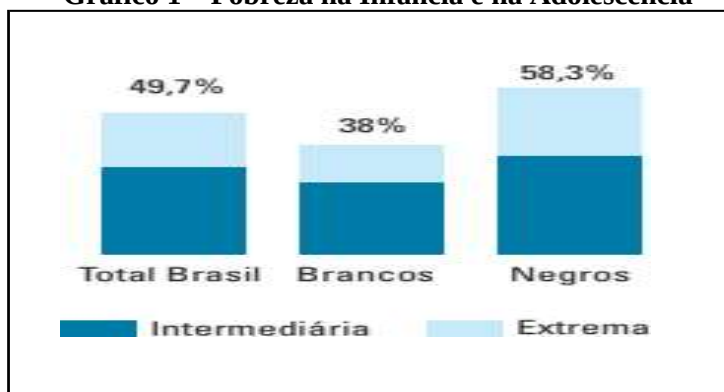
- **Como fatores individuais:** uso e abuso de drogas ilícitas e/ou ilícitas; histórico de comportamento antissocial ligado a excessiva agressividade; dificuldade de “gerenciamento” de impulsividade, ações desafiadoras; déficit de habilidades sociais; iniciação sexual precoce; sofrimento por “bullying” de qualquer natureza (cor da pele, peso, cabelo, etc.).
- **Nos fatores ligados à família:** negligência familiar gerando abandono total ou parcial; abuso sexual por parte de familiares, companheiros ou vizinhos; familiares ligados ao crime organizado e/ou em situação de aprisionamento; abandono do lar; ausência de vínculo familiar gerados por pais separados, e/ou muito jovens e/ou sem autoridade, e/ou com uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, e/ou com autoridade excessiva sem diálogo, com atitudes violentas, brigas e agressões constantes; diferenças de gerações entre avós que exercem a paternidade/maternidade; situação familiar de extrema pobreza.
- **Nos fatores ligados à escola:** fracasso escolar com múltiplas repetências; cabular ou abandonar a escola; e - pouco interesse em atividades ligadas a ensino e aprendizagem formal.
- **Nos fatores ligados à comunidade onde vivem e no relacionamento com grupos sociais:** associação com grupos ligados a tráfico e/ou uso de drogas, e/ou praticantes de pequenos furtos, brigas, uso de armas; local de moradia de pobreza extrema, com altas taxas de criminalidade, violência, abusos de toda ordem, de desemprego, com moradias de baixa qualidade, sem serviços básicos.

2.1 A Medida tem Cor

Aqui, propomos a reflexão sobre as várias ausências de proteção social e responsabilidades por parte do Estado que se acumulam historicamente sobre a juventude negra brasileira. De acordo com os dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018), a população que mais sofre e que ocupa as instituições de privação de liberdade é a de jovens negros. Também ressalta o elevado grau de pobreza e desigualdades que permeiam tanto a infância como a adolescência.

Em agosto de 2018, o UNICEF (p. 15) publicou os dados de uma pesquisa sobre “Pobreza na Infância e na Adolescência”, revelando que as desigualdades de acesso a direitos entre negros e brancos é um marcador social que deve ser visto como alerta para se pensar em políticas públicas que venham intervir neste cenário. Revela que o maior percentual na taxa de privação de direitos fundamentais é ocupado por meninos e meninas negras, totalizando 58,3%, já entre a realidade de crianças e adolescentes brancos, não chega a 40%. Conforme o relatório publicado, a pobreza extrema afeta 23,6% dos negros e 12,8% dos brancos. Assim, observamos que a vulnerabilidade é uma realidade latente que permeia a desigualdade entre meninas e meninos negros.

Gráfico 1 – Pobreza na Infância e na Adolescência



Fonte: Pobreza na Infância e na Adolescência, UNICEF, 2018, p. 15.

O estudo evidencia que são muitos os jovens na realidade brasileira que estão desprovidos do acesso aos direitos básicos que envolvem alimentação, educação, moradia, saúde, segurança social, saneamento e água limpa.

Tal cenário potencializa e torna a população negra mais vulnerável a se envolver com práticas delituosas e, conseqüentemente, ser responsabilizada pelos atos que cometer e ser sentenciada judicialmente para o cumprimento de medida socioeducativa que, legalmente, tem o dever ressocializador. Desta maneira, a juventude negra vai mantendo os contornos e a silhueta das unidades institucionais de privação de liberdade também no Estado de São Paulo.

2.2 A Medida de Internação

Conforme previsto no ECA (1990), a aplicação da Medida Socioeducativa de Internação deve ocorrer somente quando esgotadas todas as possibilidades das Medidas de Meio Aberto e como último recurso sancionatório. No entanto, os números demonstram a internação ainda sendo uma medida comumente utilizada na tentativa de sanar a problemática que vai além da privação da liberdade e dos muros da Fundação CASA, conforme demonstramos no quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Demonstrativo de Jovens Femininas em Privação de Liberdade

Sexo	ANO	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	SEM INFORMAÇÃO
Feminino	01.01.2018	0,29%	42,48%	0,59%	45,13%	11,50%	0,00%
	2018	0,00%	39,28%	0,00%	46,96%	13,75%	0,00%
	2019	0,00%	43,13%	0,15%	44,76%	11,96%	0,00%
	2020	0,61%	37,35%	1,02%	48,78%	12,24%	0,00%
	2021	0,40%	35,46%	0,60%	51,00%	12,35%	0,20%
	2022	0,25%	35,32%	0,75%	50,00%	13,68%	0,00%

Sexo	ano	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	SEM INFORMAÇÃO	Total Geral
Feminino	01.01.2018	1	144	2	153	39		339
	2018		317		379	111		807
	2019		292	1	303	81		677
	2020	3	183	5	239	60		490
	2021	2	178	3	256	62	1	502
	2022	1	142	3	201	55		402
Total Feminino		7	1.256	14	1.531	408	1	3.217

Fonte: Assessoria de Inteligência Organizacional (AIO) da Fundação CASA – Portal: de 01.01.2018 a 31.12.2022.

Percebemos que os marcadores raça/cor ainda prevalecem como indicativo no atendimento da Socioeducação no Estado de São Paulo como demonstrado. Os dados recentes da Fundação CASA, nos dois últimos anos de 2021-2022, sinalizam que cerca de 63% das jovens atendidas consideram-se pretas e/ou pardas. Desta maneira, podemos perceber onde a parcela da população preta e parda encontra-se incluída, e a Fundação CASA foi legalmente criada com o objetivo de educar, ressocializar, e conter é uma referência para esta inclusão.

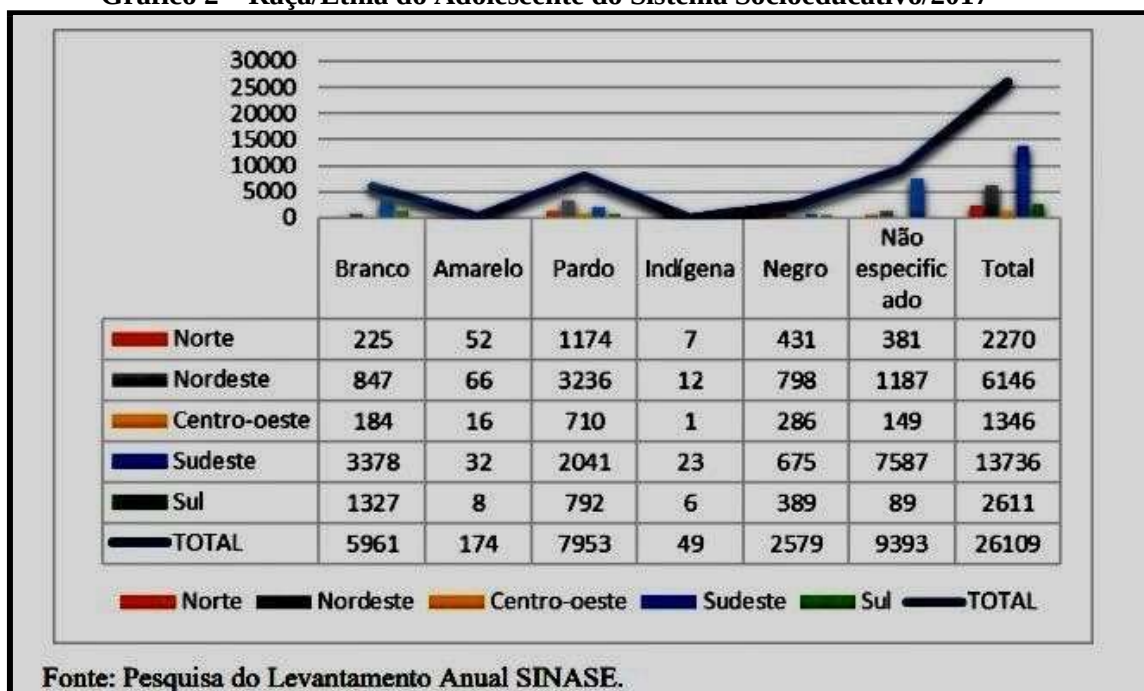
Levantamento sobre Raça/Etnia do Adolescente do Sistema Socioeducativo/2017

Conforme os dados apresentados pelo SINASE, o Levantamento Anual realizado no ano de 2017 apresenta a coleta de informações sobre raça/cor nas regiões norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, conforme registros do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE).

O Gráfico 2 demonstra que 40% da juventude incluída no sistema socioeducativo se percebe de cor parda/preta, 23% de cor branca, 0,8% de cor amarela e 0,2% da raça indígena e 36% não teve especificação.

Gráfico 2 – Raça/Etnia do Adolescente do Sistema Socioeducativo/2017



O gráfico acima revela que a região sudeste apresentava 3.378 adolescentes brancos, uma quantidade superior aos 675 negros e aos 2.041 pardos, o que pode estar relacionado à autodeclaração. Em outras palavras, as pessoas são questionadas sobre sua cor e devemos levar em consideração a resposta dada: branca, preta, parda, indígena ou amarela (Levantamento SINASE, 2017, p. 40).

2.3 A Ideia de Raça sobreviveu

Para corroborar com o cenário relativo ao perfil das jovens atendidas pela Fundação CASA, traremos os estudos da advogada, jurista, escritora e professora negra Michelle Alexander que, em seu livro *A Nova Segregação* (2018), estuda o Encarceramento em Massa de Negros nos Estados Unidos, referindo-se a este encarceramento como um fenômeno conectado ao passado escravocrata. Para Alexander (2018), apesar das conquistas dos Direitos Civis nos anos de 1950, o racismo continuou com a reprodução da desigualdade racial de outra maneira, ou seja, manifestando-se largamente através do encarceramento da população negra, considerado por ela como um encarceramento em massa, o qual se justifica pelo combate ao

tráfico de drogas e da marginalização espacialmente localizada, a qual encontra nos negros seus principais alvos. Ainda nesta esteira, a autora ressalta que há uma estreita relação entre o sistema de justiça criminal e a hierarquia racial, e mesmo com o fim da segregação racial nos Estados Unidos nos anos 1960, as pessoas negras continuaram alijadas dos seus direitos e a segregação foi se moldando em outro formato para que a população negra permanecesse no lugar da servidão e da subalternidade. Conforme Alexander: “depois da morte da escravidão, a ideia de raça sobreviveu” (2018, p.65) .

Embora os estudos de Alexander estejam voltados à população estadunidense, podemos, a partir dele, pensar o Sistema Prisional e o Sistema de Justiça Juvenil Brasileiro que se mostram seletivos e dão maior atenção aos crimes e às infrações relacionados às populações mais pobres e pretas, povoando as instalações prisionais e a Fundação CASA com a população negra, tida como indesejável e perigosa.

Ainda nesta senda, Juliana Borges (2019) escritora e pesquisadora negra, no livro *Encarceramento em Massa* que, ao falar sobre corpos femininos negros e encarcerados, destaca que, por serem corpos historicamente imbuídos de controle e punição devido à história da escravidão no Brasil, discutir o encarceramento em relação às questões de gênero envolve incorporar fatores diversos e complexos à análise. Assim como é necessário observar a complexidade de fatores de risco em que as mulheres/jovens negras estão expostas, esses fatores tornam-se agravantes perante a situação de vulnerabilidade apontando para uma perspectiva crítica, promovendo reflexão em relação ao controle social e à violência estatal atribuída à população negra, demonstrando como as relações sociais e o sistema de justiça brasileiro acentuam os elementos que sustentam as desigualdades.

As indagações sobre o perfil do feminino encarcerado feitas por Borges (2019) interrogam o que nos leva a esta senda punitiva e uma cultura tão judicializada e criminalizada das relações sociais? E por que essa cultura e suas estruturas não atingem todos da mesma forma, mas principalmente, determinados grupos sociais? Diante desta provocação, percebemos que a intersecção do gênero, da raça e da classe é condicionante social que incide nas trajetórias juvenis negras e periféricas e se materializa nos indicadores do perfil das adolescentes aqui apresentado em que 63% se consideram pretas e pardas.

Similarmente, Borges (2019) faz a seguinte ponderação:

A estrutura das casas segue a lógica prisional, a maioria das internas têm entre 15 e 17 anos, sendo 68% negras – esse dado no Estado de São Paulo chega a 72%. Tráfico de drogas e roubo são a maioria dos atos infracionais e os argumentos apresentados não diferem: vulnerabilidades sociais, necessidade

de sustento dos filhos e da família, desestruturação familiar, violência e abuso doméstico-sexual. Então, como podemos falar em democracia racial no Brasil, quando os dados nos mostram um sistema prisional que pune e penaliza prioritariamente a população negra? Como podemos negar o racismo como pilar das desigualdades no Brasil sob esse quadro? Simplesmente, não podemos (BORGES, 2019, p. 21).

De tal modo, a intelectual e ativista negra Lélia Gonzalez (1988) já destacava que as sociedades latino-americanas são herdeiras históricas de classificações sociais, raciais e sexuais vindas de seus colonizadores e enfatiza como o racismo no Brasil consegue manter os(as) negros(as) nos segmentos subordinados no interior das classes exploradas, mais vulneráveis às diversas formas de violência. Isso devido a um processo ideológico do branqueamento que, historicamente, começou com a política de miscigenação com o intuito de embranquecimento da população e, até hoje, perpetua-se pelos meios de comunicação, crenças de que as classificações e os valores do ocidente são superiores (GONZALEZ, 1988).

Lélia Gonzalez (1981) ampliando a discussão das questões raciais no Brasil, denunciando e trazendo a público a situação da população negra no país, destaca o seguinte relato:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancio, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. A mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 1988, p. 158-159).

Neste sentido, os trabalhos realizados por Alves (2020), Machado (2020) e Teixeira (2021) auxiliam compreender as discussões que envolvem a mulher negra e o sistema de justiça brasileiro, demonstrando como os marcadores de gênero, raça e classe e suas implicações nas relações sociais no Brasil, ao mesmo tempo em que demonstram como a seletividade dos corpos negros se mantém e se destaca como marcadores e formas de opressão, negação de direitos e exclusão social, cuja gênese localiza-se no período colonial e reverberam até hoje.

Para pensar as interseccionalidades discutidas aqui, reportamo-nos e tomamos como base os estudos da feminista Kimberlé Crenshaw (2002), mulher negra e advogada norte-americana que protagonizou o conhecimento sobre o conceito e a funcionalidade deste tema, demonstrando como, em algumas situações, há intersecção de diferentes identidades sociais como: gênero, raça e classe que são referenciais para colocar ou não as pessoas em

determinados lugares, e como essa discriminação serve de ponte ou elo de ligação que elege algumas características pessoais como categorias e desta maneira criar manobras e selecionar certos grupos de pessoas para inserir ou excluir de determinados espaços.

No contexto brasileiro, a intelectual, assistente social e pesquisadora negra Carla Akotirene (2019, p. 19) que desenvolve pesquisas sobre racismo institucional e sexismo nas prisões femininas vem analisando e discutindo os temas interseccionais para não apenas apresentar o conceito, mas também desenvolvê-lo para abordar o uso acrítico e a universalização das experiências das mulheres negras. Para a pesquisadora, a interseccionalidade é como um “sistema de opressão interligado” que circunda a vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias e compreender essas interseccionalidades é entender as relações de poder e como essas se consolidam.

Considerando os estudos de Crenshaw (1995) e Akotirene (2019), podemos observar como a interseccionalidade de gênero, raça e classe estão presentes nas trajetórias de vida das jovens/mulheres negras e que são “abraçadas” pelo sistema de justiça. São jovens que convivem em uma linha tênue da perigosa avenida identitária de ser: mulher, negra e pobre. Por um lado, estão invisibilizadas em suas individualidades, peculiaridades e das Garantias de Direitos e, por outro lado, estão visíveis como alvos preferenciais do encarceramento em instituições que fortalecem os estigmas e preconceitos que estes corpos carregam.

Ao caminhar na avenida identitária na qual ficam imersas, e mais uma vez sendo atravessadas por uma espada de dois gumes que evidencia o estigma que terão de enfrentar por se encontrarem “em conflito com a lei” e terem vivenciado a privação da liberdade.

As instituições prevalecem(ram) na dominação do Outro e da criação do inimigo interno, de acordo com Mbembe (2017) em *Política da inimizade*. Corroborando Santos (2021) essa predominância de controle e poder sobre o outro é uma característica típica de países que se desenvolveram no mercado escravista, resultando da colonialidade e no patriarcado – palavras mantenedoras da violência. Refletindo sobre o conceito de raça, trazemos como referência estudos de Franz Fanon (2008) e, de acordo com este autor, a noção de raça está relacionada com as formas de legitimação e relações de poder na modernidade, denotando que a raça é uma invenção do colonialismo, afirmando ele que não se nasce negro, torna-se negro dentro de uma sociedade colonial (FANON, 2008).

Para Fanon (2005, p. 78), “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. Ele é violência em estado natural, e só pode se inclinar diante de uma violência maior”. Já Achille Mbembe (2014), em *A crítica da razão negra*, cuidadosamente contextualiza

a criação do africano em negro, desconsiderando o negro de sua humanidade – transformando esse negro em um objeto, coisa e propriedade – uma forma perversa de apagar a crítica negra diante da criação do pensamento cartesiano, uma prática que Fanon (2005) denomina de alienação colonial.

2.4 O Olhar para as Jovens Negras

O nosso olhar para as jovens negras internadas na Fundação CASA nos inquieta, deixando-nos atentas, por entendermos que ser negra é conviver com os estigmas ancorados na herança colonial de um passado que se reflete nas relações sociais e nas estruturas racializadas, pois no entendimento hegemônico, a norma de gênero se faz racializada e simultaneamente está entrelaçada com a classe social. Nesta senda, Ribeiro (2018) apresenta análises e reflexões do cotidiano e, enfatiza, em que a intersecção de gênero, raça e classe se manifesta e como interfere na vida da população negra, sendo assim, “uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma” (RIBEIRO, 2018, p. 34) e para as protagonistas Dandara, Zoe e Beyoncé estão intrínsecas as experiências por serem do gênero feminino, negras e pobres e, que sobre elas, pesa mais um agravante: “o conflito com a lei”.

Na avaliação do antropólogo e professor Kabengele Munanga (2018), no Brasil, o mito da democracia racial dissemina que não existe racismo, que propaga e difunde que no país do carnaval e do futebol vive-se em harmonia entre as diferentes cores de pele e classes sociais, fantasia essa que, por décadas, o movimento negro e intelectuais demonstraram ser uma falácia e já está superada. Kabengele acentua que, diante disto, há dificuldade do reconhecimento da discriminação e, por consequência, a identificação das jovens e mulheres negras de serem incluídas em políticas de combate ao racismo e à desigualdade social, decorrentes da discriminação racial que perpassa os diversos setores da sociedade. Neste mesmo sentido, Michel Wieviorka (2007) tece o seguinte comentário:

O racismo consiste em caracterizar um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo dependente deste conjunto e, a partir disso, pôr eventualmente em execução práticas de inferiorização e de exclusão (WIEVIORKA, 2007, p. 09).

Como já viemos demonstrando ao longo do estudo, as maneiras como a violência e a discriminação racial evidenciam a desigualdade que afeta as mulheres/jovens negras e como esta desigualdade se manifesta, em diversos indicadores socioeconômicos, em uma combinação

perversa de vulnerabilidade social e de racismo que acompanham essas jovens durante toda a vida.

Neste seguimento, o pesquisador Almeida (2019, p. 50) classifica o conceito de racismo em individual, institucional e estrutural de modo a tornar sua compreensão didática. Para o autor, a concepção individual do racismo é considerada mediante uma ideia de “patologia” de cunho individual ou coletivo atribuída a determinados grupos de pessoas e, salienta que a viabilidade de reproduzir sistematicamente práticas racistas encontra-se presente na organização política, econômica e jurídica da sociedade. Importa destacarmos o que o autor enfatiza que o racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concedem privilégios a determinados grupos de acordo com a raça:

[...] uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos (ALMEIDA, 2019, p. 53).

Ante este cenário, consideramos as condições das jovens negras preocupantes, à medida que ainda há milhares delas nas malhas do sistema de justiça juvenil sentenciadas à privação de liberdade e vivenciando as mesmas situações de violência, racismo e sexismo igualmente ou ainda de forma mais gravosa como as vivenciadas pelas protagonistas aqui retratadas.

2.5 Os Centros Femininos da Fundação CASA em São Paulo

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), entidade vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, tem a missão primordial de executar as Medidas Socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

No Estado de São Paulo, há cinco Centros de Atendimento destinados à internação para o público feminino. São eles: Centro de Atendimento Inicial Provisório (CAIP) Ruth Pistori (Imagem 4); Centro de Atendimento Cerqueira César (Imagem 5); Centro de Atendimento Anita Garibaldi (Imagem 6); Centro de Atendimento Chiquinha Gonzaga (Imagem 7) e Centro de Atendimento Bom Retiro (Imagem 8).

2.5.1 Centro Ruth Pistori

Imagem 4 – Fundação CASA Ruth Pistori Feminina – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – São Paulo, SP, Brasil



Fonte: Imagem pesquisada no Google Street View - Av. do Estado, 1949 - Bom Retiro, São Paulo.

Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. Portaria Administrativa nº 484/2023 no uso de sua competência e *ad referendum* do Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, e considerando o pedido formulado pela Diretoria de Gestão e Articulação Regional, mediante correio eletrônico datado de 21/06/2023, determina: Artigo 1º – Fica aprovada a alteração na caracterização do Centro de Atendimento Inicial e Provisório Ruth Pistori – CAIP Ruth Pistori, em operação desde 19 de abril de 2013. Artigo 2º - O CAIP Ruth Pistori passa a ter a seguinte caracterização:

I – Localização:

Avenida do Estado, nº 1.949 – Bom Retiro – São Paulo/SP – CEP 01107-000.

Caracterização do Atendimento:

- a) Capacidade para atender 60 adolescentes no atendimento inicial, art. 175 (adolescentes com mandado de busca e apreensão e encaminhados pelas Varas da Infância e Juventude da área de abrangência e o Departamento de Execuções da Infância e Juventude – DEIJ), internação provisória, art. 108, e programa de internação sanção, art. 122 III, todos da Lei nº 8.069/1990. Os programas serão desenvolvidos nos espaços disponíveis no Centro de Atendimento;

- b) Faixa etária de 12 a 21 anos incompletos;
- c) Gênero: feminino;
- d) Adolescente de primeiro ingresso na Fundação;
- e) Adolescente que já cumpriu internação provisória;
- f) Adolescente que já cumpriu programa de internação;
- g) Adolescente que já cumpriu programa de semiliberdade;
- h) Adolescente que já cumpriu programa de liberdade assistida;
- i) Adolescente que já cumpriu programa de internação sanção.

2.5.2 Centro Anita Garibaldi

Imagem 5 – Fundação CASA Feminina Anita Garibaldi



Fonte: Imagem pesquisada no Google, 2023.

Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. Portaria Administrativa nº 324, de 18 de março de 2022. O Presidente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP, no uso de sua competência e *ad referendum* do Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, e considerando o pedido formulado pela Diretoria de Gestão e Articulação Regional, mediante correio eletrônico datado de 11/03/2022, determina: Artigo 1º – Fica aprovada a alteração na caracterização do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Feminino Anita Garibaldi – CASA Feminino Anita Garibaldi, em operação desde 29 de março de 2007. Artigo 2º – O CASA Feminino Anita Garibaldi passa a ter a seguinte caracterização:

I - Localização:

Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21,26, s/n – Zona Rural – Cerqueira César/SP – CEP: 18769-899.

II - Atividade Econômica:

- a) Principal Atividade: Administração Pública em Geral;
- b) Código CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas: 84.11-6/00.

III - Caracterização do Atendimento:

- a) Capacidade para atender 56 adolescentes para o atendimento inicial, art. 175 (adolescentes com mandado de busca e apreensão e encaminhados pelas Varas da Infância e Juventude da área de abrangência), internação provisória, art. 108, programa de internação sanção, art. 122-III, programa de internação, art. 122, todos da Lei nº 8.069/90. Os programas serão desenvolvidos nos espaços disponíveis no Centro de Atendimento;
- b) Faixa etária de 12 a 21 anos incompletos;
- c) Gênero: feminino.

III.1 - Atendimento Inicial, Internação Provisória e Internação Sanção - artigos 175, 108 e 122- III da Lei nº 8.069/90:

- d) Adolescente de primeiro ingresso na Fundação;
- e) Adolescente que já cumpriu internação provisória;
- f) Adolescente que já cumpriu programa de internação sanção;
- g) Adolescente que já cumpriu programa de internação;
- h) Adolescente que já cumpriu programa de semiliberdade;
- i) Adolescente que já cumpriu programa de liberdade assistida;
- j) Adolescente que já cumpriu programa de prestação de serviço à comunidade;

III.2 – Internação - artigo 122 da Lei nº 8.069/90:

- k) Adolescente em primeiro programa de internação;
- l) Adolescente que já tenha cumprido internação provisória;
- m) Adolescente que já cumpriu programa de internação sanção;
- n) Adolescente que já tenha cumprido programa de internação;
- o) Adolescente que já cumpriu programa de semiliberdade;

- p) Adolescente que já cumpriu programa de liberdade assistida;
- q) Adolescente que já cumpriu programa de prestação de serviço à comunidade.

2.5.3 Centro Cerqueira César

Imagem 6 – Fundação CASA Feminina Cerqueira César

Frente

Fundos



Fonte: Imagem pesquisada no Google, 2023.

Portaria Administrativa nº 325, de 18 de março de 2022. O Presidente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP, no uso de sua competência e *ad referendum* do Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, e considerando o pedido formulado pela Diretoria de Gestão e Articulação Regional, mediante correio eletrônico datado de 11/03/2022, determina: Artigo 1º – Fica aprovada a alteração na caracterização do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Feminino de Cerqueira César – CASA Feminino de Cerqueira César, em operação desde 29 de março de 2007. Artigo 2º – O CASA Feminino de Cerqueira César passa a ter a seguinte caracterização:

I – Localização:

Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21,5 – SP 245 – Cerqueira César/ SP - CEP 18769-899.

II – Atividade Econômica:

- a) Principal Atividade: Administração Pública em Geral;
- b) Código CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas: 84.11-6/00.

III – Caracterização do Atendimento:

- a) Capacidade para atender 40 adolescentes no programa de internação, art. 122, da Lei nº 8.069/90;
- b) Faixa etária de 12 a 21 anos incompletos;
- c) Gênero: feminino;
- d) Adolescente em primeiro programa de internação;
- e) Adolescente que já cumpriu internação provisória;
- f) Adolescente que já cumpriu programa de internação;
- g) Adolescente que já cumpriu programa de semiliberdade;
- h) Adolescente que já cumpriu programa de liberdade assistida;
- i) Adolescente que já cumpriu programa de internação sanção.

2.5.4 Centro Chiquinha Gonzaga

Imagem 7 – Fundação CASA Feminina Chiquinha Gonzaga



Fonte: Imagem pesquisada no Google, 2023.

Portaria Administrativa nº 300/2022 o presidente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP, no uso de sua competência e *ad referendum* do Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, e considerando o pedido formulado pela Diretoria de Gestão e Articulação Regional, mediante correio eletrônico datado de 08/03/2022, determina: Artigo 1º – Fica aprovada a alteração na caracterização do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Feminino Chiquinha Gonzaga – CASA Chiquinha Gonzaga, em operação desde 06 de março de 2007. Artigo 2º – O CASA Chiquinha Gonzaga passa a ter a seguinte caracterização:

I – Localização:

Rua Japuruchita, 300 – Mooca – São Paulo/SP – CEP 03128- 070.

II – Atividade Econômica:

- a) Principal Atividade: Administração Pública em Geral;
- b) Código CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas: 84.11-6/00.

III– Caracterização do Atendimento:

- a) Capacidade para atender 100 adolescentes no programa de internação art. 122;
- b) Excepcionalmente os artigos 108 e 122-III, para adolescentes em gestação, todos da Lei 8.069/1990;
- c) Faixa etária: de 12 a 21 anos incompletos;
- d) Gênero: feminino;
- e) Adolescente em primeiro programa de internação;
- f) Adolescente que já tenha cumprido internação provisória;
- g) Adolescente que já cumpriu programa de semiliberdade;
- h) Adolescente que já cumpriu programa de liberdade assistida;
- i) Adolescente que já cumpriu programa de internação sanção.

III.1 – INTERNAÇÃO – Art.122 da Lei 8.069/90:

- j) 88 vagas para atender o programa de internação, art. 122, da Lei 8.069/90.

III.2 – PAMI – Programa de Acompanhamento Materno Infantil:

- k) 12 vagas para atender adolescentes gestantes, puerperais e seus filhos, inseridas no programa de internação art. 122, da Lei 8.069/90;
- l) Excepcionalmente, atenderá adolescentes na internação provisória, art. 108, e no programa de internação sanção, art. 122 III, desde que no período do 8º mês de gestação em diante ou em qualquer período de gestação, mediante expressa determinação médica.

IV– Área de Abrangência do Atendimento:

Atender adolescentes procedentes dos municípios de São Paulo, da Grande São Paulo, do Litoral e do Interior do Estado de São Paulo.

2.5.5 Centro Bom Retiro

Imagem 8 – Fundação CASA Bom Retiro



Fonte: Imagem pesquisada no Google, 2023. – Foto Paulo Eduardo Dias.

Portaria Administrativa nº 640/2023, o Presidente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, no uso de sua competência e *ad referendum* do Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, e considerando o pedido formulado pela Diretoria de Gestão e Articulação Regional, mediante correio eletrônico datado de 25/08/2023, determina: Artigo 1º – Fica aprovada a alteração de endereço do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Feminino Bom Retiro – CASA Feminino Bom Retiro, em operação desde 20 de junho de 2007. Artigo 2º – O CASA Feminino Bom Retiro possui a seguinte caracterização:

I – Localização:

Rua Coronel Mursa, 270, 3º andar – Brás – São Paulo/SP – CEP: 03043-050.

II – Atividade Econômica:

- a) Principal Atividade: Administração Pública em Geral;
- b) Código CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas: 84.11-6/00.

III– Caracterização do Atendimento:

- a) Capacidade para atender 40 adolescentes no programa de internação art. 122, da Lei 8.069/1990;

- b) Faixa etária de 12 a 21 anos incompletos;
- c) Gênero: feminino;
- d) Adolescente de primeiro programa de internação;
- e) Adolescente que já cumpriu internação provisória;
- f) Adolescente que já cumpriu programa de semiliberdade.

Estas unidades são responsáveis pelo acolhimento, atendimento e execução da medida socioeducativa para o gênero feminino no Estado de São Paulo.

2.6 O Estado da Arte: o que se publicou sobre o gênero feminino e as Medidas Socioeducativas no período de 2011 a 2022

O mapeamento das produções acadêmicas que exploram os estudos e as pesquisas sobre a temática Sistema Socioeducativo no Brasil, com ênfase no gênero feminino, permitiu-nos conhecer dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordam tal assunto com diversas vertentes. A nossa primeira ideia era coletar as produções entre os anos de 2018 e 2022, porém, diante da pouca produção acadêmica sobre a temática, resolvemos ampliar o período da pesquisa começando com 2011 e indo até 2022.

A revisão bibliográfica revelou um *corpus* pouco substancial de pesquisas que se dedicam a essa área interdisciplinar.

Neste primeiro momento, optamos por fazer um estudo bibliográfico como forma de conhecer melhor nosso objeto de investigação. Dane (1990) ressalta que a revisão bibliográfica é importante para definir a linha limítrofe da pesquisa que se deseja desenvolver, considerando uma perspectiva científica para definir os tópicos chave, os autores, as palavras, os periódicos e as fontes de dados preliminares. Através da produção bibliográfica encontrada sobre o tema, buscaremos conhecer e reconhecer o que está sendo produzido, discutido e publicado.

Segundo Neto (1994), essa forma de pesquisar, além de ser indispensável para a pesquisa básica, possibilita a articulação de conceitos e a sistematização da produção em uma determinada área do campo do conhecimento, almejando novas propostas em um processo de incorporação e superação de algo que se encontra produzido.

A partir das leituras dos materiais encontrados, é possível identificar as pesquisas realizadas e os modos como esse tema vem sendo abordado nos estudos acadêmicos pelos nossos pares. Também podemos conhecer as metodologias aplicadas, as formulações de hipótese, as bibliografias utilizadas, as categorias de análises, os sujeitos e os objetos de investigação, bem como pensar nas considerações apresentadas. Nesta pesquisa, tomaremos

como base para análise o período de 2011 a 2022.

Durante este levantamento, observamos que as produções acadêmicas tratando da temática “adolescentes em privação de liberdade” aparece com certa discrição nas publicações. A partir deste cenário, elencamos como foco central para o desenvolvimento desta tese, o estudo específico sobre as jovens negras em cumprimento de medida socioeducativa de internação, analisando as categorias de gênero, raça e vulnerabilidade social.

O levantamento bibliográfico das pesquisas, referentes ao gênero feminino, teve como referência o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Acadêmico, plataforma da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), com as palavras-chave de busca: *adolescentes em privação de liberdade; adolescentes infratoras; adolescentes em conflito com a lei; adolescentes no cumprimento de medida socioeducativa e adolescentes na Fundação CASA*. Nesta busca, encontramos 11 Teses de Doutorado que abordam, especificamente, a temática *Adolescentes privadas de liberdade* publicadas nestas plataformas compreendendo as áreas de Psicologia, Política Social, Educação, Ciências Sociais e Letras. No Quadro 4 estão registrados os dados de cada tese.

Quadro 4 – Teses com Temática Feminina na Socioeducação (2012-2022)

NÚMERO	NOME	TÍTULO	IES	ANO	ÁREA	RECORTES ADICIONAIS
1 ^a	Alexandre Cardoso Aranzedo	O Envolvimento de adolescentes e Mulheres Jovens em Atos Infracionais	UFES	2012	Psicologia	Gênero
2 ^a	João Paulo Lopes Coelho	Estudos sobre a dinâmica de organização do si mesmo de adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei	UFU	2013	Psicologia	Gênero
3 ^a	Natália Pereira Gonçalves Vilarins	Adolescentes de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação	UnB	2016	Política Social	Gênero
4 ^a	Helen Tatiana dos Santos Lima	As Marcas do Gênero na Trajetória Infracional Juvenil: um estudo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	UCB	2018	Educação	Gênero
5 ^a	Fernanda Campos Marinho	Avaliação do Programa Sócio-Educativo de Internação no Distrito Federal: desistência do crime e reinserção social de egressas	UnB	2019	Psicologia	Gênero

6 ^a	Michele Caldeira	Xia Liberdade: uma abordagem sócio-histórica dos processos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Belo Horizonte (MG)	PUC/MG	2020	Psicologia	Gênero
7 ^a	Jalusa Silva de Arruda	Nos Versos me Seguro: uma etnografia documental da trajetória de adolescentes na medida socioeducativa de internação no Estado da Bahia	UFBA	2020	Ciências Sociais	Gênero
8 ^a	Dora Teixeira Diamantino	Tenta Fazer as Adolescente Mudar de Vida: processos de significação da socioeducação no contexto feminino de internação	UFBA	2021	Psicologia	Gênero
9 ^a	Joice da Silva Brum	As Adolescentes Inseridas no Sistema Socioeducativo e a Invisibilidade Seletiva: o contexto do DEGASE	UFF	2021	Política Social	Gênero
10 ^a	Edla Cristina Rodrigues Caldas	Significados das Práticas Educativas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus/AM: a perspectiva das adolescentes	UFSCar	2022	Educação	Gênero
11 ^a	Nelcy Teresinha da Rosa Kegler	Experiências de Leitura em Tempos e Espaços Adversos: um olhar sobre o universo de um grupo de adolescentes em medidas socioeducativas	UPF	2022	Letras	Gênero

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados coletados, 2023.

Apresentamos um breve resumo das teses pesquisadas

A primeira tese, *O Envolvimento de adolescentes e Mulheres Jovens em Atos Infracionais*, analisa os processos que contribuíram para o envolvimento de adolescentes e mulheres jovens na prática de atos infracionais. Para tal, foram entrevistadas vinte adolescentes e jovens do sexo feminino que cumpriam Medidas Socioeducativas (MSE) de liberdade assistida ou encontravam-se em Unidade Feminina de Internação. Os principais dados apontaram comum ligação com o tráfico e a vivência de contextos sociofamiliares vulneráveis.

A segunda, *Estudos sobre a Dinâmica de Organização do “Si Mesmo” de Adolescentes do Sexo Feminino em Conflito com a Lei*, constitui-se como um estudo sobre a dinâmica de

organização do *self* de jovens do sexo feminino em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. O foco desta investigação esteve voltado para os impactos da cultura de estigmatização e do cotidiano de violência (ainda, fortemente, presentes nos centros educacionais) sobre os processos de subjetivação das jovens submetidas a esse tipo de medida. Objetiva-se analisar a maneira como as jovens do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota organizam um senso de “si mesmas” em meio às circunscrições estruturantes dos modos de interações discursivas característicos da única unidade exclusivamente feminina do Estado do Ceará.

A terceira, *Adolescentes de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação*, buscou analisar como se dá a materialização da proposta de garantia de direitos na medida socioeducativa de internação. Essa medida promove a precarização da vida das adolescentes e não cumpre sua proposta garantista, transformando-as em perigosas pelo ato infracional que cometeram e por aquilo que caracteriza suas vidas. Elas não são reconhecidas como vidas que importam e que merecem ser vividas devido à ameaça de perigo social que representam. Como é uma população de perigosas, seus direitos são suspensos. Ainda que existam garantias de direitos em legislações, eles não conseguem atravessar os muros e as grades da medida socioeducativa que simulam a prisão.

A quarta, *As marcas do gênero na trajetória infracional juvenil: um estudo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa*, identifica a relação entre o ato infracional e a identidade de gênero, situando-a na história de vida e no processo de escolarização de adolescentes em situação de privação de liberdade.

A quinta, *Avaliação do Programa Sócio-Educativo de Internação no Distrito Federal: desistência do crime e reinserção social de egressas*, realiza uma avaliação do Programa Socioeducativo de Internação para adolescentes no Distrito Federal. Trata-se de um estudo de caso que utilizou modelos lógicos e a avaliação orientada por teorias para buscar apreender os resultados e o impacto do Programa na reinserção social das egressas e no processo de desistência do crime. A amostra é formada pelas egressas do programa de uma Unidade de Internação que compreende todo o universo das jovens egressas entre os anos de 2014 e 2018. Os dados provenientes da análise documental, de entrevistas e de questionário foram triangulados. Os resultados demonstram que o programa contribui para aumentar o nível de instrução, com um aumento na média de três anos escolares durante a internação, e para a oferta de capacitação profissional. Também, concluiu-se que o programa precisa promover suporte familiar, acesso à cultura, ao tratamento e acompanhamento médico. Verificou-se que o programa não consegue evitar os altos índices de violência no interior da unidade, bem como o

uso de drogas.

A sexta, *Xia Xia Liberdade: uma abordagem sócio-histórica dos processos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Belo Horizonte (MG)*, procurou entender como a medida socioeducativa de privação de liberdade repercute nos processos de subjetivação de adolescentes institucionalizadas no Centro de Reeducação Social São Jerônimo (Belo Horizonte/MG). A metodologia utilizada foi a pesquisa- intervenção que contou com análise documental, diário de campo, realização de oficinas de grupos e escrita de diário pessoal. As análises foram realizadas à luz da perspectiva sócio- histórica, com base na obra de Vigotski, Luria e Leontiev, e delas emergiram as categorias (1) Eu e os outros; (2) Eu e a Socioeducação e (3) Eu e o Futuro, cujos significados apontam para a prevalência de discursos individualizantes no que se refere à criminalização e às possibilidades de futuro.

A sétima, *Nos Versos me Seguro: uma etnografia documental da trajetória de adolescentes na medida socioeducativa de internação no Estado da Bahia*, analisa a trajetória institucional das adolescentes a partir dos documentos produzidos sobre elas, no âmbito do atendimento socioeducativo, especificamente na execução da medida socioeducativa de internação no Estado da Bahia. A partir dos principais documentos que compõem o prontuário de atendimento, foi possível identificar parte da trajetória das adolescentes até a imposição da medida socioeducativa de internação e os principais aspectos que contribuíram para o processo de criminalização, bem como os motivos que contribuíram para manutenção, extinção ou substituição da medida socioeducativa de internação.

A oitava, *Tenta Fazer as Adolescente Mudar de Vida: processos de significação da socioeducação no contexto feminino de internação*, entende as significações construídas por adolescentes em situação de privação de liberdade e por profissionais que atuam em unidade de medida socioeducativa sobre a socioeducação. Para tal, foram realizadas observação participante e entrevistas semiestruturadas, o que foi lido à luz da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky. Verificou-se que a medida de internação foi significada como uma “oportunidade” para a adolescente romper a trajetória infracional e ressignificar o seu projeto de vida. A proteção integral, portanto, foi associada à garantia de direitos, mas também à punição.

A nona, *As Adolescentes inseridas no Sistema Socioeducativo e a Invisibilidade Seletiva – o contexto do DEGASE*, promove uma reflexão a respeito das singularidades expressas na institucionalização das adolescentes/adolescentes inseridas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) que cumprem Medidas Socioeducativas em meio fechado. São

evidenciadas práticas sociais e institucionais, leituras e tratamento das adolescentes e demais marcas dos múltiplos movimentos cotidianos que são encontrados no, e sobre o espaço do DEGASE, mas que ainda denotam pouca visibilidade.

A décima, *Significados das Práticas Educativas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus/AM: a perspectiva das adolescentes*, busca a compreensão do objeto mencionado no título por meio da observação de rodas de conversa e aulas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujas apreensões foram organizadas segundo o método da análise de conteúdo que revelou que as histórias foram permeadas por violências. A escola no interior do CSFIM foi entendida como uma nova chance de construir aprendizados e projetos de futuro.

A décima primeira, *Experiências de Leitura em Tempos e Espaços Adversos: um olhar sobre o universo de um grupo de adolescentes em medidas socioeducativas*, entende como as experiências de leitura possibilitam a alteração da subjetividade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Os autores de referência foram das Letras: Larrosa, Petit e Cândido; e a base metodológica do tipo pesquisa-ação com um grupo de sujeitos que responderam questionários e realizaram dinâmicas de leitura. Identificou-se mudança de postura entre as participantes à medida que se sentiram mais à vontade para aproveitar a atividade e expor sonhos e desejos, além de curiosidade em relação ao material literário apresentado.

O objetivo da breve descrição das teses foi mapear as produções acadêmicas mais recentes que exploram os estudos do gênero feminino no sistema de privação de liberdade, com foco em espaços como a Fundação CASA e outras instituições nacionais correlatas. A revisão bibliográfica revelou um corpus pouco substancial de pesquisas que se dedicam a essa área interdisciplinar, demonstrando a precária, mas crescente, sensibilização sobre as disparidades que as adolescentes enfrentam no sistema socioeducativo.

A visualização dos dados contribuirá para destacar a relevância e a amplitude das questões examinadas e pode inspirar futuros pesquisadores a explorar ainda mais no contexto de privação de liberdade.

Na busca de averiguar as publicações realizadas, foram identificadas 26 Dissertações de Mestrado que abordam a temática estudada. O Quadro 5, elaborado para apresentar os resultados da pesquisa, oferece uma visão concisa e informativa sobre cada trabalho acadêmico. Cada entrada na tabela inclui o nome do autor, o título do trabalho, a instituição de publicação, o ano de publicação, a área de pesquisa e quais marcadores sociais da diferença são abordados.

Quadro 5 – Dissertações com Temática Feminina na Socioeducação (2011-2022)

NÚMERO	NOME	TÍTULO	IES	ANO	ÁREA	RECORTES ADICIONAIS
1ª	Jalusa Silva de Arruda	“Para Ver as Adolescentes”: um estudo Sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na CASE/Salvador	UFBA	2011	Estudos Interdisciplinares em Gênero	Gênero
2ª	Silvana Bassi	Sexualidade Feminina em Privação de Liberdade: construindo relações sociais mais autênticas	PUC-SP	2011	Serviço Social	Gênero
3ª	Orlana Rachel Lisboa Leite	Avaliação do Atendimento Socioeducativo Prestado às Adolescentes do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota	UFC	2013	Psicologia	Gênero
4ª	Cristiane Batista da Conceição	A Adolescente em Privação de Liberdade em São Paulo: reflexões sobre a internação feminina no CASA Feminino Parada de Taipas	UFABC	2015	Ciências Humanas e Sociais	Gênero
5ª	Nelma Santos Silva	Ressocialização e Reinserção Social de Adolescentes: estudo de caso em uma unidade de atendimento socioeducativo feminino do Distrito Federal	IPSantarém	2016	Educação	Gênero
6ª	Paula Saraiva Rocha	Adolescência, Ato e Medida: o que a jovem tem a dizer	UFMG	2016	Medicina	Gênero

7ª	Ruskaia Fernandes Mendonça	Educação, Gênero e Criminalidade: as adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto em Goiânia (2010- 2014)	UFG	2017	Educação	Educação + Gênero
8ª	Heloanny Araújo de Morais Nunes	Adolescentes Encarceradas: a educação escolar das adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE/Goiânia)	UFG	2018	Educação	Gênero
9ª	Ana Karolina Andrade Leones	O Dificil é Segurar a Cadeia: a experiência da socioeducação feminina no Estado do Rio de Janeiro	UFF	2018	Sociologia	Gênero
10ª	Nathali Grillo	Força para subir, coragem na descida: um estudo sobre as resistências das adolescentes na Fundação CASA	PUC-SP	2018	Psicologia	Gênero
11ª	Sabrina Ribeiro Cordeiro	Mulheres Negras em Luta: desintimizando a vida entre alianças clandestinas a partir do campo da socioeducação	UFES	2018	Psicologia	Raça + Gênero
12ª	Silvia Danizete Pereira Barbosa	A Educação Profissional de Adolescentes em Medida Socioeducativa de Internação no Estado de Minas Gerais	CEFET-MG	2018	Educação Tecnológica	Gênero

13ª	Alanna Caroline Gadelha Alves	Dispositivos Jurídicos e Percepção de Processos de Subjetivação em Adolescentes que Cumprem Medidas Socioeducativas no Centro Socioeducativo Feminino (CESEF)	UFPA	2019	Direito	Gênero
14ª	Rebeca Cristina Nunes Lloyd Gonçalves	Minas na Semi: (re)significações de narrativas das adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa Semiliberdade	UFMG	2019	Educação	Gênero
15ª	Mariana Pozzi Junges	As Articulações da Cisheteronorma na Privação de Liberdade de Adolescentes Infratoras	UFRGS	2019	Psicologia	Gênero + Sexualidade
16ª	Luciana de Fátima Ferreira	Meninas da FEBEM: uma análise de narrativas de ex-internas da FEBEM de Ouro Preto	UFOP	2019	Letras	Gênero
17ª	Alana de Oliveira Rodrigues Medeiros	A Saúde de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação no Rio de Janeiro	FIOCRUZ	2020	Saúde Pública	Gênero
18ª	Helison Geraldo Ferreira Cavalcante	As Medidas Socioeducativas, o cinema e a produção de narrativas sobre a história das mulheres: uma experiência no Centro Socioeducativo Feminino (CESEF)	UFPA	2020	História	Gênero

19 ^a	Corinne Sciortino	Trajetórias Atravessadas: uma análise interseccional para a proteção das adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	PUC-RJ	2020	Direito	Gênero
20 ^a	Lívia Rebouças da Costa	Até uma pessoa branca e rica erra mais do que a gente, que somo pobre, preto e cheio de tatuagem!: a imbricação raça-sexo-classe e o sofrimento ético-político na socioeducação feminina	UFRN	2020	Psicologia	Gênero + Raça
21 ^a	Larissa Ferreira Nunes	Quando eu vi, tava envolvida: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade	UFC	2020	Psicologia	Gênero
22 ^a	Polliana Esmeralda Gonçalves Machado	Opacidade de Adolescentes em Conflito com a Lei: vivências de egressas do sistema socioeducativo do Distrito Federal	UnB	2020	Sociologia	Gênero
23 ^a	Vitória Rodrigues da Silva	Envolvidas: a experiência social das adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade	UFCE	2020	Sociologia	Gênero

24 ^a	Alana Barros Santos	Afetos Marginais e Tramas no Crime: trajetórias sentimentais e experiências de encarceramento entre adolescentes mulheres em Alagoas.	UFAL	2021	Sociologia	Gênero
25 ^a	Tânia Maria Trindade Gonçalves	O Cuidado com as Adolescentes: um estudo a partir da unidade feminina de privação de liberdade do DEGASE	UFF	2021	Política Social	Gênero
26 ^a	Marcela Guedes Carsten da Silva	Adolescentes Difíceis: uma etnografia sobre o atendimento socioeducativo no Centro Joana Miguel Richa (PR)	UFPA	2022	Ciências Sociais	Gênero

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados coletados, em 2023.

Aqui apresentamos fragmentos dos resumos das Dissertações pesquisadas que abordam a temática feminina na Socioeducação.

A primeira dissertação, *Para ver as Adolescentes: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação na CASE/Salvador*, apresenta e analisa desde os aportes dos estudos de gênero, os aspectos da vida das adolescentes na execução da medida socioeducativa de internação na Comunidade de Atendimento Socioeducativo de Salvador/BA (CASE/Salvador), única instituição em todo o Estado da Bahia com a atribuição de efetuar o serviço público de execução de medidas privativas de liberdade às adolescentes do sexo feminino. Busca-se identificar o perfil das adolescentes e apresentar a percepção delas acerca da execução da medida socioeducativa de internação na Case/Salvador, bem como conhecer o funcionamento da instituição no tocante à execução da referida medida às adolescentes.

A segunda, *Sexualidade Feminina em Privação de Liberdade: construindo relações sociais mais autênticas*, é uma reflexão prática da sexualidade feminina em privação de liberdade – como expressão singular do sujeito – e sua interface com a conjuntura na qual está inserido. A relevância de tratar desta temática se refere à escassez de pesquisas com adolescentes do sexo feminino que cumprem medida socioeducativa de internação na Fundação CASA/SP e que

proponham ações mais afinadas com as urgências que se fazem presentes. A sexualidade – estigmatizada e permeada por preconceitos e tabus – deve ser abordada de forma a romper paradigmas, conforme preconiza a legislação e as políticas voltadas à criança e ao adolescente. A proposta de discutir a sexualidade de forma espontânea e a partir da demanda das adolescentes propiciou a criação de uma metodologia de dinâmica de grupo, interativa e participativa, por meio da qual as adolescentes se sentiram cada vez mais à vontade para expressarem seus sentimentos, suas dúvidas e suas expectativas.

A terceira, *Avaliação do Atendimento Socioeducativo Prestado às Adolescentes do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota*, avalia o atendimento socioeducativo dispensado às adolescentes do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM), situado em Fortaleza, uma vez que os centros educacionais passaram por uma reestruturação no seu sistema institucional por meio das diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que institui a política pública destinada ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei. Para tanto, recorreu-se, primeiramente, ao ideário de autores e estudiosos do tema, destacando-se: Amaral (2001), Ariès (2011), Diógenes (2008), Foucault (2011), Goffman (2013), Ozella (2003), Pinheiro (2006), Santos (2011), Singly (2010) e Volpi (2011). A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso e se pauta em uma avaliação crítico-reflexiva. Como sujeitos da pesquisa, levou-se em consideração os profissionais que fazem o atendimento socioeducativo e as adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

A quarta, *A Adolescente em Privação de Liberdade em São Paulo: reflexões sobre a internação feminina no CASA Feminino Parada de Taipas*, propõe uma análise sobre as políticas direcionadas às adolescentes que cumprem medida de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA) – Parada de Taipas, voltado exclusivamente a jovens do sexo feminino. Tendo em vista que o universo socioeducativo para adolescentes ainda é um tema pouco explorado no âmbito acadêmico, a dissertação discute alguns elementos presentes no processo socioeducativo: a sexualidade, a maternidade, a religiosidade, a homossexualidade e a dependência química. A análise desses elementos considera as diretrizes e normas presentes na legislação recente sobre o atendimento socioeducativo e as observações feitas no trabalho de campo, ressaltando as dificuldades e os desafios postos para a efetiva implementação destas diretrizes no cotidiano da instituição.

A quinta, *Ressocialização e Reinserção Social de Adolescentes: estudo de caso em uma unidade de atendimento socioeducativo feminino do Distrito Federal*, investiga as possibilidades de educação e ressocialização no referido território à luz da Pedagogia Social. A metodologia contou com observações diretas do campo, análise documental e entrevistas, o que

permitiu traçar um resumo sobre o que vêm sendo as medidas e detectar processos de mudanças nas adolescentes e seus relacionamentos.

A sexta, *Adolescência, Ato e Medida: o que a jovem tem a dizer*, busca investigar a perspectiva da adolescente sobre o ato infracional e o seu cumprimento de medida socioeducativa de internação. Para tanto, analisou-se o efeito que a privação de liberdade pode causar na vida das adolescentes, a partir de relatos colhidos em uma unidade socioeducativa de Belo Horizonte. Este trabalho discute o conceito de adolescência e como ela se manifesta na contemporaneidade, utilizando a psicanálise como referencial teórico. O despertar da puberdade provoca uma inquietação e a saída encontrada pelos adolescentes, muitas vezes, dá-se pela via do ato. O ato pode ser uma tentativa de dizer o impossível de ser dito diante desse momento de transição da infância para a idade adulta. Se esse ato é infracional, produz consequências que levam o adolescente a ingressar no sistema socioeducativo. Foi realizada uma breve contextualização histórica sobre as legislações anteriores até a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional Socioeducativo.

A sétima, *Educação, Gênero e Criminalidade: as adolescentes que cumpriram Medidas Socioeducativas em meio aberto em Goiânia (2010-2014)*, trata das adolescentes que cometeram ato infracional em Goiânia e cumpriram Medidas Socioeducativas em meio aberto entre os anos de 2010 e 2014. Objetivou-se responder se as relações de gênero entendidas como relações de poder, interferiram no cometimento dos atos infracionais e se essas jovens continuaram no, ou retornaram ao ambiente escolar durante o cumprimento da medida. O método utilizado foi o dialético, fundamentado na teoria marxista. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, pois para responder a essas questões, além da revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa no arquivo da Secretaria Municipal de Assistência Social de Goiânia, no qual constam os prontuários com a documentação das adolescentes que cometeram atos infracionais na cidade.

A oitava, *Adolescentes Encarceradas: a educação escolar das adolescentes do centro de atendimento socioeducativo (CASE/Goiânia)*, pretende identificar a materialização, ou não, do direito à educação escolar das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, buscando compreender os formatos da educação proporcionada, como oferta, estrutura, execução, controle e avaliação da educação escolar no contexto da medida socioeducativa.

A nona, *O Difícil é Segurar a Cadeia: a experiência da socioeducação feminina no Estado do Rio de Janeiro*, compreende a forma como as adolescentes deste território conferem de significação suas experiências institucionalizadas. Assim, traçou-se uma análise das categorias inferidas na coleta de dados, sendo que uma delas dá título ao trabalho.

A décima, *Força para Subir, Coragem na Descida: um estudo sobre as resistências das adolescentes na Fundação CASA*, debruça sobre as condições das adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação CASA, explicitando as opressões a que estão submetidas e as resistências criadas. A partir da pesquisa participante, foi realizada observação em campo e entrevista com três sujeitas; as análises assentaram-se sobre a criminologia crítica e a teoria feminista que contempla interseccionalidade com questões de raça, sendo dividida nos eixos musicalidade, materialidade e afeto.

A décima primeira, *Mulheres Negras em Luta: desintimizando a vida entre alianças clandestinas a partir do campo da socioeducação*, procura criticar a lógica penal vigente no sistema socioeducativo a partir de uma perspectiva feminina, feminista e negra por meio de referenciais analíticos e nas ferramentas metodológicas presentes em Foucault e autores que seguem sua esteira.

A décima segunda, *A Educação Profissional de Adolescentes em Medida Socioeducativa de Internação no Estado de Minas Gerais*, desvela como se dá a oferta da educação profissional para essas jovens e adolescentes, bem como identifica as percepções das internas sobre os cursos ofertados e suas expectativas sobre o trabalho após o período de internação.

A décima terceira, *Dispositivos Jurídicos e Percepção de Processos de Subjetivação em Adolescentes que Cumprem Medidas Socioeducativas no Centro Socioeducativo Feminino (CESEF): um olhar institucional*, descreve a percepção do aplicador de Medidas Socioeducativas do território acerca das medidas aplicadas às adolescentes autoras de ato infracional, além de contemplar processos de subjetivação configurados em torno desta. Então, sob a perspectiva de Foucault e Agamben, foram entrevistados 6 sujeitos, cujo discurso foi lido a partir do Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). Os resultados apontaram práticas punitivas disciplinares e razão biopolítica que visam a uma estereotipia útil e de docilização a serviço do neoliberalismo machista.

A décima quarta, *Minas na Semi: (re)significações de narrativas das adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa Semiliberdade*, detecta as peculiaridades da medida de semiliberdade nos processos vivenciados pelas adolescentes em situação de vulnerabilidades e conflito com a lei, analisando, por meio de suas narrativas, suas percepções e buscando compreender como elas constroem significações/ressignificações a respeito de si, dos processos educativos e do mundo.

A décima quinta, *As Articulações da Cisheteronorma na Privação de Liberdade de Adolescentes Infratoras*, entende como a cisheteronormatividade se (re)articula e é performada

nos contextos de privação de liberdade de jovens infratoras. No campo Centro de Atendimento Feminino (CASEF) do RS, foram realizadas observações participantes, entrevistas e oficinas de histórias, cujo conteúdo reunido revelou vulnerabilização perante o Estado associada às exigências de gênero, uma vez que a precarização dos corpos é agravada em virtude ao desvio da cisheteronorma – o que faz com que a socioeducação feminina seja pautada em um regime de feminilização.

A décima sexta, *Meninas da FEBEM: uma análise de narrativas de ex-internas da FEBEM de Ouro Preto*, analisa as narrativas de vida de quatro ex-internas da FEBEM de Ouro Preto com a finalidade de compreender como a experiência de terem vivido em uma instituição como essa pode ter contribuído para a formação de suas identidades; com a premissa de que existe um estigma relacionado a essa instituição, as estratégias utilizadas em narrativas de ex-internas que se relacionam ao estigma. Outro objetivo da pesquisa é tentar compreender como se formou a memória coletiva dessas ex-internas, a partir do exame da materialidade discursiva e das representações que trazem em suas narrativas.

A décima sétima, *A Saúde de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação no Rio de Janeiro*, investiga as condições de saúde de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na única unidade responsável por acolher adolescentes do sexo feminino no Estado do Rio de Janeiro, identificando os principais problemas de saúde física e mental que as acometem, investigando as percepções dos atores institucionais sobre a saúde das internas e analisando quais obstáculos são colocados para o acesso das adolescentes aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), acesso esse preconizado pela Política Nacional de Atenção à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI).

A décima oitava, *As Medidas Socioeducativas, o cinema e a produção de narrativas sobre a história das mulheres: uma experiência no Centro Socioeducativo Feminino (CESEF)*, apresenta a experiência do território referido que resultou em um livro – cuja escrita fortaleceu a autoestima das envolvidas, favoreceu a sua reinserção social e estimulou habilidades e competências relativas à educação.

A décima nona, *Trajetórias Atravessadas: uma análise interseccional para a proteção das adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas*, pesquisa a invisibilidade de adolescentes cumpridoras de medida socioeducativa de internação. Para tal, foram lidos trabalhos sobre o tema e apreciadas as políticas públicas direcionadas ao sujeito estudado. Foram ressaltadas as relações entre as opressões vivenciadas em razão da idade, do gênero, da classe e da raça, além de destacada a ausência de iniciativas direcionadas a esse público.

A vigésima, *Até uma pessoa branca e rica erra mais do que a gente, que sou pobre, preto e cheio de tatuagem! a imbricação raça-sexo-classe e o sofrimento ético-político na socioeducação feminina*, verifica, à luz do feminismo marxista, de que modo o sofrimento ético- político, em interface com a imbricação sexo-raça-classe, perpassa a experiência da privação de liberdade para jovens mulheres. As ferramentas de coleta foram observação participante e a *photovoice* em campo, a partir das quais foram apreendidos núcleos de significação. Concluiu-se que a regência institucional é punitivista e que a ideologia cisheteropatriarcal-racista- capitalista atua violando direitos e subjugando um público vulnerável.

A vigésima primeira, *Quando eu vi, tava envolvida: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade*, delineou-se a partir da seguinte questão problemática: como trajetórias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado em Fortaleza são atravessadas pelas dinâmicas da violência urbana no Ceará? Seu objetivo geral foi analisar os atravessamentos das dinâmicas da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade na cidade de Fortaleza. Seus intentos específicos foram: conhecer trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade na capital cearense a quem se atribui envolvimento em organizações criminosas conhecidas como “facções”; problematizar como a inscrição em organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas marca as trajetórias de adolescentes do gênero feminino; discutir a perspectiva de adolescentes privadas de liberdade sobre as transformações da dinâmica da violência em Fortaleza e seus efeitos em seus cotidianos.

A vigésima segunda, *Opacidade de adolescentes em Conflito com a Lei: vivências de egressas do sistema socioeducativo do Distrito Federal*, pesquisa sobre a história de três jovens egressas da internação socioeducativa do Distrito Federal. As narrativas revelaram trajetórias atravessadas por vivências sociais de opressão de gênero, raça e classe com fragmentos de subversão coletiva, considerada uma forma de resistência e existência.

A vigésima terceira, *Envolvidas: a experiência social das adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade*, investiga a experiência social – aspectos socioeconômicos e referentes à rede de sociabilidade, além da inserção na criminalidade *versus* educação – dessas sujeitas na unidade de Fortaleza/CE. O método deu-se em aplicação de questionário e entrevista semiestruturada, cujo conteúdo apreendido foi lido à luz da interseccionalidade e das teorias de Mbembe e Das. Os resultados apontam que o perfil em questão sofre opressões de gênero, raça e classe, além de ser submetido à punitivismo penal, enquanto as Instituições atuam como promotoras de vínculos interpessoais.

A vigésima quarta, *Afetos Marginais e Tramas no Crime: trajetórias sentimentais e experiências de encarceramento entre adolescentes mulheres em Alagoas*, averigua o entrelaçamento entre afetos vividos por adolescentes internas no Sistema Socioeducativo de Alagoas à sua atuação criminosa. A análise foi realizada a partir do conteúdo de rodas de conversa com as participantes, as quais apontaram que o envolvimento destas com facções e tráfico é enovelado pelos repertórios dos envolvimento amorosos, sexuais, filiais e familiares.

A vigésima quinta, *O Cuidado com as Adolescentes: um estudo a partir da unidade feminina de privação de liberdade do DEGASE*, analisa os significados do cuidado para as adolescentes privadas de liberdade no Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – CENSE PACGC/DEGASE, unidade de atendimento de internação provisória e internação como medida socioeducativa, no Estado do Rio de Janeiro, destinada à adolescentes do sexo feminino.

A vigésima sexta e última, *Adolescentes Difíceis: uma etnografia sobre o atendimento socioeducativo no Centro Joana Miguel Richa (PR)*, reflete sobre o atendimento socioeducativo destinado às adolescentes internadas, considerando as perspectivas dos diversos servidores responsáveis pelo atendimento e pela análise de documentos produzidos pela instituição a respeito de suas condutas.

As produções acadêmicas revisadas ressaltam a necessidade de abordagens holísticas que considerem a complexa interação entre gênero, raça e classe. Tais abordagens podem fornecer *insights* cruciais não apenas para o aprimoramento das políticas de privação de liberdade, mas também para a transformação das estruturas sociais mais amplas que perpetuam as desigualdades e violências. É evidente que a pesquisa nesse campo está em constante evolução, à medida que mais acadêmicos e pesquisadores reconhecem a importância de oferecer escuta a esse grupo marginalizado socialmente.

Nessas investigações verificamos a predominância de estudos sobre a situação infracional e a relação com a escola dos adolescentes, sobretudo nas pesquisas em nível de Mestrado.

As pesquisas realizadas sobre o Sistema Socioeducativo no Âmbito do Gênero Feminino vêm apresentando discussões em 12 áreas distintas, conforme demonstrativo no Quadro 6 abaixo e mais notoriedade em três áreas do conhecimento que são: Psicologia, que concentra 11 trabalhos totalizando um percentual de 30,6%; Educação, com 7 trabalhos tendo um percentual de 19,5% e Sociologia, com 4 trabalhos chegando a 11,2%.

Concluimos que ainda é bem discreta a realização de pesquisas que envolvem o público

feminino no tocante ao cumprimento de medida socioeducativa com privação de liberdade. É um tema delicado, desafiador e que requer efetividade de políticas públicas que façam valer os direitos e os cuidados no atendimento a contento do público feminino.

Quadro 6 – Distribuição de Dissertações e Teses sobre Sistema Socioeducativo no Âmbito do Gênero Feminino por Áreas de Conhecimento (2011-2022)

Área do Conhecimento	Número de Trabalhos		
	Dissertações	Teses	Total
Psicologia	6	5	11
Educação	5	2	7
Sociologia	4	-	4
Ciências Sociais	2	1	3
Política Social	1	2	3
Saúde Pública	1	-	1
Letras	1	1	2
Direito	2	-	2
História	1	-	1
Medicina	1		1
Serviço Social	1		1
Estudos Interdisciplinares em Gênero	1	-	1
Total	26	11	37

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados coletados, 2023.

Assim, a importância da revisão bibliográfica reside na capacidade de proporcionar uma visão panorâmica das contribuições realizadas anteriormente no campo de estudo. Isso nos permite identificar áreas de investigação já exploradas, bem como tópicos menos abordados que possam representar oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas com novos olhares e descobertas. Além disso, a revisão bibliográfica ajuda a evitar a duplicação de esforços, poupando tempo e recursos ao direcionar o foco para os aspectos mais relevantes e inexplorados sobre o tema pesquisado.

Dos trabalhos identificados nesta revisão, cabe ressaltar que as questões raciais permeiam as discussões quando se trata dos números em atendimento pelo Sistema Socioeducativo no Brasil. Embora estes recortes estejam presentes nos estudos acadêmicos, a juventude negra ainda está nos bastidores em seu protagonismo, ou seja, a juventude negra está presente enquanto número e dados estatísticos por se destacar em maior número nas instituições

socioeducativas e de percentual em atendimento pelo sistema de Justiça Juvenil. Destarte, a voz da juventude negra não ecoa e o seu protagonismo encontra-se destacado no espaço marginal, enquanto isto, os seus gritos e silêncios ressoam entre os muros, grades, seguranças, corredores e portões das instituições destinadas à privação de liberdade.

Isto posto, a relevância desta pesquisa consiste em oferecer a “escuta ativa e o ouvir” o que as jovens negras egressas da Fundação CASA têm a nos dizer.

CAPÍTULO 3

AS JOVENS E EU: DE DENTRO PARA FORA

“Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social.”
(Sueli Carneiro)

Este capítulo descreve a cartografia percorrida pela pesquisadora para encontrar as jovens egressas da Fundação CASA que se tornaram protagonistas por escolherem participar da pesquisa narrando suas experiências vividas no período de internação. Para o desenvolvimento da tese, optamos pelos estudos de campo, etnográfico, bibliográfico e pela análise documental.

3.1 Percalços no Caminho

Depois de elencarmos o tema e quem seriam as participantes para este estudo, saímos a campo com o objetivo de encontrarmos as jovens negras que já estavam liberadas das Medidas Socioeducativas de Internação para participarem da pesquisa. Na tentativa de encontrarmos jovens negras egressas da Fundação CASA, realizamos contatos via redes sociais com colegas, grupos de estudos e outras instituições que atendem jovens após a desinternação, seja em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade e que atuem no acolhimento às egressas. Apresentamo-nos explicando a eles sobre o curso de Doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP, expondo que precisava escutar algumas jovens para fundamentar a elaboração da tese e, para isto, necessitava de um interlocutor que fizesse o elo de comunicação entre elas e eu, e saber se algumas delas gostariam de conversar comigo sobre a sua passagem na Fundação CASA.

Quando decidimos realizar este estudo, junto a esta decisão vieram demandas importantes em relação à legalidade operacional para a sua realização, ou seja, como contatar estas jovens para além da instituição. Em busca de respostas, iniciamos uma articulação com as redes socioassistenciais e começamos a conversar com vários atores que atuam no Sistema de Garantias de Direitos, com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE), através das prefeituras e instituições que acolhem jovens egressas do Sistema Socioeducativo.

Os contatos iam sendo realizados de maneira gradual e particular, levando em consideração que estes profissionais também gostariam de me conhecer, conversar para melhor compreender os objetivos da pesquisa e, então, pensar em possíveis participantes diante do

perfil da população atendida por eles. Alguns desses contatos foram iniciados via telefone e, posteriormente, efetivaram-se em encontros presenciais para melhor aproximação, diálogo e pensar em estratégias de como contatá-las. E assim, continuamos a busca. Ressaltamos que o cuidado para a aproximação com elas necessitava de vínculo de confiança, uma vez que, além de ser pesquisadora da PUC-SP, também sou servidora da Fundação CASA. Esses profissionais que atuam com as egressas foram solícitos e atenciosos, deram o suporte e realizaram interlocuções importantes entre mim e as jovens. Foram várias conversas com as jovens e muitos não e, diante das constantes negativas, em alguns momentos, pensamos em mudar o foco deste estudo, pois alcançá-las se tornava uma possibilidade distante, mas decidimos continuar e, assim, prosseguimos ir dando continuidade à pesquisa.

Inicialmente, os contatos foram realizados via telefone e, às vezes, por mensagens via *WhatsApp*. Oportunamente, expomos, nos grupos de discussão e pesquisa denominados “Comitê de Combate ao Racismo” e “Violência de Estado”, um mini currículo e solicitamos aos colegas o auxílio neste desafio.

Alguns contatos permaneceram via telefone, no caso do interior paulista, em outras instituições fomos pessoalmente para tentarmos estreitar o diálogo, falarmos sobre a pesquisa, conhecermos os profissionais e eles a mim, seria relevante, já que estariam como facilitadores nesta busca. Sendo assim, organizamos, no caderno de campo, os nomes e os endereços de possíveis colegas que se mostravam em condições de auxiliar-nos e fomos estabelecendo a rede de contato. É importante ressaltar que também fomos contatadas por profissionais que souberam da pesquisa por outros colegas e colocaram-se à disposição.

No início do ano de 2022, estando a pandemia de COVID-19 sob controle e o país voltando à normalidade, no mês de fevereiro, resolvemos ir a campo para conhecermos e nos aproximarmos dos profissionais que atuam nas Medidas Socioeducativas de Meio Aberto. Decidimos ir até os bairros Cidade Tiradentes e Itaquera, no extremo leste de São Paulo, no Brasilândia, na zona norte do município de São Paulo, na cidade de Barueri localizada na região metropolitana da grande São Paulo, no CRAS da região do Tatuapé ainda na zona leste da cidade de São Paulo, além de continuarmos com as tratativas para encontrarmos as jovens mantemos contatos via redes sociais com os colegas das Cidades de Taubaté, Caçapava, Presidente Prudente e Campinas e, assim, conversamos com quinze adolescentes, sendo que destas, apenas três decidiram participar da pesquisa até o final.

Dessa maneira comunicamos às participantes todo o processo para o desenvolvimento da pesquisa que envolveu encontros, gravação das entrevistas e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também acordamos que elas não seriam

identificadas, que usaríamos nomes fictícios para representá-las e cada uma escolheu um nome a partir das suas percepções e significados sobre os momentos vivenciados durante o período que estiveram em privação de liberdade.

No decorrer do período de fevereiro de 2021 a novembro de 2022, conseguimos contatar 15 jovens, no entanto, apenas três se dispuseram a participar da pesquisa, conforme dados registrados no Quadro 7 abaixo:

Quadro 7 – Jovens contatadas para a realização da entrevista (2021-2022)

NOME	PERÍODO	REGIÃO	CONTATOS	PARTICIPAÇÃO
Bruna	fevereiro-maio 2021	Jardim Robru/SP	8	Desistiu
Maria	novembro-março 2021-2022	Zona Norte/SP	9	Resolveu não falar mais
Ana Júlia	outubro-fevereiro 2021-2022	Taubaté/SP	15	Não compareceu na data marcada
Larissa	março-abril 2021	Caçapava/SP	5	Desistiu
Ana Laura	março-maio 2021	Campinas/SP	8	Não respondeu mais
Taynara	março-junho 2021	Itaquera/SP	9	Disse que estava mal e desistiu
<u>Dandara</u>	março-novembro 2022	Caçapava/SP	29	OK
Caroline	maio-junho 2021	Taubaté/SP	4	Não manteve o contato
Tayane	agosto-setembro 2021	Iguaçu do Tietê/SP	8	Não consegui manter contato
Ariadne	setembro-outubro 2021	Campinas/SP	9	Não consegui manter contato
Camily	maio 2021	Parque Novo mundo/SP	3	Não compareceu
<u>Zoe</u>	abril-novembro 2022	Itaim Paulista/SP	37	OK
Deyse	junho-julho 2021	Mauá/SP	7	Não quis participar
<u>Beyoncé</u>	maio-novembro 2022	Paraisópolis/SP	39	OK

Meire	agosto-setembro 2021	Baixada do Glicério/SP	9	Foi apreendida durante o período das conversas
--------------	---------------------------------	-------------------------------	----------	---

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

A busca por estas jovens foi uma tarefa delicada, pois ao nos apresentarmos a elas e explicarmos sobre a pesquisa, nos identificamos como pesquisadora e também como servidora da Fundação CASA. Era um momento em que foi necessário “jogo de cintura” e delicadeza que favorecesse o estabelecimento de vínculo e confiança para que elas se sentissem tranquilas e pudessem falar. Essas jovens, por vezes, entram e saem da instituição, ou seja, algumas podem ter várias passagens pela Fundação CASA devido à prática do ato caracterizado e identificado como infracional e retornarem ao lugar em que a fala tem notoriedade para a elaboração do tão temido relatório técnico. Diante disso, essas jovens tinham receio de narrarem suas vivências pelo fato de ser servidora da instituição. Com isso, somente três se dispuseram a narrar os cotidianos durante o período de internação.

E foi em uma quinta-feira do mês de fevereiro de 2021 à tarde que recebemos de um colega, o contato de uma jovem que gostaria de participar, o que nos causou bastante alegria.

A primeira jovem que se propôs a participar iremos chamá-la de Bruna. A conversa inicial com ela deu-se via telefone e mensagens de *WhatsApp* e foi assim que nos apresentamos. Detalhamos para ela, a pesquisa e a proposta para a sua realização, e Bruna concordou. Em seu diálogo, ela relata que se considera negra, estava com 19 anos e engravidou do namorado no mesmo mês que foi liberada da Fundação CASA. O bebê nasceu prematuro de oito meses e meio, mas foi tudo bem no parto. Naquele momento, ela estava morando com a avó materna e o bebê de quatro meses. Seu ex-namorado não assumiu a paternidade, permanecia distante e sem comunicação. A Bruna nos contou sobre as dificuldades da vida aqui fora para manter-se, a felicidade em ser mãe e os sonhos de uma vida melhor para o filho. Foram alguns contatos, conversa breve, em outros ela falava um pouquinho mais e, geralmente, envolvia as histórias do seu bebê. No decorrer de alguns dias, estávamos para combinar uma data para nos encontrarmos pessoalmente. No entanto, em um determinado dia, recebemos uma mensagem de Bruna que dizia: — *Dona Anita, bom dia, desculpa aí, mas não irei mais contar pra senhora minha história na Fundação, me perdoe mesmo! É porque a minha avó teve um sonho que eu estava presa novamente e isso me deixou muito mal, abatida e sem condições de tocar no assunto. Um beijo pra senhora e muita sorte, aí.* É compreensível a desistência da Bruna e seguimos com as demais jovens.

Com a Maria, foram realizados nove contatos por *WhatsApp*. Depois de trocarmos mensagens ela resolveu desistir e não nos avisou. Ficamos esperando uns dias e realmente não

houve mais contato.

Já com a Ana Júlia foram realizados vários contatos também em que respondeu às mensagens, mas se dizia ocupada por estar pleiteando uma vaga em um determinado clube de futebol e não foi possível concretizar a entrevista.

Foram trocadas algumas mensagens com a Larissa, mas ela avisou que estava trabalhando e não poderia dar continuidade às nossas conversas.

A Ana Laura foi a jovem com quem trocamos mensagens e por diversas vezes combinamos de realizar a entrevista. Diante da vida pregressa e das ameaças que ela relatou estar recebendo, não foi possível o nosso encontro.

Fizemos contato com a Taynara, e em pouco dias, ela avisou que estava mal com a suspeita de gravidez indesejada e desistiu de participar da pesquisa.

Mantivemos algumas conversas por telefone com a Caroline e, posteriormente, não houve resposta.

Não foi possível manter contato com a Tayane.

Com a Aryadne, devido à troca do número de celular, não conseguimos manter o contato.

Já com a Camile marcamos um encontro e ela não compareceu. Era uma jovem negra de 18 anos, dinâmica, falante e com três passagens pela Fundação CASA. Assim que iniciamos a conversa ela se mostrou interessada em contar sobre sua passagem pela internação na Fundação CASA e teve a iniciativa de marcar o encontro para a entrevista. Agendamos a data e o local que era em frente ao supermercado Dia na zona norte. Porém, no dia, ela não compareceu ao encontro e não mais retornou o contato.

Foram realizadas trocas de mensagens com a Deise e, no entanto, ela avisou que pensou bem e não estava a fim de participar da pesquisa.

No período de trocas de mensagens com a Meire, fomos informadas por sua irmã que ela havia sido apreendida pela polícia devido a uma nova infração.

Mediante a situação de cada jovem, percebemos que o resgate das memórias, o narrar as experiências e confiar em alguém se caracteriza em um desafio que envolve insegurança e receios.

A partir do olhar para cada jovem que foi contatada e não participou da pesquisa, percebemos as dificuldades e os obstáculos vivenciados por elas após serem liberadas da Fundação CASA, diante de uma trajetória de vida fragmentada com ausências significativas de acolhimento, amparo e assistência que lhes propiciem suporte para a manutenção do distanciamento de atividades ilícitas.

Entretanto, notamos o paradoxo entre a privação e a recuperação da liberdade como demonstrado por Benelli (2014): por um lado, a liberdade pode deixar deslumbrado o/a ex-internado/a, maravilhado/a perante a tudo que se pode vivenciar cotidianamente, “por outro ter vivenciado a privação de liberdade pode representar um estigma, que precisa ser disfarçado e ocultado, bem como a recepção do ex-internado/a pode ser fria e o estigma dificultar-lhe a tarefa de arrumar um emprego ou um lugar para viver” (p. 46-47).

Isso dito, o voltar à sociedade ainda é assustador por não saberem o que lhes espera, pois para além das dificuldades financeiras, há ainda o assédio permanente do meio ilícito e também a etiqueta do estigma.

Para ser fiel às indagações iniciais e às falas das jovens protagonistas, optamos pela inserção completa dos textos das narrativas para que sejam compreendidas de acordo com os contextos em que foram vivenciados. Tais narrativas trazem histórias reais que foram permeadas por sentimentos como: medo, insegurança, vergonha, aflições e, ao mesmo tempo, reflexões que influenciaram os modos de pensar, agir e viver das protagonistas.



Guilherme Cardoso

3.2 O Encontro com Dandara

“Acreditava que ali seria o meu fim...”
– Dandara, 2022 –



Fonte: Amazônia Real, 2018.

Dandara (nome escolhido pela protagonista para representá-la).

Com a Dandara realizamos contatos pelo *WhatsApp* por meio de mensagens de textos, áudios e/ou ligações com ou sem vídeo que ocorreram entre os meses de março e outubro do ano de 2022. Ela é uma jovem negra de 19 anos, solteira, heterossexual, alta, cabelos cacheados e volumosos, tímida, com ensino médio completo, desempregada, gostava de fotografias com paisagens, esportes e rosas. Era moradora de Caçapava no interior de São Paulo e esteve internada na Fundação CASA em São Paulo, capital, por 1 ano e 6 meses cumprindo medida socioeducativa de internação.

Imagem 9 – Sala da casa de Dandara com rosas pintadas na parede de seu quarto



Fonte: Arquivo imagético da autora, 2022.

Fomos apresentadas por uma Assistente Social da cidade de Caçapava com a qual conversamos sobre a pesquisa que seria desenvolvida, tendo esta profissional acompanhado a jovem durante o período em que cumpriu a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida na referida cidade.

A cada momento em que recebíamos uma indicação de alguma jovem egressa da Fundação CASA, enchia-nos de esperança e certeza que estávamos no caminho certo para o estudo.

Durante um período, trocamos algumas mensagens pelo *WhatsApp*, apresentamo-nos, falamos dos estudos enquanto pesquisadora e do trabalho como coordenadora pedagógica na Fundação CASA. Com o passar do tempo, fomos estabelecendo diálogo sobre a importância da pesquisa e a necessidade de gravar a sua voz contando sua história enquanto egressa da instituição. Mesmo sendo de maioridade civil, ela enfatizou que precisava do consentimento de sua mãe, Dona Rosa, por isso, teria que consultá-la para obter a aprovação ou não. Os meses e os dias de espera foram de expectativas e anseios e, em determinado dia, recebemos a confirmação da aprovação em uma mensagem no *WhatsApp* que dizia: — *Eu vou participar da sua pesquisa, minha mãe disse tudo bem!*

A resposta positiva foi motivo de alegria. Mantivemos contatos mais dinâmicos e após algumas semanas, Dandara nos convidou para irmos à sua casa e lá realizarmos a entrevista. Vibramos de alegria e agradecemos imensamente o convite. Depois, fomos pensando nas possibilidades para a realização do encontro. Ela fez a seguinte observação: — *Você pode vir aqui, mas minha casa é simples, muito simples e fica no meio do mato...é mato mesmo...é uma estrada de barro e aqui não passa ônibus, até tem um ponto, mas o ônibus não passa.* Respondemos-lhe que tudo bem e que iríamos até ela! Então, a jovem fez outra ressalva: — *É melhor vir na sexta-feira porque tem menos vizinhança por aqui, também as pessoas estão trabalhando e tem uma casa perto, sabe? Dá para ouvir e ninguém do meu bairro fica sabendo, aqui é bem complicado.*

Sendo assim, combinamos para uma sexta-feira pela manhã, por não haver muitos vizinhos, desse modo, não seríamos vista, a família não seria interrogada sobre a nossa presença, evitando a curiosidade de quem seria. Em alguns dias, acertamos a ida à Caçapava no interior de São Paulo. Estávamos apreensivas, não conhecíamos a cidade, o bairro de moradia da jovem, mas era importante a escuta da narrativa dela para a pesquisa e também os modos como eram executadas as medidas socioeducativas.

A saída de São Paulo para realizarmos a pesquisa e nos encontrarmos no Terminal Rodoviário do Tietê a caminho da cidade de Caçapava foi um momento único e singular. O dia

estava bonito, ensolarado e estávamos radiantes, acompanhadas por um misto de sentimentos indescritíveis que exalávamos. No entanto, a preocupação também se fazia presente, não conhecíamos aquela região e enviamos mensagens à Dandara informando o horário da saída e a previsão de chegada do ônibus. Ela havia nos dito que quando estivéssemos para chegar precisaria prender o cachorro. A viagem seguia tranquila, cheia de expectativas e desembarcamos em Caçapava levando o caderno de campo com o roteiro da entrevista, o gravador de voz, o celular com GPS, carregadores, baterias e os demais materiais necessários. Ao desembarcarmos, passamos na padaria e compramos um bolinho de fubá para Dona Rosa. Em seguida, tomamos um táxi informando o endereço e trocamos mensagens com a Dandara para nos guiar. Tivemos muita dificuldade em encontrar o endereço da residência, pois ficava localizada em uma subida de ladeira de terra batida que, geralmente, os motoristas desconhecem. Os taxistas ficam em um condomínio residencial de classe média que havia ao pé da serra e bem antes da subida da estrada de terra vermelha batida. No táxi, conversamos com o motorista repassando as informações recebidas. Não sabíamos explicar o que estávamos sentindo naquele momento, pois um sentimento diferente nos habitava, talvez alegria e medo, e seguíamos no veículo que subia a ladeira, subia e não achava a localização e, diante da incerteza, ligamos para Dandara e ela nos orientava dizendo que podíamos subir a ladeira mais um pouco, e exclamou: — *Estamos aguardando no portão, minha mãe e eu!* Então continuamos a subir.

O encontro foi em uma sexta-feira, por volta das 10h30 e, ao longe, avistamos mãe e filha no portão. Ao chegarmos, fomos embalados em uma atmosfera de humildade e afeto. A casa se localizava no meio do mato, em outras palavras, no meio do nada, sem saneamento básico, ainda utilizando o sistema de fossa, sem água encanada, a fonte de água potável era uma cacimba (poço) onde se puxa a água com uma corda amarrada a uma caneca (lata). A Dona Rosa nos convidou para entrar, levando-nos primeiro para conhecermos o seu quintal e, orgulhosa, mostrava as árvores com frutas silvestres e dizia: — *Podem pegar e comer, elas estão maduras e são bem doces*, apontando para os pés de acerola e, assim, provamos as acerolas que realmente estavam deliciosas. Também haviam laranjeiras e limoeiros. Ela mostrava e falava das criações de galinhas, gansos, patos, pássaros e cachorros que alegravam o seu cotidiano.

A casa de alvenaria nos foi apresentada, era composta por cinco cômodos, sendo dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Na sala, havia uma TV de tubo em cima de um *rack*, dois sofás com duas almofadas cada um e havia cortina na janela. No quarto da Dandara havia uma cama de solteira forrada com uma colcha colorida de chenile, uma cômoda com cinco gavetas

que, em cima, havia maquiagens, perfumes, desodorantes e porta joia e, em uma das paredes, havia rosas vermelhas pintadas por ela. Já na cozinha, em um canto, havia um armário, uma mesa com quatro bancos de madeira, no outro canto, uma jarra grande com água e também uma cortina que separava a cozinha da sala. Depois de conhecermos a casa, tomamos um café, ouvimos os latidos dos cachorros, os cocoricós das galinhas chocadeiras e iniciamos a conversa.

Ainda muito tímida e sem jeito, Dandara estava sentada ao lado de sua mãe que parecia uma rocha, firme e inabalável para dar amparo emocional e físico à sua filha. Era perceptível o quanto a presença e o olhar da mãe a fortalecia para conseguir narrar suas experiências. Assim, perguntamos se já poderíamos começar a entrevista, as perguntas foram feitas e ela tomou o seu tempo para respondê-las a contento.

Pesquisadora: — *Como foi a sua ida à delegacia e o que sentiu enquanto mulher?*

Dandara: — *Foi ruim, foi horrível! Na minha primeira vez levei uns tapas. Na segunda e na terceira, não. Mas estava no carro de polícia algemada, senti vergonha e humilhação. É uma coisa complicada. É imaginar que eu tinha uma vida normal e do nada eu estava algemada, na parte de trás de uma viatura. Eu nunca imaginei que fosse passar por isso na minha vida e também não sei explicar, mas foi uma sensação muito ruim.*

Pesquisadora: — *Por favor, conte-me como foi a sua apreensão e chegada na Unidade Provisória, você se recorda como foi a sua recepção na Fundação CASA?*

Dandara: — *Lembro que fui no carro de polícia algemada. Já fiquei assustada porque os policiais falaram que era um lugar muito ruim e que eu ia apanhar... Todas essas coisas que eles falam que vão te maltratar. Nunca tinha ido à São Paulo, foi a minha primeira vez. Indo para a Fundação foi triste, num carro de polícia, eu vi que tinha o vidro transparente e deu pra ver a rua. E aí, quando cheguei lá, não conhecia ninguém, era um lugar estranho. Fiquei ainda mais assustada. Ah, aquele muro enorme e fiquei pensando o que eu estava fazendo ali, o que aconteceria comigo, o que tinha ali atrás, o que estava me esperando? Fiquei na portaria esperando um pouco, vieram me atender, me levaram para uma salinha, fizeram a revista. Eu estranhei. Ficar nua na frente de alguém que eu nunca tinha visto. Nossa, fiquei com muita vergonha, muita! E toda vez era uma tortura. Eu nunca nem mesmo sonhei nunca na minha vida. A rigidez que eu não estava acostumada. Depois coloquei minha roupa em uma sacola pra minha mãe pegar, fui tomar banho, depois conversar com a psicóloga e fui para o pátio com as meninas, aí as meninas me explicaram o que tinha que fazer. Depois foi seguindo normal. Foi difícil no começo, demorei seis meses para começar a me acostumar. Toda vez eu perguntava pra minha técnica quando eu poderia ir embora. Ela dizia “Dandara, você precisa fazer as suas coisas, seus cursos, não esquentar a cabeça com quando você vai embora. Tenta aproveitar o que você tem aqui”.*

Pesquisadora: — *E diante disso, como você se sentia?*

Dandara: — *Eu me sentia muito humilhada, por estar passando por aquela situação sendo que eu nem precisava passar por aquilo. Todo mundo estava ali por ter feito algo errado. Então, eu me identificava, porque algumas tinham vidas parecidas com a minha. Estavam lá porque aconteceu alguma coisa aqui fora e elas foram parar lá.*

Pesquisadora: — Enquanto mulher, como você se percebia no atendimento?

Dandara: — Lembro que não era feminino, era bem difícil e era mais pro masculino mesmo, essa questão das roupas. A mulher tem mais necessidades. É bem complicado. Tinha a questão do absorvente, que você precisa trocar toda hora porque não era algo que dava pra ficar muito tempo com ele sem trocar. Era ruim e de péssima qualidade. Não era uma coisa boa que dava pra durar mais tempo. Os absorventes ficavam na porta. Nos davam dois pacotes que tinham que durar o mês inteiro, para algumas durava, pra outras não.

Pesquisadora: — Você se recorda do que foi abordado no atendimento Psicossocial?

Dandara: — Lembro que ela perguntou o que tinha acontecido. O que me levou a fazer aquilo... Essas coisas. Perguntou sobre a minha família também. Eu não estou me lembrando muito devido ao tempo.

Pesquisadora: — Em algum momento discutiram sobre identidade em relação a sua cor?

Dandara: — Ninguém me perguntou sobre isso. Mas lembro de uma menina negra que chegou e ela foi desobediente. Aí, o funcionário falou -“Continua assim que você vai ficar aqui. Aqui é o seu lugar mesmo!” Eu acho que eles voltam lá no passado, né. Lá no tempo que a gente era encarcerado. No tempo dos escravos. Não que eles sejam preconceituosos, mas no sentido que querem ser e fazer cumprir as normas.

Pesquisadora: — Como era a rotina na internação, você lembra?

Dandara: — Eu recordo que no começo eu ficava lá, resmungando da vida. Mas depois eu comecei a pensar que já que eu estava ali precisava aproveitar alguma coisa. Aí, comecei a me envolver mais com as coisas e fazer os cursos. O mais difícil para mim era estar no meio de um monte de gente desconhecida, né. Você não está acostumado com isso. Alguns funcionários chatos, também. Ah, meu Deus! Mais um dia, quero ir embora. Tinham várias coisas, cada dia era uma atividade diferente. Tinha o clube de unha, que eu adorava fazer as unhas das meninas e sempre gostei. Assim, foi meio complicado porque eu não estava acostumada a fazer muita coisa não. Me ajudou bastante porque eu era muito desorganizada. Até que eu gostei de ter rotina, porque aqui fora eu não tinha.

Pesquisadora: — E a questão das normas, como eram?

Dandara: — Era bem rígida! Lembro que ficava meio perdida. Levava xingo toda hora por conta disso, tinha que andar com as mãos para trás... Ah, porque eu esquecia, que tinha de fazer alguma coisa assim. “Ei, bota a mão pra trás”, “entra na fila”! Mas depois foi mudando. E não precisava mais andar com a mão pra trás. Foi complicado. Porque aqui fora a gente não tem limites, né. Pelo menos eu não tinha. Aí, chega lá dentro tem que cumprir um monte de regras e tudo muito diferente. Acordar cedo, ter horário pra tudo, ter que estudar, ter que fazer curso, essas coisas.

Pesquisadora: — Qual a sua percepção enquanto ser negra no Sistema Socioeducativo?

Dandara: — É difícil, até aqui fora, parece que é mais pesado de certa forma dentro do sistema prisional ainda mais. É terrível! É algo que eu não consigo explicar. Lá dentro a maioria era de meninas negras. Via assim, a maioria de negras, de comunidades que passavam por alguma

dificuldade e eu me via como mais uma lá dentro. Algumas tinham família, outras não. Algumas moravam com os pais, outras não.

Pesquisadora: — *Você vivenciou algo marcante lá dentro?*

Dandara: — *Sim. Eu me lembro que teve até uma vez que levaram uma menina para a coordenação de madrugada e ela voltou cheia de marcas. Ela falou que foi agredida. Isso não acontecia comigo porque eu obedecia a todas as normas. Também vi brigas entre as meninas.*

Pesquisadora: — *Você percebeu alguma adolescente homoafetiva?*

Dandara: — *Sim, percebi que na internação tinha umas 10 eu acho. Lembro que os funcionários viam com bastante preconceito, ficavam muito incomodados e implicavam bastante com o jeito de se vestir, de andar e o cabelo. Eles ficavam muito incomodados com tudo. Era muito difícil, eles até falavam “vem aqui faz isso, faz aquilo, você não é homem, você é mulher”. Eles não queriam aceitar que ela era diferente. É porque já basta ser negra e sapatão, ainda?*

Pesquisadora: — *Quanto tempo você ficou na Internação?*

Dandara: — *Um ano e meio. É muito tempo. Eu entrei com 17 anos e saí com 19, quase 20. É bem complicado, né. Porque adolescente gosta de sair, antes eu gostava muito de sair. Depois que eu cheguei lá, eu até ia dormir bastante tarde, porque estava acostumada a dormir tarde. Acordava cedo no dia seguinte, morta. Ah, os horários...*

Pesquisadora: — *O que você pensou para a sua vida daqui para frente?*

Dandara: — *Pensei bastante na minha vida, pensei no que eu tinha feito e que eu decidi que quando eu saísse, iria mudar de vida porque não queria passar por tudo aquilo de novo.*

O narrar a vivência do período de internação implicou para Dandara o resgate e a reconstrução de experiências que estavam guardadas no fundo de suas memórias. Essa reconstrução traz à tona algumas situações delicadas em que ela se mostrou cuidadosa em contá-las. Observamos que, na sua fala, as palavras foram bem elencadas para que pudessemos compreendê-la.

Neste sentido, Schmidt e Mahfoud (1993, p. 289), ressaltam que:

Para Halbwachs (1990) a lembrança é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento, na medida em que porta o “*sentimento do já visto*”. É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais.

Durante as suas narrativas, por várias vezes, a jovem falava baixinho e, em outras, dispersava o olhar em um movimento de resgatar, em suas memórias, o que foi vivido. Ela procurava palavras que materializasse as suas emoções de maneira que entendessemos o sentido do que estava sendo narrado. Em outro momento, ela olhava para a mãe como se houvesse um

sentimento de vergonha ou como se estivesse compartilhando, naquele instante, algum segredo que a Dona Rosa talvez não soubesse de uma situação que ela vivenciou durante a internação. Terminado o relato, mãe e filha se mostraram super solícitas e nos acompanharam até o portão para esperarmos o táxi.

A poesia/música abaixo foi elencada pela própria Dandara com a intenção de representá-la enquanto jovem que cumpriu medida socioeducativa. Ao sair da Fundação CASA **buscou sua inserção social e conseguiu um trabalho em uma lanchonete para viver dignamente na casa de sua mãe**. Ressaltamos que, quando iniciamos a pesquisa, ela estava desempregada.

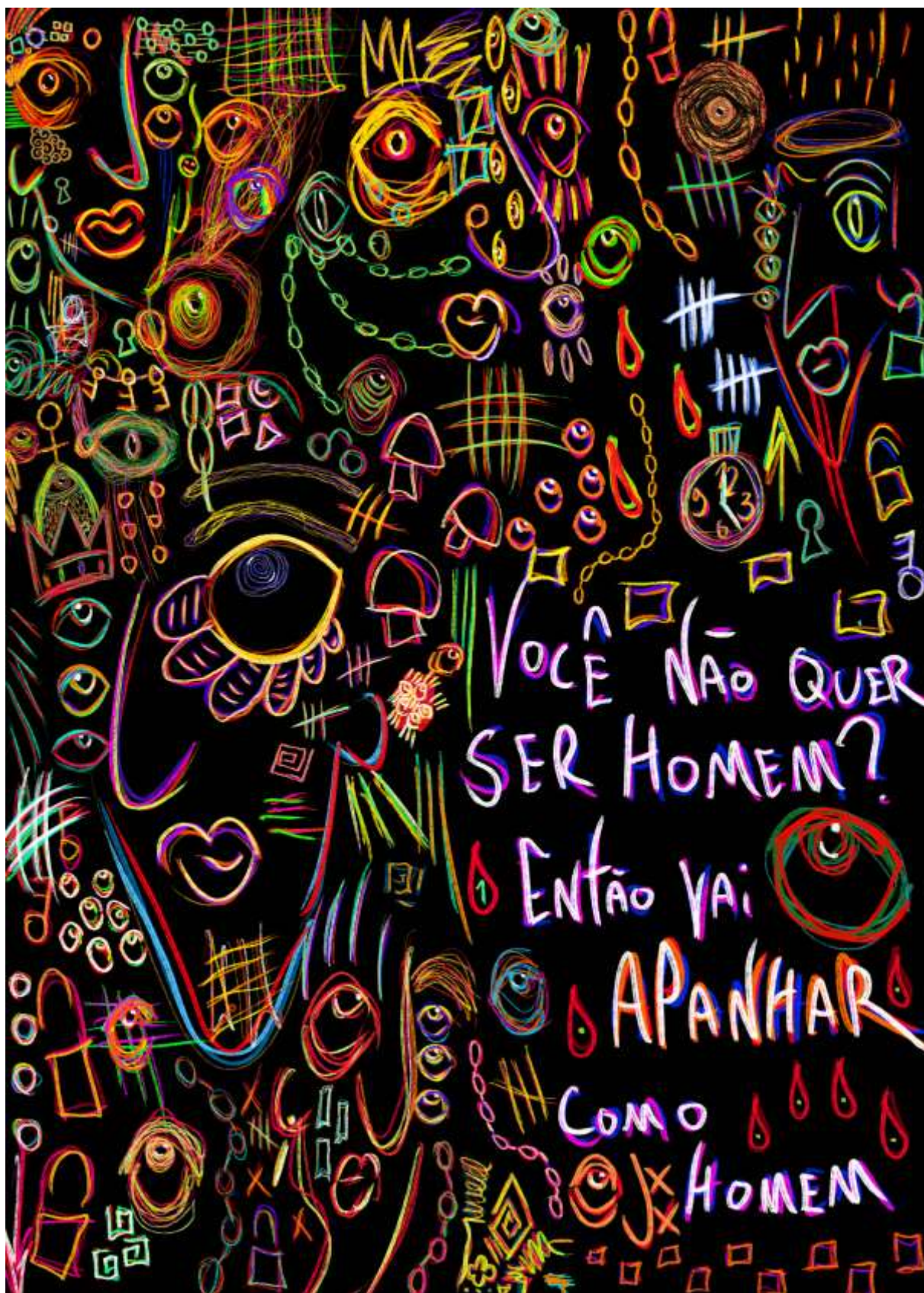
CAÍ LÁGRIMAS
(MC Duda do Marapé)

*Lágrimas caem quem já passou no sofrimento
Coração bate acelerado mó saudade
Na minha vida toda só tive arrebento
Família minha, meus amigos de verdade
Era muito longe, às vezes não tinha visita
Graças a Deus os companheiros lá da ilha
Sempre chegaram e nunca esqueceram de mim
Em qualquer situação eu ia até o fim
Mas mesmo assim a saudade continuava
E a depressão dominava na madrugada
E lá no pátio na direta andava só
Os companheiros diziam conversa que é melhor
Um dia que igual aos outros estava fazendo uma letra
Dos amigos meus que estão bem lá no céu
No mesmo dia tinha atracado um sedex
Do meu pai escrito, Eduardo a saudade é cruel
Você seguiu essa vida porque tu quis
Eu e sua mãe que te amamos estamos aqui
Infelizmente tu se encontra aí
A nossa vida aqui fora tá infeliz
Caem lágrimas, caem agora
E vão embora, no rosto rolam, rolam, rolam
Várias lágrimas caem agora
E vão embora
No rosto rolam
De quem te adoram
No rosto rolam
Lágrimas.*

Dandara, com toda delicadeza, escreveu uma carta contando um pouco de suas experiências e observamos que, apesar dos percalços da vida, ela seguiu em frente e evidenciou que recomeçar é fundamental.

Imagem 10 – Carta da Dandara

Passei por dias difíceis, acreditava que ali
 seria meu fim, acreditava que não teria mais
 oportunidades de um recomeço, por meses esse
 sentimento de tristeza e incerteza me dominava
 ... Mas um dia passei a olhar a vida com outros
 olhos, transformei as dificuldades em novas oportu-
 nidades, tentei aproveitar todo tempo que tinha
 ali, em pouco de 6 meses que passei prisioneira, fiz
 vários cursos, aprendi muitas coisas novas, que
 talvez aqui fora não teria a mesma oportu-
 nidade, terminei meus estudos, participei de dois
 campeonatos, handball e futebol, comecei a praticar
 o amor próprio e passei a entender que
 sou capaz de ser e fazer o que eu quiser
 ... fazer dos dias difíceis oportunidade incalculável
 e para aqueles que entenderam que o vida
 não para, independente de onde você esteja,
 errar é comum e querer recomeçar é fun-
 damental.



Guilherme Cardoso

3.3 O Encontro com Zoe

“Teve uma vez que eu apanhei porque me pegaram namorando com outra menina de madrugada, eu e ela apanhamos. Na época, os funcionários te algemavam e batiam, já apanhei muito na internação”.

– Zoe, 2022 –



Fonte: Amazon, 2023

Zoe - (nome escolhido pela protagonista para representá-la).

Os contatos com Zoe ocorreram por mensagens de *WhatsApp* no período de abril a novembro do ano de 2022 e, em alguns momentos, foram por videochamada, áudios e encontros presenciais. Ela se considera parda, é magra, tem olhos claros e estatura mediana. É solteira, usa blusa com capuz, é muito bem arrumada, tem ensino médio completo, é atendente de lanchonete, é lésbica, gosta de cortar cabelo, de esportes e de cozinhar. Atualmente está com 23 anos e é moradora do extremo leste de São Paulo – Itaim Paulista. Permaneceu internada na Fundação CASA por cerca de 9 meses. A conhecemos através de um projeto social que acolhe adolescentes egressas do sistema socioeducativo.

Imagem 11 – Itaim Paulista – Zona Leste de São Paulo – SP



Fonte: Imagem Google, 2023.

Os contatos com Zoe se deram através de uma colega psicóloga que trabalha com jovens

que cumpriram Medidas Socioeducativas e com egressas da Fundação CASA. Esta profissional facilitou a nossa interação, inicialmente conversando com ela sobre a pesquisa e, diante do aceite, passou-nos o seu contato e cedeu o nosso para ela. Sendo assim, iniciamos algum contato. Desde o início, a jovem se mostrava receptiva e interessada em participar, no entanto, a comunicação com ela se dava em um momento em que a sua atividade laboral era intensa e exaustiva. Esta jovem trabalhava como atendente de lanchonete em uma das lojas da rede McDonald's no período noturno e, por isso, o contato com ela era esporádico, pontual e, mantendo o cuidado e o respeito para não interferirmos em uma rotina já sobrecarregada e comprometida.

O diálogo com ela foi esporádico e pontual e, às vezes, ela nos contava da exaustão e em uma das nossas breves conversas assim falou: — *Ani chego muito cansada, trabalho a noite toda, tento descansar durante o dia porque a noite, tenho que voltar e tenho somente uma folga na semana.* No entanto, entre o descanso e o trabalho, às vezes, conseguimos trocar mensagens com “*uma boa tarde, boa noite, como vai?*” E assim, mantivemos a interlocução. De modo cuidadoso e gentil, ela buscava, no pouco espaço do seu tempo, um momento, mesmo que de forma breve manter o contato e, assim, foram alguns longos meses em que ficávamos na expectativa e na ansiedade para não perdermos o seu contato. Passaram-se alguns meses quando um dia ela enviou uma mensagem e disse: — *Oi, Ani! Tudo bem? Esta semana terei uma folga e poderemos nos ver!*

Sentimo-nos felizes por encontrarmos mais uma jovem disposta a participar da pesquisa. Posteriormente, marcamos um encontro para uma terça-feira, dia da sua folga. Alegremente preparamos o material, pois aquele dia seria um dia especial.

Desta forma, combinamos em nos encontrarmos no parque Santa Amélia, no Bairro de Itaim Paulista, próximo à residência dela, considerando que a Zoe havia feito a seguinte ponderação:— *Seria melhor que a nossa conversa fosse distante daqui da minha casa porque o meu irmão e a minha mãe podem estar em casa, por isso seria melhor irmos para um outro lugar. Sendo assim, o parque seria um local onde poderíamos ficar mais à vontade.*

Aquela tarde de terça-feira estava com um clima agradável, pegamos o ônibus, descemos no Largo da Concórdia e, de lá, iniciamos o trajeto de trem na estação do Brás em um vagão cheio, mas a viagem seguia tranquila e assim, seguimos no trem rumo ao extremo leste de São Paulo.

Durante o longo percurso, fomos nos comunicando e a jovem, então, sugeriu que, ao invés de irmos até a estação Itaim Paulista como havíamos combinado anteriormente, irmos ao shopping dentro do Supermercado Sonda que era próximo à estação de trem do Jardim Romano, pois seria esta a melhor opção, considerando que a praça estava muito movimentada e, assim,

seguimos para o nosso encontro.

Da estação do Brás até a estação do Jardim Romano, o tempo de percurso é de aproximadamente 45 minutos, passando por várias estações e, a cada uma, a satisfação aumentava. E, por fim, chegamos no ponto de encontro, e lá estava ela esperando-nos sorridente e receptiva. Foi muito bom encontrá-la! Saímos caminhando em direção ao shopping. Durante o caminho, ela nos contou como era a região, disse que o horário da tarde é mais tranquilo, porém durante a noite teríamos que ter um maior cuidado com a questão da segurança devido aos constantes furtos e assaltos. Estávamos por passar em ruas estreitas e movimentadas quando, enfim, chegamos ao Supermercado Sonda que, logo na entrada, havia profissionais da segurança e percebemos que um desses seguranças a observou atentamente, em seguida, entramos em um grande restaurante que havia lá dentro, procuramos uma mesa mais distante e nos sentamos. Como já era fim de tarde, não havia grande movimentação de clientes naquele horário, pedimos um suco de laranja e um guaraná, e continuamos em uma conversa descontraída. Falamos dos lanches do Mc Donald's, da distância percorrida, do seu dia a dia, do trabalho como atendente de lanchonete e assim iniciamos a entrevista.

Pesquisadora: - *Você lembra como foi a sua ida à delegacia e o que sentiu enquanto mulher?*

Zoe: — *Nossa, foi triste! Fiquei três dias no corró (delegacia) e eles nem avisaram a minha mãe. Me jogou três dias lá no corró.*

Pesquisadora: — *Conte-me sobre a sua apreensão e chegada na Unidade Provisória da Fundação CASA.*

Zoe: — *Primeiro dia, que cheguei lá na Fundação a mulher falou - “Nossa você não toma banho não?” Eu falei: - Oxi! Fiquei três dias tomando banho gelado, não tomei banho como? A funcionária ficou me humilhando. Foi foda porque tinha um segurança enorme, não sei se você a conheceu, já começou a me oprimir, falando que ali era a casa dele e eu era machinho, se eu ficasse de papo com a mina já ia ser cacete. Já fiquei meio assim com a senhora XXX também. Ela já falou “Ah você é machinho né? Já vou te passar como é a situação aqui na CASA. Não quero sapataria, se der problema já vai tá na minha lista e é isso. Todo mundo me conhece aqui”. Assim que eu cheguei ela já me botou de tranca junto com as meninas que já tinham aprontado lá. Me colocaram junto com uma mina que era casada com uma outra mina que também estava na Fundação, e a mulher dela ficou gritando lá da janela, porque as minas ficaram sabendo que chegou uma machinho nova na casa e era bonita, era eu. Me colocaram junto com a mina casada na mesma cela. A mulher dela ficou surtando lá embaixo, no outro dia deu a maior treta entre eu e a mulher dela, eu nem tinha falado com a mina tinha acabado de chegar e ela ficava gritando comigo. Tinha mina que eles já sabiam quando subiam de tranca que era casal, elas se pegavam e se batiam lá dentro. Tinha uma mina que tava de castigo, e a outra, a machinho namorado dela estava lá embaixo. Mesmo com várias salas vazias, me colocaram junto com a casada pra ver o que ia dar, pra ver o bafafá. Ai, eu coloquei meu colchão lá na ponta da porta e ainda falei pra ela não conversar comigo, acabei de chegar na CASA e não quero B.O.(confusão) pra cima de mim, não. Nem sei quem é a sua mulher que*

está aí embaixo, mas sei que é sua mulher. E a mina continuava a gritar: E aí senhor, tira essa machinho daí XXX, tá com a minha mulher!” Ish e ficava causando lá embaixo. Os caras bateram nela, mas ela causava, então eles deixavam de lado. Ai, no outro dia, ela queria que eu descesse pra conversar comigo e eu falei “oxi, conversa com a sua mulher”. Ai, a XXXX já me apadrinhou como filho, fui pra família dela e já era. Ah, foi muito triste porque eu esperava que fosse sair logo, mas não aconteceu.

Pesquisadora: — *Você se recorda como foram os dias vivenciados na Fundação CASA e por você ser homossexual?*

Zoe: — *A senhora quer saber se eu já apanhei por causa disso? Por ser lésbica? Já! Recordo que foi só na internação, na unidade provisória não. Porque eu estava naquele momento de resposta e sempre tive visita. Quando minha mãe vinha me visitar ela pedia pra levantar a camisa pra ver se não estavam me agredindo. Na internação, ela fazia isso direto. Teve uma vez que eu apanhei porque me pegaram namorando com outra menina de madrugada, eu e ela apanhamos. Na época, os funcionários te algemavam e batiam, já apanhei muito na internação. É assim, quando você chega na Fundação, você já vê as meninas lá e elas ficam te olhando. Aí, tem vários machinhos também, eu cheguei e já gostava de mulher. Pra me defender já falei vou chegar aqui machinho. Eu amarrei meu cabelo como machinho, comecei a usar a roupa que nem as machinhos lá dentro, que querendo ou não tem mais vantagem que as menininhas. Ai, o Lucas (nome social) já falou que vai ser meu pai e pah, começou a me chamar de Zoe. Ai, a mina, a Lana falou não não, a Zoe vai ser meu irmão. Lá dentro tem as famílias com mãe, pai, irmãos é uma forma da gente se proteger e cuidar uma das outras e a Bela era minha mãe, acho que a senhora conheceu ela, era negra e tinha muitas passagens pela Fundação, não tinha medo de ninguém, saiu e eu soube que ela está na rua, nas drogas.*

Pesquisadora: — *Você se lembra das jovens homoafetivas na internação?*

Zoe: — *Sim. Tinha algumas e inclusive eu. Mas não tinha como eles pegarem, só se fosse de madrugada como eles fizeram quando me pegaram no ato com a mina. Eu tinha acabado de chegar na CASA, estava no chão ainda, a mina desceu tava na beliche de cima e foi pro meu colchão, então na hora que ele entrou no quarto e meteu a lanterna ele viu ela no meu colchão. Aí sim, ele pegou no ato, mas a maioria das minas eles não pegavam no ato. O que acontecia e acontece muito é muita mina cagueta, não tem o que fazer e fica contando fofoca pros funcionários tipo - “Oh, tem tal casal”!*

Pesquisadora: — *Enquanto mulher, como você se percebia cumprindo uma medida socioeducativa?*

Zoe: — *É muito doloroso. Para minha mãe também foi muito, ela tentava não chorar para passar força, mas saía dela e se acabava. Não aconteceu nada, mas eu sabia que ela teria que ir embora. Tinha semanas também que a casa tava virada, deixava a gente de castigo sem desodorante, sem pasta de dente, só tomando banho gelado e era a semana que eu mais sofria e eu queria minha mãe perto de mim, mas ela tinha que ir embora. Você se sente o bambambam na hora, mas na realidade você só quer sua mãe. Mas não dá pra você ligar pra sua mãe 11 horas da noite, em dia de semana, então você não tem a pessoa ali e precisa dela. Ah, sim, minha técnica sempre me respeitou. Desde quando eu estava na unidade inicial, ela sempre foi bem profissional, mas eu não conversava tanto sobre isso. Eu acho que eles privam isso, acham que a mina vai se empolgar e ficar por ali. Porque ali tem muito relacionamento né, e quando você tem um relacionamento lá dentro você acaba se desviando do seu foco né, você quer sair, mas agora você quer ficar até a pessoa terminar a caminhada dela também. Mas acho que isso*

é muito importante, porque já é uma opressão do caramba aqui fora, e imagina você sair de lá sem saber nada, tem muita menina que vira lésbica lá dentro entendeu? Que passou por aquilo tudo, já tinha tido relacionamento com homem aqui fora, mas aí teve relacionamento com mulher lá dentro e foi isso.

Pesquisadora: — *Diante disso, como você se sentia?*

Zoe: — *Ah, lembro que sentia raiva. Sentia tristeza porque saber que você pode ficar de 3 a 6 anos e é muito angustiante, sem saber quando vai chegar a liberdade. Eles não colocam uma data, eles falam só 3 a 6 anos e você faz sua caminhada. É bem desesperador.*

Pesquisadora: — *Você se lembra do que foi abordado no Atendimento Psicossocial?*

Zoe: - *Elas falaram: “Eu sei que você gosta de mulher”, já chegava no ouvido dela, eu pegava várias minas lá dentro mesmo, não tinha nada pra fazer, eu ia perder meu tempo? Elas falavam “Se você continuar nessa emoção de ficar com as minas aqui dentro, as outras estão lá fora. Aqui dentro, elas são todas momentâneas” Era a XXXX e a XXXX, acho que você conheceu elas. Era minhas técnicas. Ela falava “Não faz isso, pra você ir embora logo” - Ela sabia que eu era gente boa, que eu tinha estudo, que eu era inteligente e conversava bem, eu não era uma má pessoa, eu não causava lá dentro, meu problema mesmo era só mulher. Ela falava isso pra eu fazer minha caminhada logo e ir embora rápido, e foi o que eu fiz. Pela psicóloga sobre isso? Não. Isso aí eles não falam, eles não falam que você estava de sapataria, pois eles já te agrediram e já tem o CAD, então eles não falam que você foi agredida e recebeu mais meses. Só se você for ir lá e falar pra ela, que não era meu caso. Na internação eu passei várias vezes por palestra sobre sexualidade e era legal, era muito engraçado, porque a gente não tinha isso e quando as minas vinham elas ficavam a vontade, as minas com saudades de homem, então *risos* perguntava e blablablá.*

Pesquisadora: — *Em algum momento discutiram sobre identidade em relação a sua cor?*

Zoe: - *Que eu me lembre ninguém me perguntou nada.*

Pesquisadora: — *Como era a rotina na internação?*

Zoe: — *Lembro muito bem que era difícil quando ficava menstruada porque eles te davam os absorventes contados. Se sua menstruação não acabar você tinha que ver com alguma mina, se não tivesse ninguém você ia se fuder. Papel higiênico então era pra durar uma semana, se ele acabasse eles não te davam outro, então era complicado a situação lá. O remédio não tinha também, banho era uma vez no dia. Não sei se tem hoje em dia absorvente a vontade, não sei como se é papel higiênico agora, mas cada um tinha o seu, era um kit. Antes era o kit, e quando eles pagavam a raiva deles, eles deixavam a gente sem desodorante e sem pasta de dente. E ir pra visita desse jeito, fedendo? Nossa eu chorava, falava caramba tô fedendo, no mundão não era assim não. E mãe não podia falar nada e dizia: - Nossa, não acredito que eles deixaram você sem desodorante, sem nada”. Mas ela não tinha o que fazer e só queria que sua filha fosse embora logo pra casa. Eu trombei com meninas que tinham 7 a 8 passagens lá. Elas entravam na Fundação saíam e voltavam. E no meu caso, quando cheguei lá demorou demais para o juiz me dar uma resposta, e com 2 meses e pouquinho fiquei sabendo que seria internada. Aí, acabou o meu mundo! Eu estava prestes a fazer 18, e era a data mais esperada pra mim. Ai, eu fiz 18 lá dentro. Passei o tempo de férias da escola lá também. Aí, virou o ano, tive a esperança que eu ia sair, porque a técnica me deu esperanças falando que eu ia sair, mas aí eu fui pra audiência era uma juíza e ela me condenou.*

Pesquisadora: — *Quanto tempo você ficou na Internação?*

Zoe: — *Eu fiquei 09 meses.*

Pesquisadora: — *E a questão das normas, como eram?*

Zoe: — *Era tudo novo. Para assimilar tudo aquilo era como se eu ficasse em alerta o tempo todo a ponto de não dormir direito.*

Pesquisadora: — *Como você se recorda e qual a sua percepção enquanto é homossexual no Sistema Socioeducativo?*

Zoe: — *Recordo que foi o momento mais difícil da minha vida. Já passei por muitos momentos difíceis, mas esse foi o mais difícil, o momento que você realmente se sente sozinha, cadê os amigos? amigos não tem nenhum. Amigo do peito é colete e sua mãe que tá ali. Foi um momento muito doloroso que não vale a pena o dinheiro de um traficante, o dinheiro de um assalto, o dinheiro de uma coisa errada rápida que vai embora rápido. Não vale a pena você arriscar sua liberdade. Tem coisa mais gostosa do que estar aqui conversando? Livre? Porque na Fundação, na prisão, você não pode falar, você é calado. Acontece o que acontece, você tem que sempre se calar. É muito sofrimento. O recado é sempre pensar com a cabeça e não com a dificuldade, pois as dificuldades, todos nós temos, se todo mundo pensar em roubar, traficar, o mundo não vai ter ninguém trabalhador. Acreditando no amanhã, acreditando na esperança. Antes de eu ser presa, eu nunca tinha arrumado serviço registrado, eu tentei de tudo, entreguei currículo, trabalho desde os meus 12 anos e depois que eu arrumei meu serviço registrado eu vi que era possível, eu vi que tinha esperança, então falei “não, eu vou correr até achar uma porta”. Minha preocupação era com tudo. Eu nasci na favela né, então eu sei a maldade de tudo né, principalmente dos funcionários. Papo reto, eu tomei vários murros aqui no estômago que eles não vão deixar marca e aqui no peito, da funcionária. Tapas no pescoço e no rosto, eles eram ruins. Tanto que eles falaram pra mim fique e eu falei não vou não, você é louco, não quero ter essa lembrança não, senão eu vou surtar. Eu sei que eu mudei de vida, mas na hora da crise o bagulho vai subir, o ódio sobe. Porque você mora na favela e já passou por várias fitas, tem coisas que não tinham necessidade sabe? Não tinha necessidade para ela ficar agredindo as minas desse jeito. Na verdade, na época não tinha nada disso, hoje em dia está bem mais atualizado porque têm uns homossexuais lá dentro, mulheres que se identificam como homens. Antigamente não tinha esse respeito, se você era uma mulher e se identificava como homem, para eles era desvantagem tá ligado? Eles iam te tratar como mulher, te chamar como mulher e não iam respeitar sua opinião. Na realidade até tinha os direitos que têm agora, mas não era respeitado por eles. A gente também não sabia dos nossos direitos.*

Neste momento, realizamos uma pausa, pois a Zoe estava bastante emocionada, os seus olhos lacrimejavam e sua voz estava embargada pela emoção. Aproveitamos para pedir ao garçom um refrigerante e ela poder se recompor.

Pesquisadora: — *Você vivenciou alguma experiência marcante durante o período de internação na Fundação CASA?*

Zoe: — *Lembro que tinha bastante briga, mas como eu vim da favela, nunca abaixei a cabeça pra nenhuma mina. Eu falava “pode vir, se você quiser eu quero em dobro”. Elas vinham*

discutir, mas eu nunca saía na mão com ninguém. As minas tentaram virar a casa (fazer rebelião), mas botaram todo mundo no chão, o choque entrou e não encostou na gente. Era lá na provisória, a mina foi falar alguma coisa, o funcionário já jogou ela no chão, deu rolo nela e todo mundo ficou bravo. Veio todo mundo com a cadeira na mão pra cima deles. Eles já foram se armar e ligaram para o choque, em menos de cinco minutos. Aí, nós ficamos sentadas o dia todo. Ah, foi horrível porque você quer usar o banheiro, quer fazer alguma coisa, né mano! Você está sentada, quer levantar e eles falavam - “Se levantar a cabeça vai ser daquele jeito, hein”. Não podia nem levantar a cabeça, tinha que ficar com a cabeça baixa. Foi foda! Ficamos o dia todo, era de tarde até a hora da gente tomar banho de noite. Todas as meninas foram formadas (enfileiradas). Até as que não levantaram porque teve mina que não levantou e tava de boa ali, que tinha família e tava pensando na família, mas ali todo mundo ficou revoltado. O nome da mina era XXX, a mina que o funcionário deu o rolo. Durou a tarde e a noite toda. essa opressão, e é foda porque dá muito medo, né mano. A qualquer momento, o cara pode te arregaçar e você sabe como é o choque, o cara não entra pra brincar. Já viu eles entrando lá? Outra que me entristeceu muito foi meu aniversário de 18 anos que passei lá dentro. Eu esperava muito, muito mesmo esse meu aniversário de 18 anos, tanto que eu tava na biqueira (ponto de venda de drogas) pra comprar roupa pro meu aniversário de 18 anos, mas ficou tudo lá no guarda-roupa, e serviu de lição também esse episódio. E por último, o episódio da festa junina lá que não vou esquecer que só eu fui prejudicada, eles falaram que eu fiz uma fita que eu não fiz, que eu tinha pegado a tesoura quando a gente tava arrumando as coisas da festa junina. Todas as famílias iam participar lá dentro com você, tinha os casazinhos e as danças estavam sendo ensaiadas. Um dia antes uma tesoura sumiu e alguém tinha que ser culpado, alguém ia ter que assumir, aí levaram todo mundo ali pro pátio e fecharam a quadra. Os funcionários falaram: - Vocês se resolvem entre vocês aí, eu quero a tesoura. As minas levantaram o bueiro, levantaram isso, aquilo, olharam dentro da privada e tudo na esperança de achar, mas não acharam. Aí, chamaram uma por uma e eu fui a última, falando que sabiam que era eu, sua família já foi informada para não virem amanhã e não vai ter nada pra você. Aí, eu fiquei muito triste. Minha mãe veio no próximo final de semana e falou “nossa cancelaram a festa junina? No dia eu tava me arrumando, aí cancelou e eu falei “cancelou não mãe, teve sim, eles me deixaram de tranca porque me acusaram de ter pego uma tesoura,” nossa, ela ficou muito triste. Porque eu tava pra sair, né. Aquilo ali foi um teste. Eles me testaram para ver o que eu ia fazer, tipo, eles me colocaram na situação que eu não fiz para ver como seria minha reação. Eles queriam que eu surtasse para ficar mais tempo, só que eu falei pra mim mesmo “respira, é só mais uma data, você comemora novamente com sua família lá fora”. Aí, passou uma semana depois da minha visita e na próxima que eu tomei minha liberdade.

Pesquisadora: — O que você pensou para a sua vida daqui para frente?

Zoe: — Amadurecimento né, quando eu tava lá dentro o que eu mais queria era um arroz e feijão na minha casa, minha cama e minha coberta. Não era mistura, eu não queria roupa que nem no meu aniversário, eu só queria minha casa, minha mãe. As boas lembranças são as amizades que eu fiz lá, mesmo na solidão, então a gente conversava bastante. Em relação a família também, teve uma amiga que a avó dela morreu, todo mundo se juntou e deu mó força pra ela, porque ela não podia sair pra ver ela. A Bia, ela mora em Ubatuba também, Taty. Ela ficou malzona e demos mó força pra ela. E os momentos bons é que se eu não tivesse passado pela Fundação, eu não estaria aqui hoje contando essa história, não seria quem eu sou e nem sei se eu estaria viva.

Nos momentos da narrativa de Zoe, percebemos que as sensações e lembranças lhe envolveram, recuperando suas vivências e experiências que se entrelaçaram simultaneamente a

ponto dessas emoções silenciarem-lhe a voz e fazerem lacrimejar os seus olhos, o que nos remete ao relembrarmos do texto de Pollak (1992) “Memória, Esquecimento, Silêncio”, o qual traz a ideia de memórias marginalizadas ou subterrâneas, cujos processos de dominação as silenciam. Porém, em momentos específicos, essas memórias quebram o silêncio, fazendo o passado ser revisitado no acionar de suas potentes lembranças. Assim, essas recordações trazem a Zoe uma carga de dor e desamparo, principalmente por sua homossexualidade que se tornou um assunto polêmico e motivo de sanções severas na Fundação CASA. A partir de tal situação, institui-se uma atmosfera de inquietações quanto aos seus “comportamentos” supostamente caracterizados como “esquisitos” (Alves, 2010, p. 56). Ao término da entrevista, despedimo-nos e a Zoe nos acompanhou até a avenida, onde passa o ônibus que vai à estação de trem.

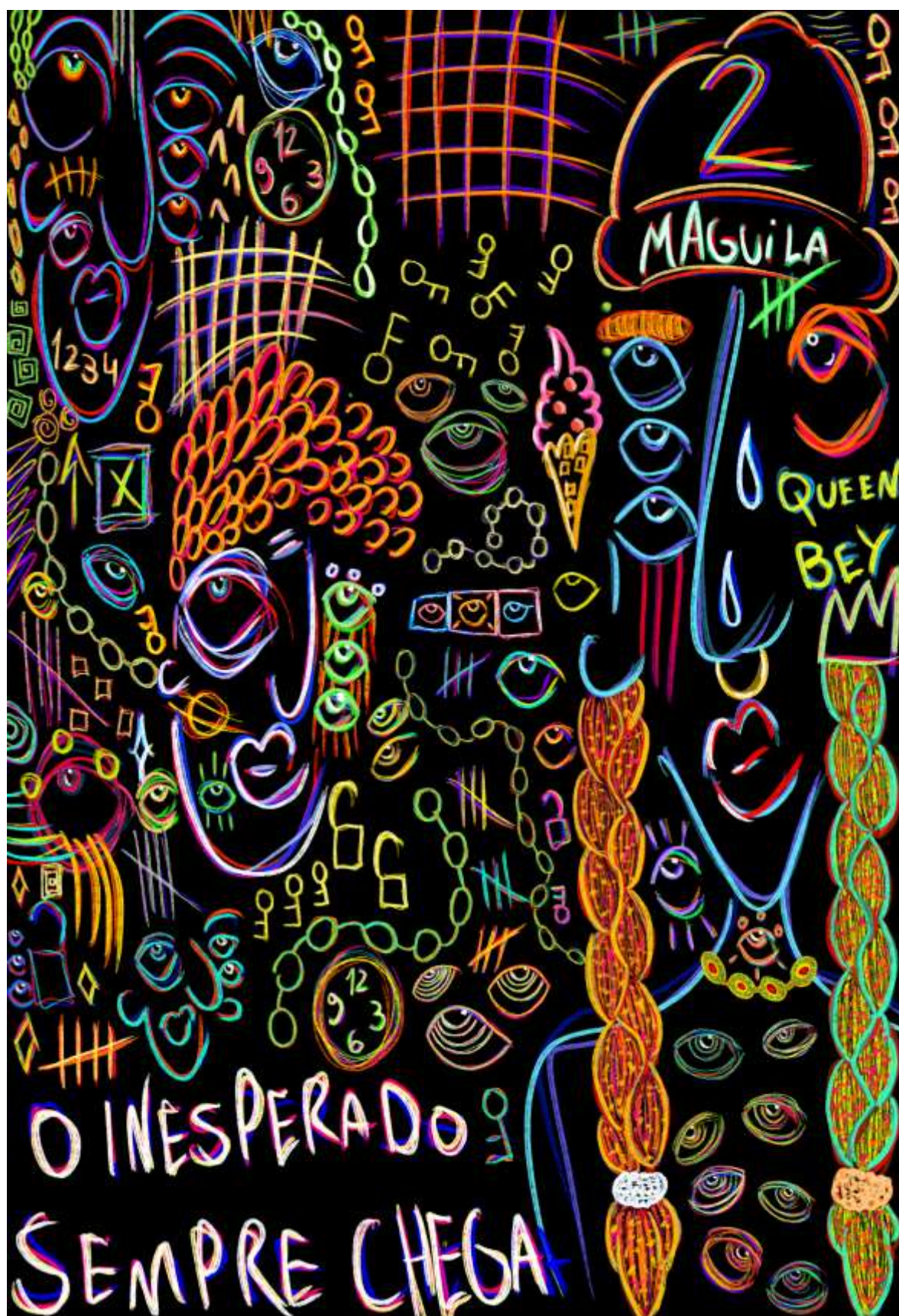
EXEMPLOS

(MC Hariel participação MC Neguinho do Kaxeta)

*É que cê fala muito
 Mas você não é o que cê fala
 Só quando tá gravando
 Então segura aí, que a verdade vai ser relatada
 Vai segurando, vai!
 Status de coitado não me vem à mente
 Avante, sou soldado bravo e combatente
 É pela cor e por amor à minha gente
 Uns lutam por dinheiro, só não compreende
 O peso de um verso
 A importância de um abraço
 Um sorriso leal
 Em meio a tanta luta
 Eu mostro que tropeço
 Nem sempre será fracasso
 E que, sem fé no Pai
 A vida é curta
 Semeei disposição no chão de barro
 Fiz minha colheita antes do asfalto chegar
 Sempre com convicção no que eu narro
 Pois eu sei que tem vários a se espelhar
 Não que eu seja exemplo a ser seguido
 Mas, pensa comigo
 Quebrei o protocolo
 E pé na porta do sistema
 Vivenciei, cantei
 E fui taxado de bandido
 Enquadro os estampidos
 E os sorrisos das hienas
 Estão às espreitas
 Com a meta de matar os nossos sonhos
 Espíritos opacos*

Sangram o nosso dia a dia
 Vão caindo por terra à medida que prosperamos
 Punho cerrado, mão pro alto e cara ruim
 Estão às espreitas
 Com a meta de matar os nossos sonhos
 Espíritos opacos
 Sangram o nosso dia a dia
 Vão caindo por terra à medida que prosperamos
 Punho cerrado, mão pro alto e cara feia
 Eu vou mostrar para quem sempre acreditou
 Que os que desacreditou
 Tava gorando a caminhada
 Eu acreditei na melhora e fiz acontecer
 Calculei os passos rumo ao objetivo
 Pus na minha meta que eu ia vencer
 Não me importei com a falta de incentivo
 De quem não quer te ver com o livro
 De quem não quer te ver por aí, livre
 De quem não quer que você esteja vivo
 De quem tá só esperando um deslize
 Eu me acostumei com a dificuldade
 Facilitou quando ficou melhor
 Por isso, eu vejo vários na minha idade
 Com a cara branca e o nariz cheio de pó
 Esse exemplo eu não sou pros menor
 E falando em exemplo, eu não sou o melhor
 Presta atenção em tudo que eu relato
 Que vem com peso e com suor (ó)
 É que cê fala muito
 Mas você não é o que cê fala
 Só quando tá gravando
 Então segura aí, que a verdade vai ser relatada
 E por isso você não aguenta, meu mano
 É que cê fala muito
 Mas você não é o que cê fala (lembrei)
 Só quando tá gravando
 Então segura aí, que a verdade vai ser relatada
 Vai segurando, vai!

A poesia/música acima foi elencada pela própria Zoe com a intenção de representá-la enquanto jovem que cumpriu medida socioeducativa e que **se reinventou ao conquistar a liberdade. Atualmente ela montou uma barbearia e trabalha por conta própria.**



Guilherme Cardoso

3.4 O Encontro com Beyoncé

“Lá não tinha como arrumar o cabelo, então conheci uma menina que sabia fazer trança e conversei com ela e todos os dias eu sedia minha sobremesa ou minha mistura como moeda de troca”.

– Beyoncé, 2022 –



Fonte: Live Pass, 2023.

Beyoncé - (nome escolhido pela protagonista para representá-la).

Os contatos com Beyoncé ocorreram por mensagens de *WhatsApp* no período dos meses de maio a novembro do ano de 2022 que, em alguns momentos, foram por videochamada, áudios e encontros presenciais.

Beyoncé, jovem negra de tranças, sobrancelhas bem definidas, estatura mediana, 21 anos, heterossexual, separada, mãe solo de um casal de filhos – a menina com dois anos e sete meses e o menino com um ano e oito meses de idade –, é operadora de caixa, tem ensino médio completo. Ela gosta de samba, de tranças e de tapioca! É moradora do Bairro de Paraisópolis, esteve em situação de rua durante três meses, permaneceu por quatro meses em um abrigo para menores e ficou internada na Fundação CASA por 10 meses.

Imagem 12 – Paraisópolis é a segunda maior comunidade da cidade de São Paulo



Fonte: G1, 2021.

O nosso contato com Beyoncé foi proporcionado pelas profissionais da Instituição Mundo Aflora que acolhe jovens que cumpriram Medidas Socioeducativas na Fundação CASA. Uma das profissionais desta instituição se prontificou em auxiliar-nos identificando e conversando com as jovens negras atendidas por ela.

Ao tentar várias conversas com algumas delas, esta profissional nos enviou mensagem informando que obteve a resposta positiva de uma jovem que se disponibilizou em participar da pesquisa.

Como a psicóloga e a pesquisadora já haviam combinado anteriormente que poderia passar o contato à jovem, caso tivesse interesse, foi passado o contato para ela, como também, a Beyoncé autorizou que o dela nos fosse enviado. Motivo de felicidade! Nos dias seguintes, tentamos contato via *WhatsApp*, e ela nos respondeu apenas com um oi. Após uns dias, enviamos mensagem novamente e em resposta, ela disse estar atarefada, e por este motivo indisponível naquele momento.

Na semana seguinte retornamos o contato, mas não obtivemos retorno e nos preocupamos. Passado uns dias, recebemos mensagem de Beyoncé que justificou estar sozinha cuidando do seu casal de filhos pequenos, mesmo assim, prontificou-se, quando tivesse espaço de tempo, retornaria com mais tranquilidade e, assim, fomos mantendo interlocuções esporádicas, com um bom dia, uma boa tarde e uma boa noite. Diante do

distanciamento nos períodos das mensagens, havia incerteza sobre a sua participação, mas não desistimos. Enviávamos mensagens, ela as respondia de acordo o seu tempo, pois estava sempre ocupada cuidando dos filhos. Entretanto, os nossos contatos foram tendo maior frequência nas respostas.

Em nossas breves conversas, ela nos contava um pouco da sua rotina, da correria diária por ser mãe solo, e sobre a dinâmica em levar e buscar os pequenos na creche. Neste período, Beyoncé trabalhava como ajudante de cozinha em um restaurante na Avenida Paulista, rotina que para ela era uma demanda bastante exaustiva.

Em meados de março de 2022, período em que o país ainda atravessava as sequelas da COVID-19 e a situação das famílias empobrecidas ficava ainda mais agravada, ela dizia que tinha que se desdobrar para pagar o aluguel, as contas e sustentar os filhos sozinha, mas isso não foi empecilho e ela se prontificou em participar da pesquisa. E assim fomos conversando até que chegasse o momento em que pudéssemos realizar um encontro presencial. No entanto, esse encontro só seria possível quando a avó paterna pudesse ficar com as crianças. Conversamos em um outro local, pois sua casa era pequena e muito próxima das outras, o que não nos deixaria à vontade, pois a vizinhança poderia escutar, e por isto, Beyoncé sugeriu que no dia da nossa conversa fôssemos até a lanchonete “Açaiteria Desfrute” que ficava próxima a sua região de moradia e lá ficaria melhor para conversarmos, e assim ficou acertado.

Em um domingo, recebemos uma mensagem dela nos informando que, naquele dia, estaria disponível à tarde, que alegria sentimos! E naquela tarde, organizamos o material necessário e seguimos para a zona sul de São Paulo, até o bairro de Paraisópolis para conhecê-la. Sentia-nos animadas e queríamos ouvir o que a jovem tinha para nos contar.

Neste dia, a caminho de Paraisópolis, o tempo fechou, nuvens escuras eram vistas no céu e, de repente, chuva, muita chuva. Mesmo assim, continuamos seguindo para encontrar a lanchonete indicada guiada pelo aplicativo do GPS. No entanto, mesmo com o GPS, erramos o caminho e por isso demos algumas voltas subindo e descendo as ruas e ladeiras do bairro, mas, até que enfim, avistamos o logotipo da Açaiteria Desfrute, simbolizada com a imagem de um grande copo de açaí cravejado de guloseimas. Ao chegarmos, enviamos mensagens e Beyoncé nos respondeu: — *Já estou chegando, logo estarei aí.*

E lá vinha ela, uma jovem negra, imponente, vaidosa, destemida que atravessava a rua na chuva que molhava seu corpo, sua pele e suas tranças. Ela estava arrumada e sem guarda-chuva. Cumprimentamo-nos, sentamos em uma mesa de canto, perguntamos sobre as crianças e ela nos disse que estavam com a avó paterna e que eram a sua razão de viver.

Já na lanchonete, solicitamos ao balconista um suco de laranja, e a jovem preferiu uma

coca-cola. Agradecemos a sua presença e o esforço de estar ali conosco e assim iniciamos presencialmente o nosso diálogo. A chuva ainda caía lá fora e também pingava no telhado de alumínio da loja, causando barulho, mas não importava, pois, o mais importante era ouvir o que ela tinha a nos dizer.

Nos momentos que se seguiram, a Beyoncé falou sobre os dias atrás dos muros da Fundação CASA. No percurso de sua narrativa, chegavam clientes que pediam: *“Me dá um pastel de carne! Tem coca? Quero um açaí e capricha no condensado. Tem maionese?”* Mas ela parecia não se importar com o vai e vem dos clientes, com a chuva ou com o barulho e ela falava, falava com eloquência, queria contar sua história e soltar a sua voz e, enquanto ela falava, a chuva lá fora caía e, do outro lado da rua, o córrego carregava sacos de lixo pelas correntezas e a protagonista também não parecia se importar. Por vezes, ela olhava as mensagens no celular para saber das crianças, se estavam bem. E assim iniciamos a entrevista.

Pesquisadora: — *Você se lembra como foi a sua chegada na Unidade Provisória da Fundação CASA e como se sentiu enquanto mulher?*

Beyoncé: — *Foi assim: eu morava com a minha mãe. Porém, eu descobri que ela estava fazendo algumas coisas erradas. Então, eu preferi não continuar morando com ela e fui morar na rua. Quando eu morava na rua, o que eu fazia: Eu acordava com os ônibus quatro e pouco da manhã, aí eu ia até um clube onde eu tinha carteirinha e lá eu tomava banho. Tudo no banheiro, eu me limpava e tudo mais, lavava roupa, lavava chinelo, tudo que eu tinha que lavar para poder usar a água limpa eu fazia ali. Aí, eu voltava para a praça onde eu dormia, e no meio do caminho mesmo eu já ia pegando uma notinha, pedindo um real pra um, um real pra outro, para eu poder tomar o café da manhã e almoçar. Era tudo no Bom Prato (Restaurante Popular). Conforme no meio do caminho, se eu conseguisse algum dinheiro, algum trocado para poder me alimentar, tanto no café da manhã como no almoço. Eu ia até a praça, estendia minhas roupas que eu tinha lavado, deixava tudo organizado, às vezes, eu até limpava a praça, varria e tudo mais. Porque tem um pessoal que eles vão limpar as praças, mas o que eles fazem: quando tem morador de rua, eles jogam tudo fora. Aí, tipo se a praça está limpa, não tem motivo deles quererem limpar a praça de novo, entendeu? Assim, eles não iam mexer nas minhas coisas. Era a única forma de eu sobreviver. Aí, então o que eu fazia, depois de limpar a praça eu ia no Bom Prato, isso já tinha dado umas sete, sete e meia da manhã. Eu ia no Bom Prato, tomava o café da manhã. Na volta já ia pensando na janta, já ia pedindo de novo e ia catando material para reciclagem. Ai, disso eu conseguia almoçar no Bom Prato e quando dava quatro horas da tarde tinha um restaurante que ele distribuía o que eu acho que era comida por quilo. O que sobrava, levava um tupperware, eles colocavam no tupperware pra gente. Mas eles não aceitavam pessoas normais, eles queriam realmente só os moradores de rua para ajudar mesmo. Era uma coisa super boa que eu achava. A comida era boa, não tinha do que reclamar. Depois desse horário, das quatro horas da tarde, eu ia para a porta dos mercados pedir, aí, as vezes se eu conseguisse com o dinheiro durante o dia, se sobrasse alguma coisa, eu comprava um pacote de bala, alguma coisa assim para eu poder vender e conseguir comprar um álcool no posto de gasolina para esquentar alguma comida que eu conseguisse para comer de noite, antes de dormir. Ai disso que, umas dez, onze horas, meia noite eu já voltei pra praça com tudo. Com reciclagem, com dinheiro, com álcool e com alguma comida para mim, panela, um tijolo que dava para eu fazer meio que um fogãozinho. Aí sentava*

na praça, esquentava, eu tinha um balde onde a gente colocava água, já lavava para não deixar sujo nem nada, não vir bicho nem barata. Lavava, deitava e ia dormir. Fiquei na rua por três meses, dormia em uma praça, onde eu mesmo tinha que fazer meu sustento e eu mesmo tinha que sobreviver sozinha. Tinha algumas pessoas que me ajudavam, mas era praticamente cada uma por si. Então, ao mesmo tempo eu tinha que pegar reciclagem, tinha que pedir no farol, ao mesmo tempo eu comprava um pacotinho de bala pra vender pra eu ter um lucro pra poder comer, comprar uma peça de roupa e era assim que eu vivia. Para uma pessoa da minha idade é difícil ficar na rua. É difícil porque a gente tá pensando em abuso. Não vou ter ninguém ali, não vou ter pai e nem mãe por perto, não vou ter tio, tia, primo ou prima. A gente não sabe como vai ser, e a partir do momento que a gente está passando por isso é diferente, é bem contraditório. Chegou um tempo que eu fiquei doente, peguei pneumonia na rua porque estava mal agasalhada. Mesmo com o tempo bom a gente pode ficar doente. Mesmo que estivesse calor, às vezes você poderia ter roupa pra colocar, mas mesmo assim você ficava doente. Os policiais aprontaram bastante com a gente, nossa eu sofri bastante com isso. Às vezes, eu pegava reciclagem, eles queriam ver o que tinha dentro do saco, viravam o saco no chão. Eu tinha que ir lá, juntar tudo que tinha colocado dentro do saco. Aquelas bombas que saem fumaça, que arde o olho. Várias vezes já desmaiei com isso. Que eles tacaram na gente no meio da praça, como se você fosse um lixo ou uma coisa qualquer. Se passasse mal, morria ali mesmo. Através da rua eu conheci o Conselho Tutelar e me ofereceram uma vaga no abrigo. Eu era nova, tinha 15 anos de idade, e aceitei até mesmo porque estava em uma situação de rua. Conforme o tempo foi passando no abrigo eu comecei a me relacionar com um rapaz, e num dia que eu não estava muito boa, ele acabou ficando com outra menina e tal, tipo, rolou toda uma confusão. Eu acabei cometendo um ato infracional, agredindo a menina tanto verbalmente quanto fisicamente, fui pra delegacia e foi registrado o boletim de ocorrência (B.O.). A menina foi passar no corpo de delito e tudo mais. Chegando lá, o delegado me encaminhou para uma audiência com o juiz e ele me mandou para um abrigo. Durante esse um mês tive seis audiências, porém nenhuma das seis decidiu onde eu iria ficar. Quando ia dar praticamente dois meses que eu já estava em audiência, eu já estava cansada daquela coisa de vai pra fora ou volta pra casa, arrumar as coisas depois volta pra casa de novo, ai desfaz, ai vai pro Fórum e tudo mais. Teve um dia que eu cheguei e falei com a assistente social do abrigo, que eu queria ir num Fórum e queria me entregar. Eu arrumei minhas coisas, algumas eu doei e outras joguei fora. Cheguei lá no fórum, não tinha audiência nenhuma pra mim, eu simplesmente pedi pra conversar com o juiz. Ele falou que não tinha como ele me dar uma sentença porque ainda estava verificando o caso, analisando o que ia fazer, e então ele perguntou se eu mesma queria me entregar, ai falei que sim, que era por este motivo que eu estava ali. Depois disso, no mesmo dia eu já fiquei ali no Fórum mesmo entreguei documentos, pertences pessoais que estavam comigo e de lá, já desci pra Fundação CASA.

Na Fundação é uma sensação de abandono né, porque eu tava sozinha, não tinha ninguém e não sabia como é que era. Não tinha noção do que poderia acontecer lá dentro. Porque primeiro eu fui para a unidade de atendimento inicial para depois eu ir para a internação. Então primeiro eu fui para a inicial, fiquei um dia lá. Eles estavam coletando dados e tudo mais, vendo para onde eu ia realmente porque o juiz teve que decidir tudo em um dia, já que eu tinha me entregado, então não tinha outra opção. Eu fiquei sozinha em um quarto, comi, me alimentei, cheguei pra escola, mas não tinha muito o que fazer, e então, no dia seguinte fui para a internação. A sensação que eu tive é que ia ser rápido, mas no meu contexto lá dentro, no mundo que a gente cria lá dentro, demorou demais, eu não via a hora de sair. Eu via todo mundo sair, os mais velhos, mas eu cada vez mais continuava lá dentro. Eu não tinha resposta muito de juiz porque, como eu não tive família nessa época, então não tinha quem correr por mim. Quem falasse - “Ah, o Juiz tá pedindo relatório”! - “O juiz falou que se você se comportar, você vai ficar assim, vai ficar bem”! Tinha as técnicas para falar isso, mas a gente via elas muitas poucas vezes. Então, não tinha como eu saber, tive que fazer minha caminhada na

pedalada, viver como se fosse uma vida normal.

Pesquisadora: — *Você se recorda como foi e o que sentiu ao chegar na Fundação CASA?*

Beyoncé: — *Ah! Eu fiquei e me senti meio oprimida porque em todo tempo é muita segurança, tem muito portão, cada escada que você sobe tem um portão, cada sala que você vai tem um portão, tem identificação, tem um funcionário ali com você. Eu lembro muito da minha liberdade pelo barulho do portão que soava. O barulho da buzina também, não sei se você chegou a pegar quando tocava a buzina, significava que era uma liberdade de alguma menina chegando. Aí, a gente ouvia a buzina e pensava - “Meu, daqui a pouco vão chamar alguém, se a pessoa não voltar em dez minutos, era a liberdade dela”. No quarto, na hora da gente dormir, às vezes, os funcionários ficam passando por dentro do quarto com a lanterna para ver se todo mundo estava dormindo, se não tem ninguém na sapataria (namoro entre as meninas). Ao mesmo tempo era muita segurança, mas às vezes fazia um pouco de mal aquele monte de olhares em cima da gente. Sem falar que de manhã cedo a gente não podia dormir, depois que a gente saía do quarto, tomava banho, tomava café da manhã e descia para a quadra, não podia dormir, tinha que ficar acordada. Não podia sentar na quadra, agachar, não. Se eles vissem que você estava dormindo, eles iam até você para te acordar. Às vezes eu achava excessivo tudo aquilo, sabe? Um ali no banheiro, beleza, um para ficar vendo se as meninas não estão aprontando ou fazendo algo de errado, tranquilo. Mas tinha coisas que eram excessivas ali dentro.*

Pesquisadora: — *Enquanto mulher, como você se cuidava e se percebia durante o período que ficou internada?*

Beyoncé: — *Pra mim se tornou como se fosse uma situação precária porquê da mesma forma que não tinha como eu me cuidar muito bem, ao mesmo tempo eu tinha que trocar uma refeição ou alimento para poder estar um pouco diferente de uma pessoa que eles colocaram um apelido em mim. Eu tinha que enfrentar aquilo até o fim, todos os dias, todo final de semana. Todo feriado que tinha era um penteado novo, um penteado diferente. Toda audiência que tinha que comparecer no fórum, eu tinha que mudar, eu tinha que ir diferente. Era uma situação precária porque eu não tinha nenhum auxílio. Não tinha creme pra passar, o pente se quebrasse acabou, era aquilo, tinha que dividir na unha. Era a forma que a gente vivia lá dentro. Pra realmente ficar diferente da funcionária XXX, tinha uma menina que eu lavava as meias dela ou eu trocava por comida. Às vezes, a sobremesa era doce de leite, só que, às vezes, ao invés de comer, eu trocava com ela para ela fazer um rastafari na minha cabeça. Ela fazia uma trança diferente, fazia um penteado legal. Era a forma de eu me tratar e de me cuidar. Agora em questão de cosmético, creme ou essas coisas assim, não tinha auxílio nenhum disso. Era tanto para minha autoestima, para eu poder me sentir um pouco mais confortável independente do lugar que estava. E obviamente para me diferenciar de uma funcionária que trabalhava lá. Era uma coisa que acontecia, era um fato. E outra coisa, lá a gente quer ter muita vaidade, mas a gente não tem os benefícios para ter aquela vaidade, então temos que usar o pouco que temos para poder mudar. Então, se uma semana eu arrumasse o cabelo, e na outra não, as meninas já chegavam e falavam - “Nossa, o seu cabelo não tá arrumado”, “Não tá na hora de arrumar o cabelo não?” - “Nossa essa trança já está se desfazendo, já tá na hora de tirar”. Aí tudo mais. Então tipo assim, era isso que acontecia lá. Hoje em dia eu não sei como tá, mas eu já ouvi dizer que agora tem creme, têm os produtos para poder se cuidar, tem um sabonete, tem um shampoo, naquela época também falavam a mesma coisa, mas eu entrei lá, passei por isso e não tinha nada. Então, eu não posso confirmar que tenha.*

Pesquisadora: — *E diante disso, como você se sentia?*

Beyoncé: — *Me sentia incomodada, o preconceito rola na parte dos funcionários. Conforme a gente entra, eles já mencionam né, como a gente é "Ah, essa é a pretinha, essa é a branquinha, essa é o cabelo liso, essa é o cabelo duro. Se é gorda, se é magra, se é forte, se é fraca e tudo mais. Eu lembro até hoje que tinha uma funcionária que trabalhava lá dentro, ela era uma coordenadora, acho que você vai lembrar dela. O povo falava que eu era filha dela por conta da aparência, porque na época eu não tava de trança, de cabelo black power normal, então era muito parecida com ela. Eu não queria ver como um preconceito, mas a forma deles agir era preconceituosa. Porque eu falei em questão da parte das meninas, na minha convivência com as meninas, para eles eu era parecida com a funcionária, então era como se eu fizesse parte delas, como se eu não fosse pessoa boa, como se eu fosse falar coisas que não era pra falar. Então, às vezes, essa brincadeira se tornava uma realidade, um bullying, um preconceito. Era uma coisa que eu não gostava. E às vezes um funcionário ou outro, me chamava de "pretinha" sem intimidade nenhuma comigo, mas mesmo assim eles iam lá e chamavam. Me chamaram de "filha da funcionária XXX" óbvio que a gente vai enxergar como um preconceito, mas a gente não sabe dizer porque isto acontece. A gente não consegue explicar, acho que a forma deles abordarem a gente, tanto pela cor como pelo perfil físico da pessoa, eles já caracterizam a gente e colocam símbolos conta disso.*

Pesquisadora: — *Você lembra se este assunto foi abordado no Atendimento Psicossocial?*

Beyoncé: — *Não me lembro e nem me perguntaram como eu me sentia, ninguém falava nada, ninguém comentava nada. Eu acho que as técnicas deveriam se preocupar mais com isso, porque as vezes a pessoa tá sofrendo preconceito ali dentro, tá sofrendo algum bullying e elas não estão nem aí. A técnica só quer conversar com você sobre documento, relatório, se você está ajudando a fazer alguma coisa ou fazendo alguma coisa ou só aprontando. A visão deles ao olhar é chato, não é agradável. Todo dia de manhã tinha visita do diretor. Eu não vou lembrar o nome dele, acho que era XXXX. A gente se formava, antes de passar o plantão das sete a gente já tinha se formado. Não. Porque tipo, para eles era uma coisa normal. A minha técnica ela via, escutava, mas não falava nada e dava risada. Ela não ligava para isso, ela só queria estar ali para falar do meu processo, pronto e acabou. O restante que estava acontecendo lá dentro, já era, eu tinha que me virar com aquilo.*

Pesquisadora: — *Em algum momento discutiram sobre identidade em relação a sua cor?*

Beyoncé: — *Não. Nunca viraram pra mim e perguntaram sobre se alguém lá dentro falava alguma coisa pra mim, nem nada.*

Pesquisadora: — *Como era a rotina na internação?*

Beyoncé: — *Vinha uma funcionária revistar a gente, a gente ficava pelada, sem roupa nenhuma. Elas revistaram a gente de frente e de costas, tinha que agachar três vezes de frente e três vezes de costa. Era frequente. E as vezes do nada, eles queriam fazer revista na casa, aí subia nos quartos, bagunçaram todas as camas, abriram os colchões, olhavam os cobertores também, em volta deles se não tinha escondido caneta, alguma coisa que dá pra machucar ou para cortar alguém. E tipo, aí a gente voltava, nossa cama estava toda bagunçada, a gente tinha que arrumar. Até arrumar, atrasava o banho, às vezes, era dia de depilação e atrasava também. Sem falar no banho né, que eram três quartos. Então, o primeiro quarto tomava o banho frio, o segundo tomava quente demais. Minto, o primeiro quarto tomava era meio que intermediário, tinha sempre um quarto que tomava banho quente demais, que era o último. O segundo tomava o banho mais ou menos, e o primeiro tava frio. Porque era uma caldeira, eles*

nunca sabiam o tempo certo de ligar a caldeira para todos os quartos tomarem banho em uma temperatura agradável. E não era chuveiro, era uma bica. Então tipo, se tava quente demais era que nem cana ali, aquela água grossa caindo nas suas costas e já era. Se queimar queimou, se ficar vermelho, ficou vermelho. Eu ajudei bastante. Ajudava na rouparia, ajudava na limpeza dos refeitórios, na limpeza dos quartos, organizava alguns materiais. Eu procurava um meio de ocupar minha mente, ao mesmo tempo eles faziam que isso subia pro relatório e o juiz via que a gente tava sendo bons ali dentro então diminuiria o tempo que a gente ia ficar lá dentro. Então o que acontecia, a forma de eu me ver ali dentro era fazer as coisas assim. Eu fiquei surpresa por ficar dez meses é porque, o que a gente espera de uma tentativa de homicídio e lesão corporal, é um ano e seis, dois anos, um ano e oito meses.

Pesquisadora: — Quanto tempo você ficou na Internação?

Beyoncé: — Fiquei 10 meses internada.

Pesquisadora: — E a questão das normas, como eram?

Beyoncé: — Lá dentro se descumprir as normas eles falam que vão fazer CAD, que vão mandar agente para a CAD (Comissão de Avaliação Disciplinar). CAD para cada vez que você apronta. O que aconteceu comigo é que uma menina veio bater em mim, e na hora que eu fui me defender eu acabei batendo a cabeça dela na trave do gol. Então se tornou aquela confusão, as meninas ficam em volta, gritando para a pessoa bater mais né, para quem tá ganhando. Os funcionários então vieram separar, nisso que eles vieram separar, eles pegam a que está mais nervosa e já joga dentro da tranca. Já aconteceu dessa mulher/funcionária que falavam que era minha mãe, o plantão dela era o plantão mais forte que tinha, porque os funcionários, era vamos dizer assim, mais atentos com as meninas. Eles cumpriam os horários certinhos e tudo mais, então não tinha algazarra, não tinha briga, não tinha nada de errado. Então o que acontecia, pelo meu BO (Boletim de Ocorrência) ser uma tentativa de homicídio e lesão corporal, às vezes eles me chamaram para conversar para saber como eu estava, para saber se eu estava fazendo curso, como que tava meu convívio com as meninas, com os funcionários e tudo mais. Então tipo assim, eles vinham perguntar para a gente e eu falava: Eu apanho, acontece isso e isso aqui dentro, às vezes quando apronta, as meninas vão para a tranca e a gente demora para comer, a marmiteira vem gelada. A gente vai no banheiro na hora que eles querem fazer revista para tudo, cada lugar que a gente ia, tinha que pagar uma revista.

Pesquisadora: — Qual a sua percepção enquanto ser negra no Sistema Socioeducativo?

Beyoncé: - Era como se as pessoas de uma empresa que fossem de pele mais clara e cabelo bom, zoassem e ofendessem aquela pessoa que fosse mais escura, que tivesse cabelo de negro e tudo mais. Às vezes em desenhos, a gente assistia televisão, não era tanto assim, mas o pouco que a gente assistia passava um episódio com alguma coisa que se parecesse com negro. “Olha a Beyoncé lá” “Olha a filha da funcionária XXXX” e tudo mais, aquilo ali era uma coisa frequente que acontecia, os funcionários e as técnicas escutavam, mas ninguém falava nada. Então para eles é normal isso.

Pesquisadora: — Você vivenciou algo marcante lá dentro, pode contar?

Beyoncé: - Lembro que quando eu era pequena, eu passei por uma situação específica com meu pai (bullying), e lá dentro tinha uma menina que fez a mesma coisa que meu pai fez comigo. Só que assim, a forma como eu fui abordar ela para não fazer aquilo, ela se sentiu incomodada e foi pra cima de mim, e obviamente fui me defender e acabei agredindo ela mais forte por eu

ser um pouco mais forte que ela. Com este passar do tempo, eu fiquei com um mês de tranca(nota). Um mês de tranca significa ficar um mês trancada dentro do quarto. Você não vai pra escola, sair pra tomar um banho de sol, comer lá dentro, ficar em um colchão lá dentro pra você, ir pro banheiro quando eles liberam e não quando você tem vontade. Você pode solicitar para ir ao banheiro, mas tem um certo horário para te liberarem. E quando eu saí de lá, por eu ter agredido ela, eles ficaram me chamando de Maguila. Não sei porque, não sei se é por conta da aparência, por conta da cor, mas acho que sim. Acho que a cor e a aparência física. A escola às vezes, eu ia quando eles liberavam. Quando eles não liberaram, eu não ia. Eu tinha que pegar a lição de volta quando eu saía da tranca, quando eu falava com a professora “Ah, eu não consegui vir porque eu estava presa lá dentro” e acabou. Na primeira semana eu consegui ir pra escola normal, tranquila, eu era a primeira a entrar na sala de aula, antes das meninas, e era a primeira a sair quando acabava o horário das aulas. Depois as meninas saíam, e eu não tinha mais contato com elas. Quando eu ia tomar banho também, era banho separado, e pra comer, comia lá dentro da tranca. E só.

Pesquisadora: — Você se recorda se havia alguma adolescente homossexual?

Beyoncé: — Nós somos mulheres, isto é um fato, todo mundo tem sua questão sexual. Ah tem o gay, tem o travesti, tem o hétero, normal! Só que lá dentro, o que acontece, muita menina tipo acaba caindo nessa questão de relacionamento. Ah, gostei dela, achei ela bonita, vou começar a me relacionar com ela. Aí a sapataria acontece porque é uma forma de transar lá dentro, uma forma de ter uma relação sexual lá dentro. As meninas começam a se envolver, às vezes acontece no pátio ali sentada, coloca uma blusa de frio na frente das pernas e a menina tá ali uma dando dedada na outra. O funcionário abriu o banheiro para nós podermos utilizar, ele só deixava vinte minutos aberto. A menina tem que usar o banheiro, beleza, vai usar só que sempre tem um banheiro reservado para sapataria. Para as meninas ficarem se beijando e tendo o ato sexual delas ali dentro. Tem o plantão de madrugada que dorme muito, a gente falava que dormia muito. Dormia muito porque, ao invés do cara ficar entrando dentro do quarto com a lanterna pra ver o que tá acontecendo, ele ficava ali na porta. Às vezes era um senhor de idade que trabalhava lá, o senhor que era mais quietinho, que ficava sempre sentado lá observando, via comendo o horário dele tal, beleza. Aí, de madrugada vê que tá um silêncio, tipo, pra ele. Ele tá lá dormindo na porta do quarto, a sapataria no quarto tá rolando solta. Ele nem viu que a menina saiu da sua cama pra ir pra cama de outra. Então, tipo, é assim que vai acontecendo, entendeu? Sempre que chega uma menina lá, as próprias meninas dizem “Essa daí eu pego, essa daí eu fico, não sei o quê” E começa a dar ideia e tudo mais. Aí vem a questão da autoestima. Vou fazer uma trança no cabelo, beleza. Quem usa o coque em cima da cabeça significa que é machinho. Tem tudo isso lá dentro. Quem usa blusa muito grande, a calça muito larga, às vezes também é machinho. Do tipo, são coisas e coisas variadas que acontecem lá dentro que tá no convívio, entendeu? Às vezes tem muito funcionário que passa pelo olho dele, mas ele não vê, ele não percebe nada disso. A sexualidade é discutida muita com as técnicas, não tanto com os funcionários. As técnicas que sentam com a gente para conversar, para falar que a sapataria está prejudicando e tudo mais, que precisa ter um fim, que as meninas precisam se controlar mais, logo logo sai. Aí conhece alguém, aí se relaciona, tipo, é assim que elas falam para a gente. Mas cada técnica sabe de cada caso porque elas falam diretamente com as meninas que são pegadas usando isso. Já as que não tem envolvimento com isso nem entra no assunto.

Pesquisadora: — O que você pensou para a sua vida daqui para frente?

Beyoncé: — Acho que eu tinha tudo pra dar errado, eu morava na rua, não tinha mãe nem pai nem nada. Tinha um cara que usava crack do meu lado e ele fazia barulhos de panela de

pressão a madrugada toda, e nem por isso me deixei levar. Hoje em dia tenho meu trabalho, pago meu aluguel, tenho meus dois filhos, eu me viro da melhor maneira possível, mas tô ali. Agora, quantos menores por ai igual aqui onde eu moro. O que eu mais vejo é menino mais novo que eu afundado nas drogas. Se chegasse pra sentar e conversar com a pessoa, seria muito diferente do que só dar uma sentença. Do espaço onde eu estava, cinco meninas já morreram depois que saíram de lá. Porque voltou pra mesma vida que estava antes de ter entrado lá. Eu não coloco, vamos se dizer, como um centro de reabilitação. Ali vai de quem sabe cultivar as coisas boas, porque as coisas ruins vão te acompanhar. É um prazer imenso poder falar sobre isso. Porque eu levo como um exemplo de superação e aprendizado. Sou Beyoncé, tenho 22 anos, passei na Fundação CASA cinco anos atrás. Quando eu me vejo naquela época e me vejo agora, eu falo que realmente é um exemplo de superação e força de vontade. Porque conforme a gente entra lá dentro, de primeira instância, a gente pensa que vai ser fácil, vai passar e tudo mais, só que é muito pelo contrário. No meu caso, não tive visita, fiquei sozinha e tudo mais. Então foi difícil para mim, porque não tive ninguém para me aconselhar naquele momento. E foi através de atividades lá dentro, que eu consegui trazer essas pessoas pra fora comigo, se aproximar delas e conseguir ver a Fundação CASA de uma outra forma, de uma outra maneira. Por um lado, é ruim, a gente não gosta, óbvio, a gente jamais vai querer um parente nosso em um lugar daquelas, porque lá dentro não é mil maravilhas, mas também não é a pior coisa que tem. Então assim, eu tenho dois filhos hoje em dia, eu tenho meus trabalhos. Lá dentro sofri bastante, não tinha ninguém, não tinha visita, não tinha carta, eram só os funcionários e as adolescentes. E hoje em dia, aqui em fora, através de uma experiência que tive lá dentro eu vim com outros olhos. A gente quando vai lá visitar, a gente tem uma esperança, e ainda mais quando a gente sai e continua de acordo com aquela pessoa, continua entrando em contato com aquela pessoa, conversando, procurando saber dela sabe? Então pra mim, eu levo como um aprendizado para a vida porque lá dentro além de adquirir ensino, algumas coisas de cursos, eu também consegui, querendo ou não, amadurecer. Porque a gente leva coisas lá de dentro pra si né, aqui pra fora. Tem muita menina que não liga muito, acaba voltando e fica nessa vida de vai e volta, vai e volta, vai e volta. Mas também depende do suporte da família né, como que a família vai abordar aquela pessoa, se aquela pessoa tem para onde correr, se aquela pessoa tem uma pessoa por ela. Então é bem complicado, mas tudo bem.

I WAS HERE (tradução)

(Beyoncé)

*Quero deixar minhas pegadas nas areias do tempo
Saber que havia algo lá
E algo que deixei para trás
Quando eu deixar este mundo, não deixarei arrependimentos
Deixarei algo para ser lembrado, e eles não se esquecerão
Eu estive aqui
Eu vivi, eu amei
Eu estive aqui
Eu o fiz, eu fiz
Tudo o que eu sempre quis
E foi mais do que eu esperava que fosse
Deixarei minha marca para que todos saibam que
Eu estive aqui
Quero dizer que vivo cada dia, até morrer
Eu sei que representei algo na vida de alguém
Os corações que toquei serão as provas que deixarei*

Que eu fiz a diferença, esse mundo verá que
 Eu estive aqui
 Eu vivi, eu amei
 Eu estive aqui
 Eu o fiz, eu fiz
 Tudo o que eu sempre quis
 E foi mais do que eu esperava que fosse
 Deixarei minha marca para que todos saibam que
 Eu estive aqui
 Eu vivi, eu amei
 Eu estive aqui
 Eu o fiz, eu fiz
 Tudo o que eu sempre quis
 E foi mais do que eu esperava que fosse
 Deixarei minha marca para que todos saibam que
 Eu estive aqui
 Só quero que saibam
 Que dei tudo de mim
 Fiz meu melhor
 Trouxe alegria a alguém
 Deixei este mundo um pouco melhor
 Apenas porque
 Eu estive aqui
 Eu estive aqui
 Eu vivi, eu amei
 Eu estive aqui
 Eu o fiz, eu fiz
 Tudo que sempre quis
 E foi mais do que eu esperava que fosse
 Deixarei minha marca para que todos saibam que
 Eu estive aqui
 Eu estive aqui
 Eu vivi, eu amei
 Eu estive aqui
 Eu o fiz, eu fiz
 Eu estive aqui
 Eu estive aqui
 Eu vivi, eu amei
 Eu estive aqui
 Eu o fiz, eu fiz
 Eu estive aqui.

A poesia/música acima foi elencada pela própria Beyoncé com a intenção de representá-la enquanto jovem que cumpriu medida socioeducativa na Fundação CASA.

A Beyoncé é uma jovem que apresenta espontaneidade e fluência ao falar. Ela narrou as suas experiências com muita emoção, gesticulando com as mãos e mantendo o olhar fixo enquanto falava. **Atualmente ela trabalha como ajudante de cozinha em um restaurante da zona sul de São Paulo e vai vivendo a vida com o seu casal de filhos.**

Ao encontro do pensamento de hooks (2019), as narrativas da protagonista revelam como a existência da mulher negra é factualmente grifada por lutas e atos de resistência que vão para além da autonomia feminina e do direito ao voto, ao trabalho ou à independência. São lutas que transcendem as senzalas, as casas grandes, as cozinhas dos senhores e os chãos das fábricas. Esta peleja não é apenas pela existência, são lutas por re-existência, pelo direito de viver, sobreviver, de ser mulher negra e romper os silenciamentos que lhes são sócio-historicamente impostos.

A jovem, durante os momentos em que contava sua experiência de quando foi internada na Fundação CASA, reconstrói a história pelo reviver da *memória subterrânea*, e esta memória, de acordo com Pollak (1989), prossegue seu trabalho de subversão do silêncio hegemônico promovido no interior das instituições estatais de controle e, de maneira quase imperceptível, aflora.

A protagonista, por meio de sua memória individual, expressa aspectos da memória coletiva, ou seja, de uma memória subterrânea, que traz à tona experiências comuns vividas também por outras jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

CAPÍTULO 4

TERROR: MEDO E VERGONHA



Fonte: UOL, reprodução da foto de Juan Monino, 2020.

Este capítulo foi construído a partir das narrativas das protagonistas. Nele, discutimos como a prática em promover o terror, a vergonha e o medo são utilizadas como recursos sistemáticos de violência para manter o controle, o domínio e a ordem da estabilidade institucional no espaço de privação de liberdade.

A partir da interpretação das entrevistas, foram emergindo categorias de análises que nos permitiram conhecer os sentimentos e as experiências vivenciadas pelas protagonistas ao resgatarem suas memórias do período do cumprimento da medida socioeducativa na Fundação CASA.

4.1 Medo e Vergonha

Os sentimentos de medo e vergonha foram selecionados como categorias de análises emergentes e núcleos de sentidos importantes, pois ao interpretarmos as narrativas das protagonistas Dandara, Zoe e Beyoncé, percebemos como as memórias se organizam embasadas por estas emoções retratadas nas falas entre pausas e silêncios. Observamos que, para estas jovens, o falar das lembranças é um momento de negação de si, ao mesmo tempo que tentam afastar das suas recordações as imagens que as desumanizaram e, desta maneira, o

silêncio e o segredo mediados pelo terror, pelo medo e pela vergonha tornam-se parte do cotidiano na busca do apagamento das experiências marcadas nos corpos negros que as constituem como mulheres.

Ante este cenário, é importante ressaltarmos o que já dissemos anteriormente: que a juventude da qual estamos falando é de jovens negras e periféricas que experienciam as mais diversas desigualdades sociais.

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (1979b), mulher negra, ativista e intelectual que levantou a voz com coragem, ampliando a discussão das questões raciais no Brasil, denunciando e trazendo a público a situação da população negra no país e afirmando que,

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (González, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. A mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (1984, p. 225).

A autora descreve, com clareza, como a naturalização do racismo se justifica a partir dos adjetivos e das percepções que são atribuídas às pessoas negras, adjetivos que as “colocam” às margens do humano e abonam a opressão que estas venham a sofrer, ou seja, castigo merecido que, a partir da visão do outro que as assentam neste lugar (indigno, digno de recebimento de punições severas). Como distingue Gonzalez (1984), os estereótipos pejorativos são materializados através do olhar racista, e como se não bastasse, a ideia de perpetuação e reprodução genética como uma coisa ruim e maior, e que antecede o próprio sujeito. Sendo assim, o que acontece com a pessoa negra é de sua responsabilidade e culpa por consequência do seu fenótipo, do seu modo de ser e ao mesmo tempo de estar no mundo.

De acordo com a reflexão da autora, elencamos alguns fragmentos das narrativas das participantes que também sinalizaram as formas de tratamentos desumanos que receberam em detrimento do ato infracional praticado e acentuado pela cor de sua pele.

Dandara: — *Lembro que fui no carro de polícia algemada. Já fiquei assustada porque os policiais falaram que era um lugar muito ruim e eu ia apanhar... Todas essas coisas que eles falam. Que vão te maltratar. Nunca tinha ido a São Paulo, foi a minha primeira vez. Indo para a Fundação CASA, foi triste, num carro de polícia, eu vi que tinha o vidro transparente e deu pra ver a rua. E aí, quando cheguei lá, não conhecia ninguém, era um lugar estranho. Fiquei*

ainda mais assustada. Ao chegar lá foi muito vergonhoso. De verdade, nunca passei por tanta humilhação na minha vida. Eu no carro de polícia algemada, vergonha e humilhação, eu não consigo explicar. É uma coisa complicada. É imaginar que eu tinha uma vida normal e do nada eu estava algemada, na parte de trás de uma viatura., nem sabia que existia aquele lugar. Mas assim, olhando parece um lugar meio sombrio, assustador.

Neste relato percebemos o medo desta jovem por estar sendo retirada de sua cidade, da qual nunca havia saído, por ser algemada e levada em um carro de polícia sob ameaça, terrorismo psicológico e, também, por medo de sofrer violência física na instituição. Ela foi levada para a Fundação CASA e estava muito assustada. No entanto, provocar o medo parece naturalizado, como se fosse parte da correção, ou seja, a lição do castigo deve ser sentida desde o início da apreensão como forma de punição e aprendizado para o sujeito delinquente, demonstrando formas concretas de dominação e controle.

Desse modo, Muchail (2004, p. 67) sinaliza que “aparentemente cada uma das instituições disciplinares é destinada à uma função específica: as fábricas feitas para produzir, os hospitais psiquiátricos ou não, para curar, as escolas para ensinar e as prisões para punir”. Assim, em suas narrativas, Dandara descreve que a punição a que foi submetida possui raízes em práticas de violências tanto de cunho psicológico como físico carregada de terror, medo e desumanização.

A jovem narra os detalhes dos momentos de humilhação, o como estar algemada demarcava a privação de liberdade, o domínio estatal sobre seu corpo, o assombro e o espanto ao chegar na Fundação CASA, um lugar desconhecido e que ela não tinha nem ouvido falar, no entanto, a instituição estava ali pronta para contê-la e fazê-la sentir-se responsável pelos seus atos. Afinal, era mais uma jovem negra, imputada, registrada e estigmatizada como delinquente. Sendo assim, percebemos que a privação de liberdade para uma parcela da juventude se apresenta como mecanismo, meio de responsabilização e reparação do dano social causado, no entanto, para Foucault (1987, p. 208), “a prisão é também o lugar de um suplemento de poder que ele denomina de penitenciário. Se o judiciário priva legalmente o indivíduo de sua liberdade, o penitenciário o controla e o transforma de modo exemplar”.

A participante Zoe também relembrou como foi a sua recepção quando chegou na instituição. As recordações dela sobre a sua apreensão e chegada nos foi contada de modo minucioso e doloroso ao lembrar de quando permaneceu na cela de uma delegacia por três dias, antes de ser encaminhada para a Fundação CASA. Percebemos que, no momento da internação, ela foi bastante hostilizada e sofreu preconceito de gênero e raça, uma vez que a mulher é tratada como alguém invisível, tanto no sistema prisional como no socioeducativo que foram supostamente pensados apenas para o público masculino.

Zoe: — *Primeiro dia, que cheguei lá na Fundação, a mulher falou - “Nossa você não toma banho não?” Eu falei: - Oxi! Fiquei três dias tomando banho gelado, não tomei banho como? A funcionária ficou me humilhando. Foi foda porque tinha um segurança enorme, não sei se você o conheceu, ele já começou a me oprimir, falando que ali era a casa dele e eu era machinho, se eu ficasse de papo com a mina já ia ser cacete. Já fiquei meio assim com a senhora XXX também. Ela já falou “Ah você é machinho né? Já vou te passar como é a situação aqui na CASA. Não quero sapataria, se der problema já vai tá na minha lista e é isso. Todo mundo me conhece aqui”. Assim que eu cheguei ela já me botou de tranca junto com as meninas que já tinham aprontado lá.*

As lembranças narradas pela Zoe demonstram que ações autoritárias e disciplinadoras, baseadas na ameaça, causando medo e impondo a submissão e a obediência são praticadas em nome das regras e dos procedimentos institucionais. Isso posto, reconhecemos que a internação ainda se caracteriza pela permanência da cultura punitiva, prevalecendo a lógica patriarcal que se reproduz nas unidades que atendem as jovens do sexo feminino, principalmente pela não observância de questões específicas relativas à sexualidade e à homoafetividade.

Assim como a Zoe, a jovem Beyoncé tristemente narrou as suas lembranças dos momentos vividos ao ser encaminhada para o cumprimento da medida socioeducativa de internação:

Beyoncé: — *Me recordo que quando cheguei fiquei e me senti meio oprimida porque em todo tempo é muita segurança, tem muito portão, cada escada que você sobe tem um portão, cada sala que você vai tem um portão, tem identificação, tem um funcionário ali com você. Eu lembro muito da minha liberdade quando ouvia o barulho do portão que soava.*

A detalhada narrativa de Beyoncé sobre as memórias dos dias iniciais de internação na Fundação CASA são lembradas, a partir do sentimento de opressão diante do enclausuramento em um espaço idealizado pelo projeto de contenção para as jovens já identificadas como infratoras da lei.

O prédio da instituição apresenta uma estrutura específica de concreto, composta por uma arquitetura isolada e imponente com grades por todos os lados, seguranças em postos estratégicos, concertinas que acentuam a finalização das muralhas e bloqueada do mundo externo, como caracteriza Goffman (1974, p. 11):

Uma Instituição Total pode ser definida como um local de resistência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.

Conforme Goffman (1974), na rotina institucional dos estabelecimentos de opressão é possível identificar o processo descrito por ele como mortificação do eu, a primeira mutilação

do eu é marcada pela barreira que as instituições totais erguem entre o interno e o mundo exterior. Nas unidades destinadas à privação de liberdade, a vida e a rotina da interna se resume ao mesmo local, seja a escola formal, o curso de iniciação profissional, as atividades esportivas e de lazer, tudo acontece no interior do espaço de confinamento.

O padrão dos uniformes e das roupas íntimas faz parte do processo de descaracterização daquilo que é personalizado para uma jovem que se desconstrói desde o momento em que é algemada, colocada em um carro de polícia e inserida atrás dos muros da Fundação CASA, lugar onde é formalmente identificada por um número que é gerado para preenchimento do prontuário conhecido como PT. Sendo assim, consideramos as memórias dessas jovens como evidências que demonstram o modo que vivenciaram a privação de liberdade e as formas em que esses sentimentos sublinham as lembranças de um período de re-existência e reclusão.

A vergonha e o medo relatados pelas jovens foram sentidos em circunstâncias que envolveram depreciação, práticas de humilhação e violências causadas no espaço institucional e, na situação da privação da liberdade que interseccionaram com outros marcadores que as estigmatizaram no que tange ao gênero, à raça e à classe social.

Assim, a vergonha pela nudez e exposição dos corpos foram narradas como uma lembrança traumática, a partir dos constantes rituais de revistas corporais em que foram submetidas. São corpos negros aterrorizados, envergonhados e expostos para o desconhecido, e para além disso, de modo vexatório por realizarem, nestes procedimentos, movimentos depreciativos de frente, de costas, baixarem-se e levantarem-se na expectativa de detectarem objetos escondidos no seu interior. Os constrangimentos vivenciados por elas resultaram em sentimentos de vergonha e humilhação que parecem ser naturalizados nas ações de controle da instituição. De acordo com Foucault (2004, p. 126), “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”, uma vez, que o cumprimento da medida se fundamenta na imposição disciplinar, de controle e obediência.

Dandara: — *Ah, aquele muro enorme e fiquei pensando o que eu estava fazendo ali, o que aconteceria comigo, o que tinha ali atrás, o que estava me esperando? Fiquei na portaria esperando um pouco, vieram me atender, me levaram para uma salinha, fizeram a revista. Eu estranhei ficar nua na frente de alguém que eu nunca tinha visto. Nossa, fiquei com muita vergonha, muita e toda vez era uma tortura. Eu nunca nem mesmo sonhei na minha vida.*

Beyoncé: — *Vinha uma funcionária revistar a gente, a gente ficava pelada, sem roupa nenhuma. Elas revistaram a gente de frente e de costas, tinha que agachar três vezes de frente e três vezes de costas. Era frequente. E, às vezes do nada, eles queriam fazer revista na casa,*

aí subia nos quartos, bagunçaram todas as camas, abriram os colchões, olhavam os cobertores também, em volta deles se não tinha escondido caneta, alguma coisa que dá pra machucar ou para cortar alguém. E tipo, aí a gente voltava, nossa cama estava toda bagunçada, a gente tinha que arrumar.

Na tentativa de procurar apreender, a partir de suas memórias sobre os momentos marcantes durante o período de internação, algumas lembranças foram tristemente narradas, explicitando os sentimentos que cada uma das jovens vivenciou e, ao mesmo tempo, trazendo à tona reflexões do que não gostariam de ter vivenciado.

Considerando as narrativas aqui destacadas, as jovens relembram os medos provocados e as humilhações praticadas por agentes públicos.

Para dialogar com este cenário, direcionamos o olhar aos estudos realizados em *Corpografias Raciais: uma etnografia das captividades femininas negras em São Paulo*, tese de Dina Alves (2020), dedicados à compreensão das mulheres e do Sistema de Justiça. Este estudo que discorre sobre o lugar da mulher negra em um sistema de terror que localiza os corpos femininos negros como alvo por excelência do controle social, institucional e judicial. Alves (2020) aborda, através de várias experiências e testemunhos que revelam como os escombros da escravidão se reatualizam em um sistema de dominação instalado em sociedades hierarquizadas e destaca as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade como dispositivos de controle e organização social e que trazem consequências para estas jovens-mulheres.

Concomitante ao que demonstra Alves (2020), histórias de terror, medo e vergonha se entrecruzam nas narrativas das protagonistas permitindo-nos refletir sobre a maneira que essas jovens vivenciaram o período de internação na Fundação CASA e que percebemos, a partir dos relatos, que foram acontecimentos significativos rememorados com sofrimentos por quem os vivenciou.

Diante dessas narrativas, notamos que o terror, o medo e a vergonha ainda são instrumentos potencialmente utilizados como estratégia para o controle e a ordem nas unidades de privação de liberdade de atendimento feminino, estando visivelmente em desacordo com o que reza o Regimento Interno da Fundação CASA (2022), o qual destaca como objetivo simplificar e uniformizar o atendimento oferecido às jovens nos centros socioeducativos da instituição espalhados em todo o Estado de São Paulo, com prioridade no processo educativo, respeitando os seguintes princípios:

- Respeito aos Direitos Humanos;
- Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, identidade de gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a

qualquer minoria;

- Garantia da proteção integral e o reconhecimento de que apresentam maior vulnerabilidade e abandono familiar, devendo ser oportunizado acolhimento, aprendizado e novas chances para uma ressignificação da vida;
- Receber tratamento respeitoso e digno, sendo fundamental a vedação de práticas e posturas corporais humilhantes ou que despersonalizam o adolescente, indo frontalmente contra os princípios e normas que regem as medidas socioeducativas. (p. 10).

Independentemente do que versa nos documentos oficiais da Fundação CASA, o tratamento realizado no atendimento aos jovens ainda é praticado, por vezes, como atos desumanos pautados por práticas de violências que se assemelham aos tempos sombrios que não nos deixam esquecer do período colonial brasileiro em que eram naturalizados os castigos. Tal dinâmica evidencia o abismo existente entre o que versa a teoria com o que se realiza na prática.

4.2 As Marcas do Medo

Imagem 13 – Unidade Feminina Fundação CASA



Fonte: Brasil de Fato, 2021.

A repressão e o medo cotidianamente fazem parte dos atributos raciais e geográficos do povo negro, ou seja: a população negra e periférica é alcançada pelas forças estatais prioritariamente por serem entendidas como uma classe perigosa. Este entendimento resulta no retrato da juventude em restrição de liberdade e no preconceito institucional que é reproduzido a partir do racismo estrutural demarcado na sociedade brasileira e que se estende aos espaços

socioeducativos. As injustiças históricas advindas do resquício colonial e sofridas pelas jovens/mulheres negras, intensificam as marcas que ainda repercutem em seus corpos, através das traumáticas lembranças revividas até os dias de hoje.

Considerando as memórias narradas pelas jovens egressas neste estudo, podemos verificar como os seus corpos trazem as marcas das violências psicológicas e físicas sofridas no momento de reclusão que assombram as lembranças do vivido na instituição.

Refletindo sobre as falas das protagonistas, cabe trazer para a discussão o debate realizado pela filósofa, professora Angela Davis (2018) no seu livro *Estarão as prisões obsoletas?* Nele, é apresentada uma análise histórica sobre o processo de encarceramento em massa nos Estados Unidos, promovendo uma reflexão crítica e teórica sobre o sistema prisional, demonstrando a atuação de uma política repressiva baseada apenas nos moldes da segurança. A discussão trazida por Davis possui um olhar direcionado à expansão das prisões nos Estados Unidos entre os anos de 1980 e 1990 que, na época, priorizava a privatização do sistema prisional do país. Para ela, as unidades prisionais são instituições de controle social com vistas a conter comportamentos “indesejáveis” e, ousadamente, faz a crítica:

A prisão funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. (DAVIS, 2018, p. 16).

Embora os estudos da autora estejam inicialmente voltados para as prisões nos Estados Unidos, podemos, diante das falas destas jovens, remetê-los para o modelo perpetrado pelas instituições estatais brasileiras com ênfase na Fundação CASA que se mantém como espaço disciplinar e repressor que acumula, em seu interior, parte de uma juventude negra e parda. A maneira como estas jovens vivenciaram o terror, o medo e a vergonha em uma instituição onde se viram mutiladas dos seus referenciais, do meio social, familiar e sentenciadas a um confinamento devido à infração que cometeram. Assim, temos algumas evidências de como foram esses momentos de medo e aflição:

Beyoncé: — *Está vendo aqui? É a marca da algema que ele fez. No dia que eu briguei com uma menina, como eu era a pessoa que estava mais nervosa, então tipo pra ele conseguir me colocar dentro da cela, ele teve que me algemar. Só que a forma que ele me algemou, ele colocou totalmente ao contrário, ele entortou muito meu braço e apertou muito a algema. A algema tem três tipos para deixar o intermediário preso. Mas no meu braço ele apertou muito, eu gritava muito: “Tá doendo, tá doendo” eu fiquei até 10 minutos antes de trocar o plantão algemada. Isso aconteceu umas 4 horas da tarde, eu fiquei até as 7 horas da noite algemada. E minha algema tava apertada demais.*

A jovem reflete sobre como ser negra no espaço de contenção, nas marcas deixadas do período obscuro de reclusão, quando foi algemada de forma bruta e incorreta, o que lhe causou lesões deixando cicatrizes em seus pulsos.

Ela se lembrou de ter recebido uma determinada sanção disciplinar em que permaneceu durante um mês “na tranca”, que representa não ter acesso às atividades eletivas por ter agredido uma outra interna. Devido a esse ocorrido, ela recebeu o apelido de Maguila em razão do histórico de agressão anterior e pelo modo como ela bateu na outra jovem. Observamos que, entre as internas, o *bullying* está presente, se manifesta de diversas formas e cada uma reage de uma maneira diferente ao recebê-lo. Nesse caso, a jovem se remeteu às suas lembranças amargas em que era destrutada pelo pai que a chamava de uma maneira depreciativa. Deste modo, ela reagiu agressivamente e passou a sofrer *bullying* não só por parte das demais internas como também de alguns servidores da fundação CASA.

Nesta esteira, a pesquisadora Cordeiro (2018, p. 26), em seus estudos apresentados em *Mulheres Negras em Luta: desintimizando a vida entre alianças clandestinas a partir do campo da socioeducação*, reforça que, desde muito antes do período ditatorial no Brasil, pessoas negras convivem com a sujeição e a tortura como experiência cotidiana, e mesmo ao considerar que se trata de processos históricos diversos. Entretanto na ditadura, o recorte racista do aparelho judiciário seguiu operando, destacando que a memória institucional do suplício escravocrata se atualizou e se transformou em tortura moderna, ainda que sob outras tecnologias de poder que são operadas com maior sutileza.

E assim, os resgates das memórias vão dando lugar às emoções que são permeadas pelas marcas do medo e, ao mesmo tempo, que retratam a vulnerabilidade de ser mulher, negra e estar privada de liberdade.

Zoe: — *Me lembro do dia que aconteceu briga entre as adolescentes e por isso teve a entrada do batalhão de choque que durou a tarde e a noite toda, nessa opressão, e é foda porquê dá muito medo né, mano? A qualquer momento o cara pode te arregaçar e você sabe como é a choque, o cara não entra pra brincar. Já viu eles entrando, lá? Ah, foi horrível, porque você quer usar o banheiro, quer fazer alguma coisa, né mano. Você está sentada e quer levantar e eles falavam - “Se levantar a cabeça vai ser daquele jeito, hein. Não pode nem levantar a cabeça, tem que ficar com a cabeça pra baixo. Foi foda! Papo reto, eu tomei vários murros aqui no estômago que eles não vão deixar marca e aqui no peito que uma das funcionárias me deu. Tapas no pescoço e no rosto, eles eram ruins. Não quero ter essa lembrança não, senão eu vou surtar. Eu sei que eu mudei de vida, mas na hora da crise, o bagulho vai subir e o ódio sobe. Porque você mora na favela e já passou por várias fitas, têm coisas que não tinha necessidade, sabe. Não tinha necessidade para ela ficar agredindo as minas daquele jeito”.*

Em consonância com o relato de Zoe, os autores Nogueira, Pereira e Diogo (2021), no

estudo apresentado em *As Práticas Pedagógicas e o Controle dos Corpos na Fundação CASA*, explicitam como a disciplina, a segurança e o controle dos corpos se sobressaem frente a essas práticas, demonstrando o distanciamento daquilo que a instituição aponta como ideal de atendimento às jovens e, ao contrário disto, faz da violência uma parte das práticas cotidianas para o controle e a docilização dos corpos que ali não podem se defender. Assim, eles ressaltam que:

[...] as unidades destinadas para adolescentes sentenciados à internação, caracteriza-se como espaços restritos, onde o convívio e a permanência com os demais adolescentes e servidores acontecem vinte quatro horas por dia. São espaços impregnados de normas, regras e condutas que vão para além das pautadas no senso comum, tais práticas estão nas entrelinhas do tempo, no silêncio da noite, nos movimentos corriqueiros, no deitar, ao levantar ou na ida ao banheiro, no se alimentar, ao cortar os cabelos. Tais práticas estão presentes, a partir do controle, da proibição, da ameaça, da licença senhor e da licença senhora, da formação por ordem de tamanho, das mãos para trás. (NOGUEIRA; PEREIRA; DIOGO, 2021, p. 8).

De tal maneira, constatamos através das falas das jovens egressas, a permanência do uso de práticas de violência promovidas pelo Estado, por meio de suas agências repressivas, notadamente expressas na execução da medida socioeducativa de internação no contexto da Fundação CASA. Desse modo, identificamos o emprego abusivo da violência estatal que, de certa maneira, torna-se naturalizada e entendida como ferramenta de controle/punição para uma parcela de quem as executam.

4.3 Sexualidade: sapataria e sanção disciplinar



Fonte: Shutterstock, 2023.

Neste item, buscamos trazer algumas reflexões sobre a maneira como a sexualidade é manipulada por alguns agentes públicos no exercício do disciplinamento e controle para

subordinar certos “tipos” de corpos vistos como anormais.

O sociólogo Michel Foucault (2015) destaca este comportamento como poder biopolítico que, para ele, é um modo de entender as maneiras pelas quais a sexualidade é empregada para controlar as pessoas de acordo com as categorias de gênero, raça, religião ou classe social:

O poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (FOUCAULT, 2015.p.14).

Zoe: — *E quando eu cheguei lá foi foda, porque tinha um segurança enorme, não sei se você conhece, já começou a me oprimir, falando que ali era a casa dele e eu era machinho, se eu ficasse de papo com a mina já ia ser cacete. Já fiquei meio assim com a senhora XXXX também. Ela já falou “Ah você é machinho né? Já vou te passar como é a situação aqui na CASA. Não quero sapataria, se der problema já vai tá na minha lista e é isso. Todo mundo me conhece aqui”. Assim que eu cheguei ela já me botou de tranca junto com as meninas que já tinham aprontado lá.*

Os relatos da Zoe trazem a demonstração das formas de abordagem truculenta e discriminatória em consequência da sua homossexualidade, desde a chegada na instituição. Lugar este que alguns servidores representam singular relevância profissional na execução da política socioeducativa, entretanto, na prática, utilizam-se do terror, da ameaça física e psicológica como metodologia de trabalho para impor autoridade, controle e demonstração de poder.

Mediante as narrativas da jovem, notamos que o seu corpo, socialmente e institucionalmente marginalizado por ser homossexual, sofre as práticas de violência que estão explícitas desde a imposição do segurança do sexo masculino que estava à porta demarcando território, até a servidora do sexo feminino que acentua a ameaça de forma ainda mais contundente.

A intersecção trazida pela protagonista está representada especificamente pelo marcador da sexualidade que se institui como fundamental nesta discussão e, também, como justificativa de opressão. Cabe ressaltar que Foucault (1999 *apud* Alves, 2010, p. 64) ao expor sobre os alicerces da marginalização para as sexualidades não-hegemônicas, enfatiza que a “homossexualidade, é uma modalidade sexual condenada, cerceada e desprivilegiada”. Assim, na instituição, vive-se momentos que desmoralizam e depreciam a imagem/identidade de quem se identifica homossexual, o que pode ocasionar a ocultação da sexualidade das jovens em prol de se evitar as possíveis violências.

Zoe: — *A senhora quer saber se eu já apanhei por causa disso? Por ser lésbica? Já! Recordo que foi só na internação, na unidade provisória não. Porque eu estava naquele momento de resposta e sempre tive visita. Quando minha mãe vinha me visitar ela pedia pra levantar a camisa pra ver se não estavam me agredindo. Na internação, ela fazia isso direto. Teve uma vez que eu apanhei porque me pegaram namorando com outra menina de madrugada, eu e ela apanhamos. Na época, os funcionários te algemavam e batiam, já apanhei muito na internação.*

Ante este cenário, os espaços destinados à socioeducação reproduzem o reflexo do domínio hegemônico e universal, repetindo os estereótipos e os preconceitos, utilizando do terror e do medo para impor a ideia da heteronormatividade como pilar do comportamento que deve ser entendido e reconhecido como normal, causando danos a estas jovens que refletem em suas vidas, suas identidades e, também, no processo de ressocialização.

O olhar para a questão do gênero aqui discutido é referendado pelos estudos da doutora e pesquisadora Guacira Louro (2008, p. 2), considerando que “[...] a construção do gênero e da sexualidade se dá ao longo de toda a vida, continuamente, infindavelmente.” Assim, ultrapassa o momento do nascimento e da nomeação de um corpo identificado e reconhecido como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino, mas sim, ao longo de sua existência:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (LOURO, 2008, p. 18).

As questões sobre a sexualidade discutidas neste estudo também se alinham na direção apresentada por Galet e Seffner (2016) quando consideram que a sexualidade é campo de conhecimento e disputa política, ligada ao que é tido como normal e o que é tido como desvio. No entanto, sendo a sexualidade entendida como uma construção social, histórica e cultural, sente-se a necessidade de ser discutida também no sistema socioeducativo, por isso, consideramos ser interessante pensar a sexualidade como uma temática de maior abrangência e, nesta direção, Galet e Seffner (2014) discorrem que:

Abordar questões sobre sexualidade esteja restrito a momentos específicos e raros da vida –, o que se verifica é que, diferente de outras sociedades do passado, a sexualidade se faz presente em todos os momentos, se apresentando de diversas formas, servindo como porta de entrada para outros temas, auxiliando a construir hierarquias a respeito de indivíduos, povos e países, em conexão com as hierarquias de gênero, faixa etária, raça, etnia, religião, classe social. (GALET; SEFFNER, 2016, p. 69).

A pesquisadora Joyce Alves (2010), nos estudos relativos as representações de professores do ensino médio sobre a homossexualidade, aborda a sexualidade como uma complexidade humana. Assim Alves analisa como a sexualidade e a legitimação da diversidade sexual foram (e ainda são) rejeitadas no ambiente escolar, ressaltando que as consequências e os resultados destas tentativas de apagamento propagam a discriminação e a marginalização dos alunos que não se encaixam no modelo legitimado socialmente da heterossexualidade.

Destaca Alves (2010, p. 24) que

“a sexualidade não é constituída somente de aspectos naturais e biológicos, mas também, de aspectos culturais. É neste entendimento que esta se associa ao conceito de relação de gênero, uma vez que a sexualidade é governada por normas morais e formas de vivenciá-la que foram instituídas historicamente”.

Embora a pesquisa tenha se referido ao ambiente escolar, pode-se ser referenciada para o contexto socioeducativo da Fundação CASA e, por isso, é importante que este tema seja estudado e amplamente debatido.

Zoe: — *A todo o momento eles ficavam falando - “Tá de sapataria não, né?” Porque sapataria é proibido lá dentro. Falavam “Parem de conversinha, aí. Já tá namorando, né? Vou ter que subir vocês de tranca?” A gente não podia ter amizade lá dentro porque para eles já era como estar namorando. a menina que estava comigo, já tinha mais tempo na casa e por causa disso, ela apanhou e depois fui eu. Os funcionários falam que você estava de sapataria, pois eles já te agridem e já tem o CAD, mas eles não falam pra ninguém que você foi agredida e recebeu mais meses de internação por causa disso. Só se você for falar para as técnicas aí é que elas irão saber, que não era meu caso, eu não ia falar. As técnicas também falavam: - “Eu sei que você gosta de mulher”, já chegava no ouvido dela, eu pegava várias minas lá dentro mesmo, não tinha nada pra fazer, eu ia perder meu tempo? Elas falavam “Se você continuar nessa emoção de ficar com as minas aqui dentro, as outras estão lá fora. Aqui dentro, elas são todas momentâneas” eram duas técnicas, acho que você conheceu elas. Elas falavam “Não faz isso, pra você ir embora logo” - Ela sabia que eu era gente boa, que eu tinha estudo, que eu era inteligente e conversava bem, eu não era uma má pessoa, eu não causava lá dentro, meu problema mesmo era só mulher. Ela falava isso pra eu fazer minha caminhada logo e ir embora rápido, e foi o que eu fiz.*

Beyoncé: — *As técnicas que sentam com a gente para conversar, para falar que a sapataria está prejudicando e tudo mais, que precisa ter um fim, que as meninas precisam se controlar mais, logo logo sai. Aí conhece alguém, aí se relaciona, tipo, é assim que elas falam para a gente. Mas cada técnica sabe de cada caso porque elas falam diretamente com as meninas que são pegadas usando isso. Já as que não tem envolvimento com isso nem entra no assunto.*

A sexualidade feminina como direito nas unidades de internação ainda é percebida por muitos profissionais como inadequada, assim destacou a pesquisadora Conceição em sua Dissertação de Mestrado que analisou *A Privação de Liberdade na Extinta Unidade Feminina de Parada de Taipas em São Paulo* (2015). De acordo com a pesquisadora os profissionais que

ali atuam demonstraram visões conservadoras, até mesmo preconceituosas, a respeito da prática sexual pelas adolescentes, e quando o tema sexualidade é abordado, restringe-se a conceitos de higiene, métodos contraceptivos ou das proibições de demonstração de afetos e práticas homoafetivas. Percebemos no entanto que a preocupação com a disciplina, a contenção e a manutenção da ordem são cotidianamente impostas e demarcadas, e pouco tem a ver com as propostas da ação socioeducativa presentes no SINASE, especialmente pela forma arbitrária da qual as regras são (ou deixam de ser) aplicadas.

Neste estudo, tomando como referência a fala das jovens, fica aparente como a sexualidade e os comportamentos homoafetivos são rejeitados e caracterizados como infração disciplinar a ponto de serem encaminhadas para a Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD) e, conseqüentemente, motivo de sanção disciplinar e até mesmo de espancamento.

No entanto, em relação a estas questões, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (PNAS, 2012) dispõe em suas diretrizes e eixos operativos sobre a garantia do direito à sexualidade dos socioeducandos, além do respeito à sua identidade de gênero e orientação sexual (SINASE, 2012, p. 37). No eixo diversidade, encontra-se o art. 35, inciso VIII do ECA em não discriminação de gênero. Já a Cartilha de Orientações Gerais para Atenção a Adolescência LGBTQIA+ (2022), em cumprimento de medida socioeducativa no âmbito da Fundação CASA apresenta como objetivo:

- Estabelecer ações de cuidado à população LGBTQIA+ no contexto do sistema socioeducativo compreende reconhecer uma conjuntura de complexidades, a qual exige uma atuação ético-política que posicione a Socioeducação no campo das políticas públicas, ou seja, no campo de garantia de direitos e respeito à diversidade. Além disso, a complexidade já reconhecida pela Socioeducação se impõe novamente, exigindo a composição com os diversos atores do sistema de garantia de direitos, a fim de que a complexidade das demandas e os desafios frente a um processo histórico de vulnerabilidades infligidas a essa população, seja reconhecido e atravessado por ações e providências que garantam os direitos desses sujeitos (p. 7).

Esta cartilha ainda apresenta, de forma mapeada, os pontos de cuidados específicos à população adolescente LGBTQIA+, que estão em torno de:

- Realizar acolhimento, que configure ambiente de não julgamento e facilite a manifestação do adolescente quanto a sua identidade de gênero e demandas frente ao contexto de ingresso no sistema socioeducativo (Nome social, vestimentas, local mais adequado para sua permanência);
- Identificar possíveis sofrimentos oriundos de violações, transfobia e discriminação, realizando os cuidados necessários em saúde mental, assim como, orientando-o quanto aos recursos e equipamentos que oferecerão

suporte, quando da ocasião de retorno ao convívio social;

- Encaminhamentos necessários para promoção, prevenção e intervenções em saúde clínica geral e específicas, a partir de suas manifestações de interesse e avaliações médicas;
- Todos os temas relacionados no presente documento deverão ser foco de atenção de Educação em Saúde, com regularidade, a todos os adolescentes e profissionais envolvidos na execução da medida socioeducativa (p. 16-17).

Diante das narrativas das participantes deste estudo em relação ao tratamento relacionado à sexualidade, mesmo havendo as diretrizes institucionais postas, notamos uma significativa lacuna entre a teoria e a prática, assim como, a necessidade deste assunto ser amplamente discutido na Fundação CASA.

Uma das questões aqui elencadas é o desrespeito à diversidade e o comportamento homofóbico recorrentes e, conseqüentemente, tais situações reverberam no atendimento socioeducativo, assim como na vida das jovens que vivenciaram o preconceito e a discriminação quando são “elas mesmas”, ou seja, quando fogem do padrão heteronormativo imposto socialmente.

4.4 Tristeza e Solidão

Imagem 14 – Interna na Unidade Feminina Fundação CASA Chiquinha Gonzaga



Fonte: Caio Nascimento, 2017.

A proposta deste subtítulo é analisar as narrativas das jovens participantes da pesquisa na perspectiva de compreender como os sentimentos de tristeza e solidão atravessaram o cotidiano delas durante o período de reclusão.

De acordo com o dicionário Aurélio, a tristeza se caracteriza pela falta de alegria, e pela melancolia. Já o sentimento de solidão é descrito como um estado de quem se acha ou se sente

desacompanhado ou só, isolamento. A tristeza e a solidão também foram sentimentos que apareceram como categorias emergentes e perpassaram as falas das protagonistas Dandara, Zoe e Beyoncé.

As discussões que abordam a solidão da jovem/mulher negra como foco de discussão, estudos e protagonismo têm sido uma discussão recente em ambientes acadêmicos e não acadêmicos. Um dos trabalhos de pesquisa relevantes nesta discussão se refere à Dissertação de Mestrado da pesquisadora Claudete Alves da Silva Souza (2008), intitulada *A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo*, a qual tratou-se de uma abordagem sobre a solidão afetivo-sexual vivida pela mulher negra, em que seu preterimento como pretendente no mercado matrimonial ocorre por parte de um parceiro da mesma etnia. O estudo da pesquisadora mostrou que existe uma situação de desvantagem da mulher negra em comparação com a mulher branca no que concerne à preferência do homem negro na escolha de parceira afetiva e conjugal, apontando o fenômeno para o fato de que a experiência de solidão das mulheres negras é diferente da solidão que pode existir entre mulheres brancas, pois, embora ambas sofram os efeitos do machismo, as mulheres brancas não sofrem racismo (SOUZA, 2008).

Já a pesquisa relevante de Juliana Gregório (2017) teve como objetivo discorrer sobre a “solidão da mulher negra encarcerada”. A autora aponta que 68% das mulheres encarceradas são negras, e parte do entendimento que o sentimento de solidão é advindo do preterimento afetivo sexual, do abandono paterno e do afastamento parental. Tal situação é intensificada diante de uma estrutura social machista e racista. Desse modo Gregório afirma que os:

Estudos apontam o alto índice de preterimento da mulher negra frente a mulher branca pelos homens negros, no âmbito afetivo sexual/conjugal, o que acarreta o sentimento de solidão e humilhação às mulheres negras. Porém, a solidão da mulher negra antecede sua vida adulta e extrapola suas relações amorosas. A Solidão da Mulher Negra, vem desde a infância em uma família desestruturada pelo machismo validado por uma sociedade patriarcal e o racismo validado por um Estado genocida, perpassa a fase escolar com o isolamento para evitar humilhações racistas por parte de colegas e professores atinge a adolescência na construção solitária de uma identidade “aceitável” e alcança a vida adulta nas relações amorosas, na vida profissional, nos serviços de atenção à saúde, na criação dos filhos que o Estado não matou não prendeu (GREGÓRIO, 2017, p. 5).

No entanto, neste estudo, trazemos a tristeza e a solidão a partir das experiências vividas e narradas pelas protagonistas, durante o período de internação na Fundação CASA que causaram impactos distintos para cada uma. Consideramos que, em uma sociedade de cunho machista e patriarcal, nem os espaços destinados para a privação de liberdade como as cadeias e os presídios não foram pensados e muito menos arquitetados para o atendimento do público

feminino.

Diante deste cenário, as jovens quando são sentenciadas à medida socioeducativa de privação de liberdade vivenciam, desde o início da sua apreensão e encaminhamento à instituição, o terror visual da estrutura arquitetônica do prédio da Fundação CASA. Juntamente a esse impacto, elas também experimentam situações aviltantes que envolvem extrema tristeza e solidão devido ao momento da mudança brusca na dinâmica social, e diante do rigor institucional imposto, bem como o afastamento do seio familiar que constatamos nas falas das jovens participantes:

Dandara: — *Indo para a Fundação estava triste num carro de polícia, eu vi que tinha o vidro transparente e deu pra ver a rua. Ah, aquele muro enorme. Eu fiquei pensando no que eu tava fazendo lá e o que aconteceria, o que tinha ali atrás, o que estava me esperando...*

Zoe: — *Ah pra mim de verdade mesmo? Foi o momento mais difícil da minha vida. Já passei por muitos momentos difíceis, mas esse foi o mais difícil, o momento que você realmente se sente sozinha, cadê os amigos? amigos não tem nenhum. Amigo do peito é colete e sua mãe que tá ali. Foi um momento muito doloroso que não vale a pena o dinheiro de um traficante, o dinheiro de um assalto, o dinheiro de uma coisa errada rápida que vai embora rápido. Não vale a pena você arriscar sua liberdade.*

Beyoncé: — *A sensação que eu tive é que ia ser rápido, mas no meu contexto lá dentro, no mundo que a gente cria lá dentro, demorou demais, eu não via a hora de sair. Eu via todo mundo sair, as mais velhas, mas cada vez eu continuava lá dentro. Eu não tinha resposta de juiz porque como eu não tive família nessa época, então não tinha quem correr por mim. Quem falasse “Ah, o Juiz tá pedindo relatório”, “O Juiz falou que se você se comportar, você vai ficar assim, vai ficar bem” Tinha as técnicas para falar isso, mas a gente via elas muitas poucas vezes. Então, não tinha como eu saber, tive que fazer minha caminhada na pedalada, viver como se fosse uma vida normal.*

No período de cumprimento da medida socioeducativa de internação, revelam-se os sentimentos de impotência, tristeza e solidão e, ao mesmo tempo, o de reconhecer os seus atos e responder por suas consequências. É como um choque de realidade para essas jovens que antes viviam cercadas de colegas nas ruas e agora estão desconectadas do mundo exterior e, ao ingressarem na unidade, passam a viver sozinhas tendo que, cotidianamente, buscar alternativas de sobrevivência para aprenderem a seguir e a obedecer as normas, as regras e os procedimentos institucionais, bem como aprender a lidar consigo mesmas em um ambiente de controle e vigilância, sendo o grande desafio para elas agora ter que conviver com a tristeza e a solidão na Fundação CASA e longe da própria casa.

As jovens negras ao serem apreendidas e sentenciadas à privação de liberdade, geralmente são abandonadas por seus parceiros e namorados, sejam eles negros ou não. Ao nos

contar suas histórias amorosas, seja em atividades pedagógicas ou em momentos em que tivemos a oportunidade de ouvi-las na Fundação CASA e, a partir de suas falas, percebemos como seus sonhos estão atrelados ao viver um amor, ao reconhecimento e a uma vida simples com seus parceiros, os quais lhes fazem juras amorosas.

Elas nos contam sobre os seus sonhos e da união que elas idealizam, porém raramente essa união se efetiva de fato e, em sua maioria, tornam-se relacionamentos passageiros e fugazes, ocasionando e favorecendo os repetidos compassos de abandono, tristeza e solidão.

De um lado, essas jovens quando são apreendidas por estarem envolvidas com atos ilícitos, muitas delas estão se relacionando com pessoas implicadas com a ilegalidade. Por outro lado, quando privadas de liberdade são sumariamente descartadas pelos parceiros e entregues à própria sorte, bem como substituídas por outras garotas de maneira quase que imediata, pois o “*seu homem não pode esperar*”. E assim, a solidão vai participando do cotidiano de suas vidas como já apontado anteriormente pela pesquisadora Claudete Souza (2008).

A obra de bell hooks (2010) *Vivendo de amor* aponta para a construção histórica da vivência do amor pelo povo negro, principalmente pela mulher negra, apresentando-a como sujeito violado e invisível ao longo dos anos. As ponderações levantadas por hooks (2010) nos permite compreender o papel do amor e da resistência de forma atemporal:

O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nós amamos, desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente. [...] E para viver plenamente as mulheres negras não podem mais negar sua necessidade de conhecer o amor (hooks, 2010, p. 6).

Como já dito anteriormente, há um número expressivo da população de pretas e pardas sentenciadas à privação de liberdade. São jovens que provêm de famílias empobrecidas que residem em bairros periféricos e com renda familiar insuficiente para garantir as suas necessidades básicas.

Diante deste cenário, é comum que elas recebam menos visitas quando estão internadas, devido à dificuldade de transporte, locomoção e, conseqüentemente, ocasionando o sentimento de abandono que se repercute na tristeza e na solidão pela falta de amor e atenção.

Dandara: — *Eu entrei com 17 anos e saí com 19, quase 20. É muito tempo. Pensei bastante na minha vida, pensei no que eu tinha feito e decidi que quando eu saísse, queria mudar de vida. Eu não queria passar por aquilo de novo. Aquela situação desconfortável. Muita*

dificuldade para me adaptar a todas aquelas normas, aquelas pessoas e a tudo aquilo. “Ah meu Deus, mais um dia. Quero ir embora!”

Zoe: — *É muito doloroso. Para minha mãe também foi muito, ela tentava não chorar para passar força, mas saía dela e se acabava. Não aconteceu nada, mas eu sabia que ela teria que ir embora. Tinha semanas também que a casa tava virada, deixava a gente de castigo sem desodorante, sem pasta de dente, só tomando banho gelado e era a semana que eu mais sofria e eu queria minha mãe perto de mim, mas ela tinha que ir embora.*

Beyoncé: — *Me recordo que fiquei e me senti meio oprimida porque em todo tempo é muita segurança, tem muito portão, cada escada que você sobe tem um portão, cada sala que você vai tem um portão, tem identificação, tem um funcionário ali com você. Eu lembro muito da minha liberdade pelo barulho do portão que soava.*

A jovem negra, pobre e com baixo nível de escolaridade vai encontrar na privação de liberdade mais uma esfera de domínio e estigmatização dos seus corpos institucionalizados pelo poder estatal. A criminalidade exerce seu papel sedutor sobre essas jovens que, pela expectativa do ganho, da visibilidade e da ascensão social se envolvem na trama dos delitos, no entanto, o filtro do sistema de justiça seleciona para o cárcere, a população que historicamente foi designada a ele.

4.5 A Família de Dentro

A constituição familiar que ocorre de modo hierárquico e organizado dentro da instituição, está para além do alcance institucional, são vínculos criados e estabelecidos que ultrapassam os olhares disciplinares do Estado e se tornam uma maneira de minimizar a tristeza e a solidão no cumprimento da medida socioeducativa.

Zoe: — *É assim, quando você chega na Fundação, você já vê as meninas lá e elas ficam te olhando. Aí, tem vários machinhos também, eu cheguei e já gostava de mulher. Pra me defender já falei vou chegar aqui machinho. Eu amarrei meu cabelo como machinho, comecei a usar a roupa que nem as machinhos lá dentro, que querendo ou não tem mais vantagem que as menininhas. Ai, o Lucas (nome social) já falou que vai ser meu pai e pah, começou a me chamar de Zoe. Ai, a mina, a Lana falou não, a Zoe vai ser meu irmão. Lá dentro tem as famílias com mãe, pai, irmãos é uma forma da gente se proteger e cuidar uma das outras e a Bela era minha mãe, acho que a senhora conheceu ela, era negra tinha muitas passagens pela Fundação e não tinha medo de ninguém, saiu e eu soube que ela está na rua, nas drogas.*

Diante da fala dessa jovem, percebemos que um dos motivos para a reorganização dessas famílias no sistema socioeducativo é ter um modo de fortalecimento, união e afeto. É uma maneira pensada por elas para minimizar a distância e a saudade desencadeadas pela distância do meio social e de seus familiares. As alternativas de atividades para uma jovem que

vive a privação de liberdade são poucas e limitadas, ou seja, as atividades propostas e executadas nesses espaços tornam-se incipientes para dar conta da dinâmica de vida delas, considerando que grande parte possui um histórico de ocupação e ritmo de vida permeados de desafios e aventuras diárias.

São famílias arranjadas e, via de regra, quem assume a figura da mãe é uma jovem com perfil de protecionismo e cuidado, conhecedora das rotinas da unidade e com mais de uma passagem pela Fundação CASA, características que geralmente representam a mulher negra, assim como representado pelo perfil da Bela.

Cabe destacar o Caderno Orientador para a construção de relatório dos adolescentes (2016) que pontua, por tratar-se de um eixo na política de atendimento da Fundação CASA, em razão do retrato da população atendida, o eixo étnico-racial deve ser considerado na sua transversalidade e abordado, por todas as áreas, e como parte importante na elaboração de relatórios destacando que:

[...] considerar tal questão no contexto socioeducativo significa o profissional ter uma leitura de conjuntura da situação, considerando o processo sócio-histórico dessa população, desde sua chegada ao país e a condição pela qual teve que se estabelecer, analisando os impactos na formação individual e o papel social constituído ao longo do tempo, estruturalmente presente na sociedade (p. 72).

Observamos que as normativas institucionais estão escritas e pautadas teoricamente, no entanto, não é o que se constata, diante das narrativas das jovens protagonistas ao serem indagadas a partir de suas lembranças em relação as abordagens pelas equipes de atendimentos sobre sua identidade racial.

Dandara: — *Ninguém me perguntou sobre isso. Mas lembro de uma menina negra que chegou e ela foi desobediente. Aí, o funcionário falou - “Continua assim que você vai ficar aqui. Aqui é o seu lugar mesmo! Eu acho que eles voltam lá no passado, né. Lá no tempo que a gente era encarcerado. No tempo dos escravos.*

Zoe: — *Que eu me lembre ninguém me perguntou nada.*

Beyoncé: — *Não. Nunca viraram pra mim e perguntaram sobre se alguém lá dentro falava alguma coisa pra mim, nem nada.*

Vale ressaltarmos que no Caderno Universo Feminino da Fundação CASA (2022), considera-se que ignorar a questão da etnia e identidade da adolescente seria como perpetuar a invisibilidade que se arrasta sobre a população negra, e que tal situação certamente pode contribuir para um processo de discriminação e marginalização dessa parcela das jovens negras

e pobres.

No entanto, diante das falas das protagonistas, vale direcionarmos o olhar para o modo que o Estado tem contribuído ou não neste processo em relação às jovens privadas de liberdade.

4.6 A Casa de Pedra

Estando junto a estas jovens em uma Unidade de Internação, lembramos de ouvi-las se referindo várias vezes à CASA de Pedras, no entanto, diante a dinâmica diária, não havíamos refletido sobre o sentido das constantes referências. Porém, em um determinado dia, em uma atividade que desenvolvemos com elas sobre a temática Histórias de vida, uma menina chamada Vitória fez a seguinte sugestão: — *Vamos de Casa de Pedra, Senhora?* Achamos engraçado e perguntamos: — *Como assim, menina?* E a Vitória disse: — *A música, senhora. A música que fala da gente, da gente aqui dentro da Fundação, a CASA de Pedra [...].* Pedimos para cantá-la: — *Canta aí, Vitória e Vitória cantou...*

CASA DE PEDRA

(MC Bobo)

*Uma etapa lá no sofrimento
Só sabe mesmo quem passou lá dentro
Uma gestão na casa de pedra
Só me serviu, pra ver quem fecha e não fecha
Só minha dona e a minha coroa, foi 10 a 10 e me deixou de boa.
E aqueles que abandonou, tem nada não,
Deus abençoou
Pros mandadão não vou ter paciência
Falou demais na minha ausência
Mexeu com o trem agora sustenta
Tamo de volta, quero ver se aguenta
Uma etapa lá no sofrimento
Só sabe mesmo quem passou lá dentro
Uma gestão na casa de pedra
Só me serviu, pra ver quem fecha e não fecha
Só minha dona e minha coroa, foi 10 a 10 e me deixou de boa
E aqueles que abandonou, tem nada não, Deus abençoou
Pros mandadão não vou ter paciência
Falou demais na minha ausência Mexeu com o trem agora sustenta
Tamo de volta, quero ver se aguenta*

O ambiente da Fundação CASA, apelidado pelas jovens como CASA de Pedra é um ambiente hostil, um espaço destinado à privação de liberdade para uma parcela da juventude que, em sua maioria, traz no corpo, no seio e na alma, as violências vividas e significadas, quando muitas não têm a oportunidade e nem o direito a ter Direitos, sendo este lugar, onde

mais um direito lhes é legalmente negado: o direito à liberdade.

De um lado, o aparato arquitetônico visa garantir a contenção das internas e, por outro, assegurar e proteger a sociedade, partindo dos afastamentos dessas jovens que são consideradas um potencial “risco” social.

Como Neris e Santana afirmam que:

[...] as mulheres ainda são vistas como a exceção num cárcere completamente masculinizado, e, isso, contribui para a uma maior invisibilidade, além de fortalecer uma estrutura que as deixa em posição de inferioridade comparada aos homens. Sendo assim, as experiências vividas no cárcere tendem a ser marcadas por angústias e frustrações que envolvem questões muito mais complexas, sendo a segregação da liberdade apenas o início de uma série de privações. (2023, p. 32).

Portanto, adentrar o olhar para além dos muros e concretos da Fundação CASA é estar ao alcance do retrato dos ranços consequentes do período colonial. Percebemos como a raça e o gênero se interseccionam, tornando-se indicativos separatistas que incluem uma expressiva parcela de jovens negras em um submundo, submetendo-as a um sistema excludente, confinando-as a um estado de abandono e solidão na Casa de Pedra.

4.7 A Solidão de Camila

Recordamos de uma tarde, que era um dia de sol quando designada a realizar supervisão em um centro de atendimento feminino da Fundação CASA e percebemos que uma menina negra, magrinha (que a chamaremos de Camila) nos olhava, ela andava com as mãos para trás e olhava, mas não era apenas um olhar, ela sorria, andava e sorria e era um sorriso cativante. No período em que estivemos nesta mesma unidade continuando o trabalho da supervisão, participarmos de uma atividade ministrada por uma professora da escola formal e lá estava Camila. A professora desenvolvia a atividade e pedia para que as jovens se colocassem sobre o assunto que, na ocasião, tinha como eixo norteador o tema *Os Casos de Família*, e ficamos ali, junto à professora, participando com ela. Ao passo que as meninas foram se dispondo e contando suas histórias, chegou a vez de Camila que, neste momento, já não sorria, e seus olhos, anteriormente brilhantes, agora estavam tomados por uma lente de tristeza e lágrimas também. Logo, Camila começou a falar e olhando em nossa direção e chorando indagou:

- Senhora quando lhe vi com este macacão amarelo foi assim, Senhora, “pá”, tão linda senhora! E fiquei pensando, bem que a senhora podia ser minha mãe. Por que a senhora não é minha mãe, senhora?

Conforme Camila foi narrando a sua triste história, muitas lembranças e emoções foram

resgatadas entre lágrimas: — *Minha mãe está presa faz tempo e eu vivia nas ruas, minha irmã faz programa, mas eu não quero fazer. Uma vez um dos homens dela tentou vir pra cima de mim e, consegui correr e me safar dele. Tenho medo, Senhora! Não gosto de viver na rua, é perigoso!* Ela continuava a chorar, erguendo a cabeça, Camila fitou os olhos e disse: — *A Senhora não quer ser minha mãe, Senhora?* Neste instante, tentamos conversar com a jovem que soluçava e, com ela, também choramos. Estes momentos manifestam sentimentos e emoções que ficaram profundamente marcados.

O pranto de Camila retrata dor, solidão e vulnerabilidade diante da sua negritude e abandono. A pressão em reprimir tais sentimentos é uma realidade tão dolorosa que as jovens negras raramente falam abertamente sobre isso, tornando-se verdades privadas como demonstra a ativista, feminista e escritora negra bell hooks (2020) no livro *Vivendo de Amor*. Esta jovem negra não vivia nenhum amor, sentimento que hooks considera estar associado ao cuidado diário, a um caminho para o crescimento individual e coletivo que se dá na interação com o outro. Ela não tinha ninguém e percebia que precisava de amor, e viu na figura personalizada de outra mulher negra, aquilo que poderia preencher e representar a lacuna do amor que lhe faltava. A autora acredita na força do amor como um exercício e uma conexão que se dá nas relações entre as pessoas.

CAPÍTULO 5

O CORPO E O EU NO ESPAÇO DE CONTENÇÃO



Fonte: 99 frases. Acesso em 30 ago. 2023.

Neste capítulo, abordamos a temática estética relacionada ao corpo da jovem-mulher negra e algumas questões que implicam ser uma jovem negra no espaço de contenção da Fundação CASA.

5.1 O Cuidado de Si

A estética como corporeidade da mulher negra, mostrada primariamente pelo fenótipo, é perpassada por diversas representações sociais que naturalizam e atribuem conceitos e estereótipos racistas e machistas. Como bonito, apazível e desejado está o outro como ideal de branquitude: “o negro é o outro do belo” (SOUZA, 1983, p. 29).

Durante os anos dedicados ao trabalho na Fundação CASA, muitos foram os momentos de confrontos com demandas que nos causam inquietações ao adentrarmos nas unidades para o atendimento do gênero feminino e olharmos para as jovens negras ali internadas.

Esse olhar se torna momentos em que a empatia com elas nos seduz, fazendo-nos refletir sobre as lembranças dos tempos da juventude e hoje, como mulheres negras, essas inquietações provocadas pelos reflexos delas em nós e os nossos nelas. Assim compreendemos, através das

próprias experiências por termos vivenciado os estigmas que ainda permanecem ancorados na herança colonial de um passado cruel que, nas relações sociais e nas estruturas racializadas, tenta continuamente nos desumanizar.

A jovem Beyoncé relembra dos dias difíceis que vivenciou durante o período de internação:

Beyoncé: — *Não esqueço que para mim a internação se tornou como se fosse uma situação precária. Porque, da mesma forma que não tinha como eu me cuidar muito bem, ao mesmo tempo eu tinha que trocar uma refeição ou alimento para eu poder estar um pouco diferente de uma pessoa que eles colocaram um apelido em mim. Eu tinha que enfrentar aquilo até o fim, todos os dias, todo final de semana. Todo feriado que tinha era um penteado novo, um penteado diferente. Toda audiência que tinha que comparecer no fórum, eu tinha que mudar, eu tinha que ir diferente. Era uma situação precária porque eu não tinha nenhum auxílio. Não tinha creme pra passar, o pente se quebrasse acabou, era aquilo, tinha que dividir na unha. Era a forma que a gente vivia lá dentro.*

A precariedade em ofertar o atendimento individualizado narrado pela participante demonstra como os dias na Fundação CASA foram traumáticos e desafiadores no que envolve o cuidar de si e, ao mesmo tempo, manter-se resistindo diariamente e esperançosa em alcançar a sua liberdade. Notamos, quando ela afirmou que não teve nenhum auxílio, o sentimento de desamparo, a falta de atenção e o mínimo cuidado necessário para o seu dia a dia na instituição. No momento em que nos colocamos no lugar do outro, ou seja, no lugar destas jovens, refletimos sobre a construção da identidade delas, o que exige levar em consideração um processo complexo, marcado por violências raciais que atravessam o olhar para si mesmas, seus corpos e seus cabelos.

Nilma Lino Gomes (2003), pedagoga e pesquisadora negra que desenvolve estudos na área de Formação de Professores e Antirracismo salienta que:

[...] o processo de construção da identidade negra é muito mais complexo, instável e plural. Apesar das marcas negativas deixadas pelas experiências de discriminação, o negro se reconstrói positivamente. É claro que esse processo não se dá no isolamento e varia de pessoa para pessoa. Existem diferentes espaços e agentes que interferem no processo de rejeição/ aceitação/ ressignificação do ser negro. (GOMES, 2003, p. 178).

Na concepção de Gomes (2003), a identidade negra parte de uma construção histórico-social que sofre com as sequelas do racismo. Sabemos que tal construção é processual e se materializa a partir das relações sociais, do contato e da troca com o outro que perpassa por instâncias como acordos, trocas, construções, desconstruções e diálogos.

Para corroborarmos com a discussão sobre construção da identidade negra trazidas nesta

pesquisa, dialogamos também com os estudos da psiquiatra, escritora e mulher negra Neusa Santos Souza (2021) no entendimento apresentado no livro *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em Ascensão social* em que a autora descreve a trajetória do ser negro no exercício de reconhecimento de si mesmo e da sua identidade e, segundo Souza, esta identidade é, por vezes, assinalada pela negação do seu eu, considerando ainda que a identidade se constrói também em um plano simbólico, mediado pelos valores e pelas crenças, por isso, também é uma construção política que emerge da constituição da configuração sociohistórica:

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com esse modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (SOUZA, 2021, p. 115).

Beyoncé: — *Era tanto para minha autoestima, para eu poder me sentir um pouco mais confortável independente do lugar que eu estava. E obviamente para me diferenciar de uma funcionária que trabalhava lá. Era uma coisa que acontecia, era um fato. E outra coisa, lá a gente quer ter muita vaidade, mas a gente não tem os benefícios para ter aquela vaidade, então temos que usar o pouco que temos para poder mudar. Então se uma semana eu arrumasse o cabelo, e na outra não, as meninas já chegavam e falavam “Nossa, o seu cabelo não tá arrumado” “Não tá na hora de arrumar o cabelo não?” “Nossa essa trança já está se desfazendo, já tá na hora de tirar” Aí, tudo mais. Então tipo assim, era isso que acontecia lá.*

Dandara: — *Lembro de uma menina negra que chegou e ela foi desobediente. Aí, o funcionário falou “Continua assim que você vai ficar aqui. Aqui é o seu lugar mesmo!”*

Entendendo que a juventude-adolescência é uma fase de desenvolvimento, bem como de produção de identidade que perpassa pela cor da pele, pelos traços e pelos cabelos, tornando estes em elementos presentes na mediação com o outro em uma sociedade que marca como imagem de mulher e do feminino padrões e estilos socialmente estabelecidos, e perpetua a intolerância para os desvios a estes modelos, portanto, onde fica o espaço para um corpo preto e feminino nesta sociedade? Neste sentido, as autoras Ferreira e Alves (2018), no artigo “O corpo negro como locus da negação da identidade” tecem o seguinte comentário:

Devido à violência a que sempre foram submetidas, as mulheres negras, apesar da abolição da escravatura, se tornaram indivíduos estigmatizados, vítimas de sua diferença em relação ao padrão de beleza e ao papel social das mulheres brancas. Com o crescimento do capitalismo e a ascensão das indústrias de beleza voltadas à figura feminina, as mulheres negras continuam enfrentando as consequências do racismo, surgido na colonização, em torno de sua imagem. (FERREIRA; ALVES, 2018, p. 4).

Neste mesmo seguimento, a escritora negra, estudiosa das questões de gênero, racismo,

Grada Kilomba (2019), em sua obra *Memórias da Plantação*, a qual é fruto da sua tese de doutoramento, trata dos episódios do racismo no cotidiano trazendo reflexões através de narrativas que utilizam a estética para analisar o corpo negro como curiosidade e descoberta, sendo a diferença usada para invasão, sobretudo dando referência ao cabelo não convencional aos da figura eurocêntrica, destacando que tocar o seu cabelo é como invadir seu corpo, sofrer uma violência, ao passo de gerar uma depreciação e ao ponto de sentir-se um animal domesticado.

A autora vem advertindo sobre a utilização de termos ancorados à terminologia colonial em uma linguagem puramente racista com nomenclatura degradante para se referir à mulher negra como mestiça, mulata e cabrita que são usadas até a atualidade e objetivam inferiorizar a identidade da mulher negra, elevando a superioridade do branco. Tais atitudes são decorrentes da cultura colonial européia de escravização que buscou inferiorizar a pessoa negra.

Estes termos de nomenclatura animal foram altamente romantizados durante o período da colonização, em particular na língua portuguesa, em que são utilizados com certo orgulho.

Essa romantização é uma forma comum da narrativa colonial que transforma as relações de poder e abuso sexual, praticados contra a mulher negra, em gloriosas conquistas sexuais que resultam em um novo corpo exótico e ainda mais desejável (KILOMBA, 2019).

Diante desta reflexão, os estudos de Neusa Santos (2021) indagam e questionam o que é ser negra em uma sociedade branca em sua ideologia, estética e comportamentos dominantes em uma sociedade que projeta, na pessoa negra, um apelo de inserir-se a partir dos seus signos, valores e referenciais que correspondem a modelos de identificação brancos, em que tomar esses modelos para si como um passaporte para tornar-se gente. Oportunamente, a autora discute e problematiza as angústias da pessoa negra na busca constante por ser reconhecida em uma sociedade cujo racismo antinegro está engendrado.

Para dialogar com Neusa, reportamo-nos aos estudos do psiquiatra negro Franz Fanon (2005, p. 34) que, nesta mesma direção, afirma: “quanto mais assimilar os valores da metrópole, mais o colonizado escapará da selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será”.

No cerne desta pesquisa está emaranhada a história de vida das jovens egressas junto às nossas experiências e vivências pessoais e profissionais, na qual estamos revivendo um passado não tão distante. A partir da realização do trabalho de campo, e dos relatos das jovens, permitindo-nos vivenciar o que o sociólogo Michael Pollak (1992, p. 2) chamou de acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja: acontecimentos vividos pessoalmente ou pelo grupo, pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.

É com um sentimento de alteridade que, ao enfrentar o dia a dia nas unidades da Fundação CASA nos deparamos com situações em que nos inquietam quando olhamos às jovens negras internas, a partir do momento em que as vemos e percebemos como elas nos veem, é como se pedissem socorro, todas de uma só vez: e lá estão elas, uniformizadas, enfileiradas, inferiorizadas, olhares baixos, mãos para trás e vários corpos com os mesmos traços faciais que revelam os sentimentos de: terror, medo, vergonha, tristeza e solidão.

5.2 O Corpo e o Cabelo

Na Fundação CASA, não é tão simples acordar cedo pela manhã, não ter como arrumar o cabelo, o creme adequado, o pente certo, a tiara, os enfeites, o se olhar no espelho – uma vez que o cabelo é a moldura do rosto –, mostra várias jovens “desmolduradas”.

Imagem 15 – O Cabelo



Fonte: Dima Berlin, Freepik, 2023.

Olhando para as jovens internas na Fundação CASA, nos sentimos instigados a pensar caminhos de reparação, ações e estratégias que possibilitem soluções democráticas de reação e enfrentamento ao silenciamento e à invisibilidade destas jovens e, com o apoio de Joyce Berth (2019), articulamos que é preciso oferecer condições e atenção necessárias que favoreçam o empoderamento coletivo para elas.;

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de

autoafirmação, auto valorização, autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variáveis habilidades humanas, de sua história e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que passa ao seu redor. Seria estimular em algum nível, a auto aceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade. (BERTH, 2019, p. 21).

Sendo que a estética é um dos crivos e elemento para a constituição do reconhecimento do empoderamento desta mulher/jovem negra, que transcende suas próprias características e a importância da construção ancestral de seus traços e suas formas que dialoga com sua situação de subalterna que estão tecidas nas amarras do colonialismo.

Historicamente, a mulher negra não é vista como um corpo para ser cuidado e, sim, um corpo-objeto utilizado para cuidar dos outros, pensamento utilizado como demarcador que atravessa o histórico das mulheres negras. Sinaliza bell hooks (2019) que: “os sistemas machista, racista e de dominação podem moldar e determinar como olhamos umas para as outras” (hooks, 2019, p.72). Situações que podemos perceber a partir das falas das protagonistas deste estudo: a ausência de zelo e cuidado com as jovens negras.

Beyoncé: — *O preconceito rola na parte dos funcionários. Conforme a gente entra, eles já mencionam né, como a gente é "Ah, essa é a pretinha, essa é a branquinha, essa é o cabelo liso, essa é o cabelo duro. Se é gorda, se é magra, se é forte, se é fraca e tudo mais. Eu lembro até hoje que tinha uma funcionária que trabalhava lá dentro, ela era uma coordenadora, acho que você vai lembrar dela, XXXX. O povo falava que eu era filha dela por conta da aparência, porque na época eu não tava de transa, eu tava de cabelo black power normal então era muito parecido com ela. Não que eu via como um preconceito, mas a forma deles agir era preconceituosa. Porque eu falei em questão da parte das adolescentes, na minha convivência com as adolescentes, para eles eu era parecida com o funcionário então era como se eu fizesse parte delas, como se eu não fosse pessoa boa, como se eu fosse falar coisas que não era pra falar. Então às vezes essa brincadeira se tornava uma realidade, um bullying, um preconceito. Era uma coisa que eu não gostava. E às vezes um funcionário ou outro, me chamava de “pretinha” sem intimidade nenhuma comigo, mas mesmo assim eles iam lá e chamava. Me chamaram de “filha da Cristiane”, “filha da Coordenadora”, óbvio que a gente vai enxergar como um preconceito, mas a gente não sabe dizer porque isto acontece. A gente não consegue explicar, acho que a forma deles abordarem a gente, pela forma da gente ser tanto de cor quanto do perfil físico da pessoa, eles já caracterizam a gente.*

Beyoncé: — *Pra realmente ficar diferente da funcionária, tinha uma menina que eu lavava as meias dela ou eu trocava por comida. Às vezes a sobremesa era doce de leite, só que às vezes ao invés de comer, eu trocava com ela para ela fazer um rastafari na minha cabeça. Ela fazia uma trança diferente, ela fazia um penteado legal. Era a forma de eu tratar, de cuidar. Agora em questão de cosmético, creme ou essas coisas assim, não tinha auxílio nenhum disso.*

Beyoncé: — *Pra mim se tornou como se fosse uma situação precária. Porque, da mesma forma que não tinha como eu me cuidar muito bem, ao mesmo tempo eu tinha que trocar uma refeição ou alimento para eu poder estar um pouco diferente de uma pessoa que eles colocaram um apelido em mim. Eu tinha que enfrentar aquilo até o fim, todos os dias, todo final de semana. Todo feriado que tinha era um penteado novo, um penteado diferente. Toda audiência que tinha que comparecer no fórum, eu tinha que mudar, eu tinha que ir diferente. Era uma situação precária porque eu não tinha nenhum auxílio. Não tinha creme pra passar, o pente se quebrasse acabou, era aquilo, tinha que dividir na unha. Era a forma que a gente vivia lá dentro.*

Ponderando sobre as narrativas do período vivenciado por Beyoncé, quando permaneceu reclusa na Fundação CASA, reportamo-nos à reflexão da escritora Saidiya Hartman (2022) no livro *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais* que afirma que: “beleza não é luxo; ao contrário, é uma forma de criar possibilidade no espaço da clausura, uma arte radical da subsistência” (2022, p. 53).

Ao imaginarmos, a partir das narrativas desta jovem, um quadro de sofrimento agudo e inimaginável, é gritante pensar que tal situação foi um acontecimento recente: Beyoncé enfrentou o dia a dia na instituição de maneira tão cruel e solitária, quando a criatividade em driblar e buscar modo de subsistência foi necessário para a manutenção de si mesma, enquanto uma jovem/mulher negra que, no espaço de clausura, reinventava-se cotidianamente como forma de resistência e subsistência na tentativa de manter a saúde física e mental em relação também às outras jovens.

Os autores Floriani, Marcante e Braggio (2010) destacam que a autoestima equivale ao querer bem a si mesmo e que, quando diminuída, pode se refletir como complexo de inferioridade, sentimento de incapacidade, apatia, desânimo, e outros sintomas que refletem indiferenças para com os seus próprios valores, a aparência pessoal tanto física quanto mental, e que, geralmente, apresenta-se como um estado de tristeza. Quando ocorre uma ampliação em demasia da autoestima a consequência se faz presente mais como ansiedade, angústia e ou mesmo como medo.

Embora o número de jovens do gênero feminino represente cerca 4,8% em relação ao número de adolescentes do sexo masculino, trata-se de um número expressivo de jovens que, em média, estão em privação de liberdade no Estado de São Paulo. Estas jovens não devem ser colocadas em segundo plano no contexto institucional, bem como nas singularidades no que tange às questões raciais esquecidas, ignoradas ou negligenciadas.

O trabalho realizado por Érica Melo (2015) sobre a Socioeducação e Direitos Humanos intitulado *A luta pela visibilidade das adolescentes em cumprimento de medida privativa de*

liberdade chama a atenção para a importância da manutenção das garantias de direitos e reconhecimento enquanto diretriz e visibilidade das jovens em privação de liberdade e paralelo a isso, sinaliza que:

[...] sendo poucas, tornam-se ainda menos expressivas para a adoção de uma política socioeducativa voltada a seus anseios e especificidades. A invisibilidade que acomete mulheres no sistema prisional reproduz-se no âmbito das adolescentes, talvez de forma ainda mais intensa. (MELLO, 2015, p. 13).

Beyoncé: — *Era tanto para minha autoestima, para eu poder me sentir um pouco mais confortável independente do lugar que eu estava. E obviamente para me diferenciar de uma funcionária que trabalhava lá. Era uma coisa que acontecia, era um fato. E outra coisa, lá a gente quer ter muita vaidade, mas a gente não tem os benefícios para ter aquela vaidade, então temos que usar o pouco que temos para poder mudar. Então se uma semana eu arrumasse o cabelo, e na outra não, as meninas já chegavam e falavam “Nossa o seu cabelo não tá arrumado” “Não tá na hora de arrumar o cabelo não?” “Nossa essa trança já está se desfazendo, já tá na hora de tirar”. Ai, tudo mais. Então, tipo assim, era isso que acontecia lá.*

Ouvindo os relatos desta jovem, ficaram evidentes os dias angustiantes vivenciados por ela e negligenciados pela instituição.

A execução da socioeducação caracteriza-se por sua coletividade e interlocução entre todas as áreas: pedagógica, psicossocial, saúde, segurança e disciplina, e administrativa, no entanto, as necessidades dela não foram visualizadas e ou consideradas. Desse modo, o SINASE estabelece a orientação que o trabalho educativo deve assumir:

Ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. (BRASIL, 2006, p. 60).

Cabe aqui ressaltarmos que o Caderno Universo Feminino da Fundação CASA (2022) também enfatiza a necessidade de estarmos atentos para não reproduzirmos, na prática socioeducativa, o preconceito que adolescentes, em sua maioria pobres, negras, abandonadas, vítimas de abusos, com dependência química e com sofrimento mental vivenciam desde cedo por parte de colegas, da vizinhança e de profissionais de equipamentos em que são ou deveriam ser atendidas, além da própria família (p. 8).

Desta maneira, o documento coloca o sistema socioeducativo como painel no qual reflete as jovens, suas atitudes, esperanças, dificuldades, seus anseios e outras formas de

emoção e sonhos que não são diferentes dos outros jovens que estão fora da Fundação, aponta sobre a necessidade de se inovar no atendimento às adolescentes que passam pela instituição.

5.3 A Senhora das Trancinhas

Imagem 16 – Tranças Afro



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Nas unidades para o atendimento feminino na Fundação CASA é interessante perceber como as adolescentes buscam identificar-se com o outro, dizendo de uma outra maneira: como elas procuram pessoas que as referenciam (que possam ser referência para elas) e por isso, com um olhar atento acompanham o nosso dia a dia, e observam o que e como nos vestimos, o jeito de andar, de falar, a maquiagem, e o cabelo.

E falando sobre o cabelo, por vezes, percebemos como essas jovens ficavam felizes ao ver as nossas tranças. Às vezes, apontavam-nos e diziam: - “Olha a senhora das trancinhas!”, umas ficavam na porta dos dormitórios só para nos ver e, realmente, as trancinhas ficavam lindas e para agradar as jovens, colocávamos bastante tererezinhos coloridos, ficava uma festa. Às vezes, percebíamos quando elas chamavam e mostravam umas às outras as trancinhas, comportamentos que nos cativavam e nos deixavam felizes.

Entendemos e percebemos o entusiasmo e como as tranças fazem parte da cultura visual e estética afro-brasileira, juntas com a equipe pedagógica organizamos uma atividade chamada “*Trançando o futuro*” e convidamos uma trancista para ministrar uma oficina de tranças para um grupo de jovens internas na Fundação CASA.

O objetivo desta atividade foi possibilitar que mais jovens aprendessem a prática e a técnica de trançar, podendo assim, auxiliar umas às outras, favorecendo a percepção da autoimagem e, conseqüentemente, o bem-estar delas.

A pedagoga Ferreira (2021) que tratou, em seus estudos sobre as “tranças afro”, discorreu a partir do seu entendimento, a história e a cultura afro-brasileira, como elementos estéticos associados à identidade da mulher negra:

Pensando na imagem da mulher negra, podemos dizer que a trança é um dos elementos facilmente associados a ela, devido à tradição de se trançar o cabelo. A trança para além de um penteado, também é uma arte, uma apresentação estética, podemos ver que ela pode se realizar com diferentes técnicas, variadas cores, tendo possibilidade de fazer vários formatos e desenhos, tudo ao gosto e estilo de cada uma. (FERREIRA, 2021, p. 5).

Percebemos que várias jovens chegam à Fundação CASA com suas tranças, no entanto, por falta de manutenção, pente e cremes adequados, essas tranças vão se desfazendo, deixando a estética “desorganizada”, causando um visível mal-estar que, além de estarem em privação de liberdade, ainda vivenciam a “desmoldura” e, muitas vezes, são vistas pelo filtro do que é esteticamente feio.

A filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, Aparecida Sueli Carneiro pontua que:

[...] seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Considerando o que nos pontua Carneiro (2003), e trazendo para este diálogo as falas das jovens, constatamos o paralelo com as individualidades no atendimento, o qual não considera as individualidades e necessidades básicas das jovens negras que sustentam o maior percentual de internas na instituição que, além de serem sentenciadas judicialmente, também são invisibilizadas institucionalmente.

Beyoncé: — *Lá dentro, era como se fosse a mesma coisa aqui fora, só que acontecendo dentro da Fundação. Como se as pessoas aqui fora fossem de pele mais clara e cabelo bom, zoassem e ofendessem aquela pessoa que fosse mais escura, que tivesse cabelo de negro e tudo mais. Às vezes em desenhos, a gente assistia televisão, não era tanto assim, mas o pouco que a gente assistia passava um episódio com alguma coisa que se parecesse com negro. “Olha a Beyoncé lá”, “Olha a filha da funcionária” e tudo mais, aquilo ali era uma coisa frequente que acontecia, os funcionários e as técnicas escutavam, mas ninguém falava nada. Então para eles é normal isso. Porque tipo, para eles era uma coisa normal. A minha técnica ela via, ela escutava, mas ela não falava nada, ela dava risada. Para ela, ela não ligava para isso, ela só queria estar ali para falar do meu processo e pronto e acabou. O restante que estava*

acontecendo lá dentro, já era, eu tinha que me virar com aquilo.

Beyoncé: — *Era tanto para minha autoestima, para eu poder me sentir um pouco mais confortável independente do lugar que eu estava. E obviamente para me diferenciar de uma funcionária que trabalhava lá. Era uma coisa que acontecia, era um fato. E outra coisa, lá a gente quer ter muita vaidade, mas a gente não tem os benefícios para ter aquela vaidade, então temos que usar o pouco que temos para poder mudar. Então se uma semana eu arrumasse o cabelo, e na outra não, as adolescentes já chegavam e falavam “Nossa, seu cabelo não tá arrumado” “Não tá na hora de arrumar o cabelo não?” “Nossa essa trança já está se desfazendo, já tá na hora de tirar” Ai tudo mais. Então tipo assim, era isso que acontecia lá. Pra realmente ficar diferente da funcionária, tinha uma menina que eu lavava as meias dela ou eu trocava por comida. Às vezes a sobremesa era doce de leite, só que às vezes ao invés de comer, eu trocava com ela para ela fazer um rastafari na minha cabeça. Ela fazia uma trança diferente, ela fazia um penteado legal. Era a forma de eu tratar, de cuidar. Agora em questão de cosmético, creme ou essas coisas assim, não tinha auxílio nenhum disso.*

Através da narrativa desta jovem, percebemos manifestações de preconceito que provocam sentimentos adversos que, muitas vezes, estão relacionados à baixa autoestima, à tristeza e ao desconforto.

Beyoncé estava sozinha com seu cabelo crespo, em um ambiente em que não podia expor sua negritude para não se parecer com uma funcionária.

As questões em relação a sua negritude foram desconsideradas e até mesmo serviram para uso de deboche e *bullying*, as peculiaridades dela eram invisibilizadas, não sendo merecedora de respeito e cuidado por parte de alguns membros das equipes, fez-se necessário cuidado e criatividade cotidiana em busca da preservação de sua identidade e saúde física e mental.

Cabe aqui destacarmos que, nas diretrizes que constam no Caderno Orientador para a Construção de Relatório dos Adolescentes (2016), a identificação da adolescente é considerada na Fundação CASA para além de um procedimento, um componente importante ao traçar o perfil com foco na identidade da interna. Há de se ressaltar que no conteúdo da identificação da jovem eletronicamente, através de sistema próprio, a cor de pele deve ser autodeclarada (p. 4):

Inicialmente, vale lembrar que considerar tal questão no contexto socioeducativo significa o profissional ter uma leitura de conjuntura da situação, considerando o processo sócio-histórico dessa população, desde sua chegada ao país e a condição pela qual teve que se estabelecer, analisando os impactos na formação individual e o papel social constituído ao longo do tempo, estruturalmente presente na sociedade (p. 72).

Neste mesmo seguimento, o Caderno Universo Feminino Fundação CASA (2022) para a efetivação e a consolidação dos direitos de adolescentes em “conflito com a lei”, fazendo alusão à importância da qualificação das ações, dos procedimentos e do estabelecimento de

novas alternativas evidencia a importância do estabelecimento de parcerias que fomentem e qualifiquem a atuação profissional, os ajustes de conceitos, normas e práticas profissionais, levando em conta a humanização do atendimento, o protagonismo das jovens, a assistência e a prevenção aos agravos que se apresentem e que inviabilizam a visão de sucesso das jovens no seu grupo social e comunitário, considerando-se, ainda, a promoção de condições de igualdade, oportunidades, para um projeto de vida possível, exequível, a ser construído junto aos seus familiares como eixo do trabalho a ser desenvolvido;

As questões de gênero afetam a todos nós. Assim, a partir do gênero individual que construímos, precisamos estar atentos para não reproduzir, na prática socioeducativa, o preconceito que adolescentes, em sua maioria pobres, negras, abandonadas, vítimas de abusos, dependência química e sofrimento mental, vivenciam desde cedo por parte de colegas, da vizinhança e de profissionais de equipamentos em que são ou deveriam ser atendidas, além da própria família (p. 10).

Nada seria mais desastroso numa proposta de vida, que não considerar as questões relativas à origem, identidade e as relações interpessoais do contexto social dessa jovem. A proposta para as jovens da Fundação CASA necessita direcionar a atenção específica às atividades de cunho pedagógico, reconhecendo que as questões raciais e de gênero são determinantes na construção de suas individualidades. (p. 20).

Considerando as diretrizes trazidas no Caderno Universo Feminino da Fundação CASA (2022) e o recorte das narrativas aqui apresentadas, identificamos um distanciamento significativo que precisa ser observado e regularizado no âmbito da medida socioeducativa para dar continência ao atendimento com a atenção às questões de gênero e étnico-raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A denúncia nunca sairá da luta do povo negro. É preciso denunciar o racismo sempre. Entretanto, o amadurecimento da militância negra, foi mostrado que além de denunciar era necessário, também, apresentar propostas, construir práticas alternativas, realizar pesquisas, investir na formação de professores na luta contra o racismo e contra a discriminação racial na escola brasileira.

– Nilma Lino Gomes (1997, p. 21) –

A realização do trabalho com as jovens negras que cumpriram medida socioeducativa na Fundação CASA no Estado de São Paulo deu-se através de uma proposta epistemológica de gênero feminino, no que concerne à empatia entre a pesquisadora e as pesquisadas, os sentimentos, as emoções e os saberes que se reuniram na construção de conhecimentos.

A escolha do tema da pesquisa faz parte da minha trajetória como coordenadora pedagógica na Fundação CASA e integra as experiências profissionais que desenvolvo, e a formação do objeto de estudo surgiu mediante indagações acumuladas sobre a condição humana das jovens negras no sistema socioeducativo.

A construção do objeto de estudo se configurou a partir de reflexões e inquietações em relação às condições, ao tratamento e aos cuidados que são oferecidos às jovens negras que cumpriram medida socioeducativa de internação. Assim, a pergunta principal da tese é: - Como as jovens negras egressas narram as suas vivências e seu cotidiano durante o período de privação de liberdade na Fundação CASA?

Para responder à pergunta da tese, foram elaborados como objetivo geral: compreender a maneira que a Fundação CASA executa a medida socioeducativa de internação com relação ao gênero e à raça no atendimento, levando em conta as narrativas das protagonistas, e os objetivos específicos: apresentar um breve histórico da legislação jurídica sob o gênero feminino desde o Brasil Colonial até a contemporaneidade; conhecer as jovens negras egressas, a partir da etnografia e da pesquisa de campo; analisar a partir das narrativas das jovens egressas da Fundação CASA, as memórias resgatadas no período da internação; identificar através das narrativas das jovens egressas, o que a privação de liberdade suscitou em cada uma delas; entender como as jovens negras se cuidam e se mantêm no espaço de contenção da Fundação CASA e analisar criticamente os documentos oficiais da Fundação CASA no processo de execução das Medidas Socioeducativas de Internação.

O percurso dessa pesquisa trouxe contribuições importantes pelo movimento de escuta ativa e cuidadosa oferecidas às jovens negras e, tais movimentos se constituíram em momentos

únicos para o conhecimento das experiências vivenciadas e a concepção de vida de cada uma.

No propósito de atender aos objetivos da pesquisa, os procedimentos da coleta de dados foram elencados da seguinte forma: observação direta, entrevista semiestruturada, análise de dados institucionais públicos, pesquisa etnográfica, pesquisa bibliográfica e documental, objetivando o conhecimento e a identificação de características do cotidiano de cada entrevistada.

A longo da tese percebemos, por intermédio das narrativas das jovens entrevistadas, que a realidade dos atendimentos no interior da instituição evidencia a distância daquilo que é preconizado nos documentos orientadores com a realidade posta. As falas revelam, na sua totalidade, que os fenômenos sociais (racismo, preconceito e discriminação) que atingem as jovens negras quase não são abordados nos atendimentos.

Isso ocorrendo, não se considera a obrigação de responder às necessidades delas. Por exemplo, a instituição ainda apresenta certa fragilidade para lidar com a complexidade da questão da sexualidade humana, mesmo tendo produzido instrumentais teóricos que fundamentam discussões relativas ao tema.

Assim, a ideia é implementar uma política de atendimento fundamentada no acolhimento, nas intervenções, e proposta pedagógica direcionada à questão de gênero e raça, contemplando a juventude negra, priorizando as demandas individuais e coletivas, valorizando suas origens, sua identidade, seu histórico e sua ancestralidade como já proposto nas diretrizes institucionais.

De um lado, percebemos a falta de engajamento por parte de alguns servidores da Fundação CASA para essas questões, e isso acaba repercutindo em todas as áreas de atendimento. Podemos citar alguns deles: na área de segurança, vigiar e punir prevalece; na área do psicossocial prima-se o indivíduo com foco do atendimento para o ato infracional; na área da saúde, sobressaindo as discussões voltadas para atividades sexuais reprodutivas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), sendo apenas a área pedagógica, a única que ainda se destaca, porém de maneira tímida, questões de gênero e raça concomitante com as atividades escolar, de iniciação profissional, de cultura e esporte.

Por outro lado, a preocupação acentuada com a disciplina, a contenção e a manutenção da ordem são cotidianamente impostas, sendo utilizados o terror, o medo e a vergonha como ferramentas para este fim, de modo a distanciar-se das propostas da ação socioeducativa presentes nos documentos que norteiam a execução da medida socioeducativa, especialmente pela forma discriminatória pela qual as normas, as regras e os procedimentos são (ou deixam de ser) aplicados e, em nome da ordem, são praticadas várias violências verbais, físicas e

psicológicas que pressionam e desestabilizam emocionalmente as internas.

Pontuamos que o caráter dos documentos orientadores deve ser de cunho socioeducativo, pois é a essência de uma instituição que tem no seu sentido maior a socioeducação. Dessa forma, esses documentos revelam a importância da atenção integral às necessidades das adolescentes, o que faz mister sinalizar as principais demandas trazidas no contexto institucional, como as questões de gênero, raça e classe social.

No âmbito das orientações dos documentos apresentados para análise, temos a considerar que existem lacunas e nuances em relação ao atendimento às jovens negras. Pois acima de tudo, os documentos não trazem, em sua amplitude, as demandas das jovens. Não há uma uniformidade entre eles e, não há garantias de sua aplicabilidade no cotidiano. Diante do contexto da socioeducação para o gênero feminino, esta tese trouxe algumas contribuições:

A primeira contribuição se refere à discussão e à compreensão sobre o histórico e a trajetória das jovens/mulheres negras no Sistema de Justiça Brasileiro com base nos estudos de Irene Rizzini (2009, 2011), Givanilda Santos (2008), Alexander (2018), Juliana Borges (2019), entre outros, o que nos permitiu conhecer, de maneira mais ampla, como o encarceramento dessas jovens/mulheres negras mantém suas raízes desde o período colonial, bem como as amarras que sustentam o sistema de justiça juvenil que ainda reproduz e atua de modo estigmatizante e desumano em relação ao gênero feminino.

Em relação à segunda contribuição, elencamos os autores: Foucault (1997), Souza (1983), Kilomba (2019), Alves (2020) para conosco analisar e refletir sobre as categorias de análises: medo, vergonha, tristeza, solidão e o cuidado de si no espaço de contenção. Estes sentimentos foram elencados por estarem presentes de modo recorrente nas narrativas das três protagonistas.

A terceira contribuição trata em analisar e discutir criticamente os documentos orientadores das diretrizes que fundamentam o atendimento na Fundação CASA quanto ao acompanhamento das jovens no cotidiano da instituição. Cabe ressaltar que o propósito central dos documentos é o de regular as ações dentro dos preceitos legais e educativos previstos na lei.

As limitações e os desafios na elaboração desta pesquisa se deu inicialmente para encontrar e contatar as jovens negras egressas da Fundação CASA que quisessem narrar a sua passagem pela instituição, o que dificultou obter uma maior variável de abrangência para coleta e análise dos dados. Fizemos contato com quinze jovens e apenas três concordaram em participar do estudo. Vale observar que, diante da complexidade do tema aqui estudado, as três jovens que se dispuseram a participar refletem uma pequena amostra que, possivelmente, pode

representar as demais jovens que cumprem medida socioeducativa de restrição de liberdade.

Logo, é preciso, para além da teoria, executar ações na prática, distanciar-se do olhar eurocêntrico e patriarcal, situando as jovens negras no lugar que lhe é devido: de humanização, cuidado, respeito e protagonismo. Em outras palavras: é preciso que a Fundação CASA reelabore a maneira de atender a população do gênero feminino desde os atendimentos realizados pelas equipes multiprofissionais, na compra de materiais adequados, investimentos em ações que valorizem e promovam a atenção, o zelo e o autocuidado.

Deve-se, através de ações pedagógicas, observar e atender as recomendações do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o qual determina que as ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, favorecendo a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às suas diversidades (cultural, étnica e de gênero), possibilitando que ele assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária, efetivando o marco de proteção integral.

Compreender as questões de gênero/raça/vulnerabilidade e sexualidade no sistema socioeducativo torna-se urgente, necessária e imprescindível, uma vez que o SINASE (2012), a mais recente política pública do Estado Brasileiro que representa as garantias de direitos para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ainda se torna incipiente e com pouca expressividade como uma política de enfrentamento para a redução das violações de direitos, a individualização no atendimento e o olhar para as jovens negras que foram sentenciadas à privação de liberdade.

Nas narrativas das três jovens, constatamos que o cumprimento da medida socioeducativa lhes proporcionou reflexões sobre o que elas não querem mais para suas vidas. Ao saírem da Fundação CASA, cada uma deu uma nova direção para ao seu presente: a Zoe abriu uma barbearia e trabalha como microempreendedora, a Beyoncé cuida do casal de filhos e trabalha como ajudante de cozinha e a Dandara está trabalhando como recepcionista em uma empresa de alimentação.

Elas também destacaram que ao participarem das Oficinas Culturais e dos Cursos de Iniciação Profissional oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), na Fundação CASA, puderam ampliar o *curriculum vitae*, o que favoreceu o processo de retorno ao mercado de trabalho. Destacamos que, mesmo com tudo o que viveram durante a passagem na instituição, elas conseguiram refletir e tiveram outro olhar para a realidade, buscando rumos diferentes, afastando-se da delinquência ou do jeito perigoso de viver a vida.

As três jovens foram bem enfáticas ao relatarem o *modus operandi* de alguns agentes

ao buscarem manter a ordem e a disciplina, a partir do comportamento de algumas das internas. Nos relatos, ficou evidente que o atendimento socioeducativo precisa ser humanizado e a instituição adquirir um olhar mais crítico sobre a maneira que executa a socioeducação e desmistificar a violência através do castigo físico como remédio para curar os atos infracionais cometidos por elas.

As histórias das vivências das protagonistas foram transcritas e colocadas na íntegra, pois entende-se que estes relatos não são apêndices, anexos e ou notas de rodapé. São fatos reais que precisam ser analisados e discutidos para que tragam luz e possam impactar as políticas de atendimento socioeducativas não apenas no Estado de São Paulo, e sabemos que há muitas e muitas Dandaras, Zoes e Beyoncés espalhadas por aí.

Sinalizamos algumas questões para que se possa pensar em potencializar a qualidade do atendimento às jovens negras na Fundação CASA, bem como indico outras propostas estudos e pesquisas:

1. A humanização do atendimento às jovens negras no cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade conforme diretrizes institucionais;
2. O cuidado com a preservação da saúde mental e física das jovens negras internas nos atendimentos com as equipes multifuncionais;
3. A retomada das discussões do eixo étnico-racial, reativando a discussão em todos os Centros de Atendimento;
4. O atendimento às especificidades das jovens negras no que tange, principalmente, ao cuidado de si, à estética e à corporeidade;
5. O cumprimento das diretrizes institucionais em relação ao gênero e à raça.

Isto posto, sugerimos que a população feminina negra que se encontra em privação de liberdade continue, a partir daqui, sendo visibilizada e que estejam nos holofotes dos estudos acadêmicos em pesquisas e produções com temáticas que se assemelham ao estudo realizado. Portanto, com esta pesquisa, esperamos abrir mais portas para que olhares sejam direcionados para essas jovens e mais estudos sejam realizados desde os aportes epistemológicos e de gênero, facilitando e abrindo caminhos para se pensar a eficiência e a eficácia da imposição e da execução de Medidas Socioeducativas de Internação.

Consideramos que essas narrativas não representam apenas as vivências das três protagonistas que participaram da pesquisa, mas sim, as de muitas jovens que se encontram privadas de liberdade e de outras que são egressas espalhadas pelo Brasil afora.

REFERÊNCIAS

13º MUNDO **Mulheres & Fazendo Gênero** 11. Fotografia do Jornal Brasil Jovem, ano IX, n. 36, 3º quadrimestre de 1976, p. 02-03. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503450188_ARQUIVO_TextoCompletoFG11CamilaSerafimDaminelliVF.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

99 FRASES. Disponível em: <https://www.99frases.com.br/wp-content/uploads/frases-sobre-beleza-negra.jpg>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, ANPOCS, 1994. 172 p.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Feminismos Plurais, 2019.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Feminismos Plurais, 2019.

ALVES, Dina. **Corpografias Raciais: uma etnografia das captividades femininas negras em São Paulo**. 2020. 352 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23602/3/Dina%20Alves%20texto%20Resumido.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ALVES, Jonas da S. J. **Rompendo a mordaza: representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade**. 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (FEUSP), São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27012011-144716/publico/tese_jonas_versao_revisada_pos_defesa.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

AMAZÔNIA, Real. Imagem de Dandara, 2018. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/mensagem-de-dandara/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

AVENIDA do Estado, 1949. Imagem. **Google Street View**. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-23.5324512,-46.6252275,3a,75y,80.86h,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sZbbBANKgX9yODS4IdS5YBA!2e0!7i16384!8i8192?entry=ttu>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas**. (online) São Paulo: Editora UNESP, 2014, 252 p. ISBN 978-85-68334-44-7.

BERLIN, Dima. Close-up de mulher africana usando pente, escovando cabelo encaracolado isolado na parede cinza do estúdio. **Freepik**. Disponível em: https://br.freepik.com/fotos-premium/close-up-de-mulher-africana-usando-pente-escovando-cabelo-encaracolado-isolado-na-parede-cinza-do-estudio_17273505.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BERTH, Joyce. **Empoderamento**. São Paulo: Feminismos Plurais, 2019. BEYONCÉ. **was here**. Disponível em:

<https://youtu.be/hDb3jZfWpoA?si=qG3VqatW4WCeIDoE>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Feminismos Plurais, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. A Lei do Ventre Livre, declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Rio de Janeiro, Câmara dos Deputados, 1871. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=2040&ano=1871&ato=2ce0TPn50MNRVT71a>. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1927. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943a. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Presidência da República, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Presidência da República Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8622, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece os deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8622.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968**. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Ministério da Educação e Cultura. Brasília: Senado Federal, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5537.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Código de Menores, concepções, anotações, histórico, informação. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1984. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6697&ano=1979&ato=f56ATQq1EMrRVTab9>. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília: Senado Federal, 1991. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.br/atos/?tipo=LEI&numero=8242&ano=1991&ato=599ATVE9UMFpWTc2e>. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado Federal, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8315.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Conselho Nacional de Educação. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Programa Nacional de Direitos Humanos II. Brasília: Ministério da Justiça, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1904impressao.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2006. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/adolescente_em_conflito_com_a_lei/Legislacao_adolescente/Federal_adolescente/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20119%20CONANDA.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Senado Federal, CONANDA, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/atendimento_socioeducativo. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do Adolescente: competências e habilidades**. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_adolescente_competencias_habilidades.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das Medidas Socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.847, de 2 de agosto de 2013**. Que institui o Sistema Nacional de

Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), ou “Mecanismo Nacional”. Já o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, regulamenta o funcionamento do SNPCT, a composição e o funcionamento do CNPCT, bem como dispõe sobre o Mecanismo Nacional. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112847.htm. Acesso em: 5 de maio de 2023.

BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 175-214.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, 2003, p. 221-236. Universidade do Minho Braga, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CONCEIÇÃO, Cristiane Batista da. **A adolescente em privação de liberdade em São Paulo: reflexões sobre a internação feminina na Casa Feminino Parada de Taipas**. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015.

CORDEIRO, Sabrina R. **Mulheres Negras em Luta: desintimizando a vida entre alianças clandestinas a partir do campo da socioeducação**. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Falta vontade política para garantir os direitos de cidadania das crianças. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum**, v. 3, n. 1. São Paulo, 1993.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188, 1º Semestre, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CUSTÓDIO, André Viana. **Trabalho infantil: a negação do ser criança e adolescente no Brasil**. Florianópolis: OAB/SC, 2007.

DANE, Francis C. **Research methods**. California: Brooks/Cole Publishing Company, 1990.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e gênero**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, set./dez., p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 22 fev. 2023.

DELAGO, Ester Florio. **A Fundação CASA e a questão étnica e racial**: uma trajetória de invisibilidade. PROEJA Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, 2014.

DENZIN, Nornan Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: Saberes e Práticas. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. DOI: 10.22456/1984-1191.9301. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ESTUDANTE negra de 15 anos é presa após não terminar os trabalhos da escola. Foto de Juan Monino. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/07/15/estudante-negra-de-15-anos-e-presa-apos-nao-terminar-trabalhos-da-escola.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EVARISTO de BRITO, Maria da Conceição. **Poemas malungos**: cânticos irmãos. 2011. 172 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Federal Fluminense/UFF. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7741/Tese_Dout.Concei%E7%E3oEvaristo_def.pdf;jsessionid=B9738B8D26ED60B584AE9C593D848F16?sequence=1. Acesso em: 22 fev. 2023.

EVELLE, Monique. **Nunca fui tímida, fui silenciada**. Disponível em: <http://moniqueevelle.com.br/blog/nuncafuitimidafuisilenciada>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FANON, Frantz. **Condenados da Terra**. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Guimarães. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FUNDAÇÃO CASA. Assessoria de Inteligência Organizacional. **Portal**. Disponível em: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/aio-e-cada-divulgam-orientacoes-sobre-o-sp-sem-papel/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FERREIRA, Geniane Diamante, ALVES, Érika Fernandes. O corpo negro como lócus da negação da identidade. Periódicos UFPB. **Revista Graphos**, v. 20, n. 2, p. 175-189, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/44131>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FERREIRA, Letícia Ramos. **Tranças Afro**: identidade feminina negra e cultura visual no Ensino Fundamental. 2021. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33895/4/TrançasAfroIdentidade.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/524>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FIGUEIREDO, Luciano. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

FLORIANI, Flávia. M., MARCANTE, Márgara. D. S., BRAGGIO, Laércio. A. **Auto-estima e auto-imagem: a relação com a estética**. 2010. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Cosmetologia e Estética), Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2010.

Disponível em:

<https://siaibib01.univali.br/pdf/Flavia%20Monique%20Floriani,%20Márgara%20Dayana%20da%20Silva%20Marcante.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Filosofia e biopolítica**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2015.

FOUCAULT, Michel. “Os corpos dóceis”. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p. 125-152.

GALET, Carmen; SEFFNER, Fernando. **Dois olhares sobre masculinidades no ambiente escolar**. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8322/5826>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27905>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **A questão negra no Brasil**. In: Cadernos Trabalhistas. São Paulo: Global Editora, 1981.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GREGÓRIO, Júlia Fernandes Flauzino. A solidão da mulher negra encarcerada. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO, III, 2017, Recife. **Anais [...]**. Recife. 2017. p. 1-15. Disponível em: https://www.academia.edu/88996370/Solidão_Da_Mulher_Negra_Uma_Revisão_Da_Literatura. Acesso em: 15 ago. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, belos experimentos**: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais. 1 ed. São Paulo: Editora Fósforo, 2022. 432 p.

HENARES DE MELO, Marcia Cristina; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/22222>. Acesso em: 24 fev. 2023.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. v.3, n. 2, 1995, p. 454-478. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 15 ago. 2023.

HOOKS, bell. Vivendo de Amor. **Portal Geledés**, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

HOOKS, bell. **Olhares negros, raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 365 p.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2019. 320 p.

JOVENS Infratores: conheça a rotina em uma unidade feminina da Fundação CASA. **Jornal da Record**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rXaRPoQcZVo>. Acesso em: 30 maio 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de um racismo cotidiano. São Paulo: Editora Cobogó, 2019.

LIVE Pass. **Foto da Beyoncé**. Disponível em: <https://www.livepass.com.br/artist/beyonce/>. Acesso em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/07/15/estudante-negra-de-15-anos-e-presa-apos-nao-terminar-trabalhos-da-escola.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), maio/ago., Unicamp, SP, 2008. p.1-7. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2023.

MACHADO, Polliana Esmeralda Gonçalves. **Opacidade de adolescentes em conflito com a lei: vivências de egressas do sistema socioeducativo do Distrito Federal**. 2020. 133 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em:

http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/39468/1/2020_PollianaEsmeraldaGoncalvesMachado.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

MÃO colorida do arco-íris com um punho levantado. **Shutterstock**. Disponível em: <https://www.shutterstock.com/pt/image-vector/rainbow-colored-hand-fist-raised-gay-1124164049>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017. 250 p.

MC Bobô. **Casa de Pedra**. Disponível em:

https://youtu.be/_mvSy7RMVZU?si=0a8OITWbCComsfGb . Acesso em: 30 ago. 2023.

MC Duda do Marapé. **Caí Lágrimas**. Disponível em:

<https://youtu.be/MmTbV-UeDIk?si=kBSM-WuLcnUCbCVL>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MC Hariel participação Neguinho do Kaxeta. **Exemplos**.

Disponível em: <https://youtu.be/zkMkPlkisBo?si=uQlFwMnBuSQF9VwF> . Acesso em: 30 ago. 2023.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. **Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das Medidas Socioeducativas de Internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/cb905d37b1c494f05afc1a14ed56d96b.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MELO, Érica Renata Chaves Araújo de. Socioeducação e Direitos Humanos: a luta pela visibilidade das adolescentes em cumprimento de medida privativa de liberdade. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 42–59, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/6499>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MENORES Infratoras: como vivem as adolescentes que estão em conflito com a lei? **TV Senado**. Disponível em: <https://youtu.be/6SfJSsBk9UY?si=On9iXroV9TkPxxFL>. Acesso em: 30 maio 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964-1985)**. 2014. 347 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12383/1/TESE%20Humberto%20da%20Silva>

%20Miranda.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Entrevista – **Antropólogo Kabengele Munanga reconhece avanços mas alerta**: “racismo é um monstro complexo”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/18/antropologo-kabengelemunanga-reconhece-avancos-mas-alerta-racismo-e-um-monstro-complexo>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NASCIMENTO, Caio Victor do. Mesmo com melhorias, Fundação CASA ainda não tem projeto pedagógico bem definido. **AUN: Agência Universitária de Notícias**, 2017, Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2017/11/21/mesmo-com-melhorias-fundacao-casa-ainda-nao-tem-projeto-pedagogico-bem-definido/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NERIS, Carolina Souza; SANTANA, Isabela Oliveira de. A solidão das mulheres no sistema carcerário: da invisibilidade ao abandono. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, v. 2, n. especial, 2023. DOI: 10.55689/rcpjm.2022.06.015 | ISSN: 2764-1899, p. 310-325. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.uerj.br/revista/article/view/184/161>. Acesso em: 15 ago. 2023.

NETO, Otávio Cruz. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. In: MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Rivanil Rubens; PEREIRA, Almunita dos Santos Ferreira; OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. Práticas Pedagógicas na Medida Socioeducativa de Internação da Fundação CASA (SP): análise documental. **Caderno de Pós-Graduação**, São Paulo, v. 20, n. 2. p. 37-49, jul./dez, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/20136>. Acesso em: 9 maio 2023.

NOGUEIRA, Rivanil Rubens; PEREIRA, Almunita dos Santos Ferreira; DIOGO, Yandra Aparecida Siqueira Reis. **Violência e Controle dos Corpos na Fundação Casa**: relatos de adolescentes sobre a medida socioeducativa de internação. In: 20º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, UFPA – Belém: PA. Grupo de Trabalho 02 – Controle Social, Crime e Punição, 12 a 17 de julho de 2021. p. 1-19.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, p. 261-266, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/gPC5BsmLqFS7rdRWmSrDc3q/?lang=pt#>. Acesso em: 9 maio 2023.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. História das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão e raça e pós-emancipação. **Revista Estudos Feministas**, n. 16 (3), dez. de 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114361014>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PASSETTI, Edson. Os novos miseráveis. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 48-55, jul./set. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n03/v08n03_08.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

PERALVA, Angelina Teixeira. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5, maio/ago. n. 6 set./dez. 1997, p. 15-24. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a03.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

PEREIRA, Almunita dos Santos F. **A vida em semiliberdade**: um estudo com adolescentes em conflito com a lei. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 111 f. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/16310/1/almunita.pdf>. Acesso em: 9 maio 2023.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 9 maio 2023.

PRADO, Flávia. **Meninas lutam para superar as marcas da Fundação CASA sem apoio do poder público**. Disponível em: <https://apublica.org/2023/11/meninas-lutam-para-superar-as-marcas-da-fundacao-casa-sem-apoio-do-poder-publico/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. p. 225-286.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. p. 97-149.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco J. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em:

http://www.editora.pucrio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

SANTOS, Givanilda; SANTOS, Maria; Borges, Rosângela. A Juventude Negra. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 291-302.

SANTOS, Givanilda. Da Lei do Ventre Livre ao Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem de interesse da juventude negra. **BIS: Boletim do Instituto de Saúde**, n. 44, 2008. p. 15-18. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/33606>. Acesso em: 9 maio 2023.

SANTOS, José Paulo Ramos dos. **Marca corpórea identificadora da negação social**: o suplício dos corpos trans. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP, 2021. 168f.

SÃO PAULO. Fundação Casa – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. **A Medida Socioeducativa de Semiliberdade na Fundação CASA**. SP, 2006. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf/. Acesso em: 9 maio 2023.

SÃO PAULO. **Lei nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006**. Altera a denominação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, SP, 2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei12469-22.12.2006.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

SÃO PAULO. **Documento de Base de Apoio Técnico do Psicólogo**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2012. Disponível em: https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/pdf_psicologia_final.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Manual de Rotinas e Procedimentos de Enfermagem**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2014. Disponível em: https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Saude_manual-de-rotinas-e-procedimentos-de-enfermagem.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Bases de Apoio Técnico para Psicologia na Fundação CASA**. Superintendência de Saúde. Gerência psicossocial. Fundação CASA, 2016. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf/. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Caderno Conceitos, Diretrizes e Procedimentos**. Superintendência de Segurança e Disciplina Fundação CASA, Manual de Rotinas e Procedimentos de Enfermagem. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2016. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf/. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Caderno Orientador para Construção de Relatório dos Adolescentes**, 2016. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf/. Acesso

em: 2 abr. 2023.

SÃO PAULO. **Gerência de Governança da Educação**: “procedimentos para a garantia de acesso à educação básica aos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de meio fechado: orientações gerais aos servidores da SEE e da Fundação CASA”, 2017. Disponível em: https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/pdf_Documento-Orientador-1-SEE-Funda%C3%A7%C3%A3o-CASA_Atualizado-Agosto-2017.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

SÃO PAULO. **Avaliação Diagnóstica em Educação Física**. Gerência de Educação Física e Esporte. Fundação CASA, 2018. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf/. Acesso em: 30 maio 2023.

SÃO PAULO. **Caderno Orientador de Nutrição**. Superintendência de Saúde. Gerência de Saúde. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2018. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf/. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Superintendência de Saúde**. Gerência de Saúde. Fundação CASA, 2018. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf/. Acesso em: 2 abr. 2023.

SÃO PAULO. **Núcleo de Produção de Informações Estratégicas**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2019. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf/. Acesso em: 30 maio 2023.

SÃO PAULO. **Caderno Técnico da Superintendência de Saúde**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2020. Disponível em: https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Caderno_Superintendencia_de_Saude.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

SÃO PAULO. **Cartilha de Prevenção ao Suicídio**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2020. Disponível em: https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Cartilha_Prevencao_Suicidio.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Caderno Técnico da Supervisão**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2021. Disponível em: https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Caderno_Tecnico_Supervisao_2021-09.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

SÃO PAULO. **Manual de Rotinas em Odontologia**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2021. Disponível em: https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Saude_manual-de-rotinas-em-odontologia.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

SÃO PAULO. **Orientações para Atendimento de Emergências em Saúde**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2021. Disponível em:

<https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/Orientacoes-para-atendimento-1.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

SÃO PAULO. **Caderno de Semiliberdade da Fundação CASA**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2022. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Caderno Universo Feminino na Fundação CASA**. SP, 2022. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

SÃO PAULO. **Cartilha de Orientações Gerais para Atenção à Adolescência LGBTQIA+ em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Âmbito da Fundação CASA**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2022. Disponível em: https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Cartilha_Orientacao_Adolescente_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Regimento Interno da Fundação CASA**. São Paulo, SP. Fundação CASA, 2022. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

SÃO PAULO. **Técnico/Superintendência Pedagógica: conceitos, diretrizes, procedimentos**. São Paulo, SP. Fundação CASA. SP, 2022. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

SÃO PAULO. Identificação, compilação e análise de dados da Fundação CASA. Adolescentes/raça/gênero. **Boletins Estatísticos**, [s. d.]. Disponível em: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/boletins/>. Acesso em: 30 maio 2023.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, v. 4, n.1-2, p. 285-298. ISSN 1678-5177, 1993, [online] Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 maio 2023.

SCHWEIKERT, Peter Gabriel Molinari. “O fim do menorismo e o menorismo sem fim”: breve ensaio sobre a (des)proteção jurídica das crianças e adolescentes pobres no Brasil. IBDCRIA/ABMP. **Boletim de Direitos da Criança e do Adolescente**, p. 13-16, ed. n. 5, abr. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/en/45636113/_O_FIM_DO_MENORISMO_E_O_MENORISMO_SEM_FIM_BREVE_ENSAIO SOBRE_A_DES_PROTEÇÃO_JURÍDICA_DAS_CRIANÇAS_E_ADOLESCENTES_POBRES_NO_BRASIL. Acesso em: 30 maio 2023.

SECCHES, Fabiane Vertemati do Amaral. **Uma longa experiência de ausência: a ambivalência em ‘A amiga genial’ de Elena Ferrante**. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. 158 f. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-09092019-120933/publico/2019_FabianeVertematiDoAmaralSecches_VCorr.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu**

preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3915/1/Claudete%20Alves%20da%20Silva%20Souza.pdf> . Acesso em: 30 ago. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SILVA, Maria Lúcia da. **Racismo e os efeitos na saúde mental**. I Seminário Saúde da População Negra do Estado de São Paulo, Instituto de Saúde. São Paulo, SP. 2004. p. 129-132. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-415013>. Acesso em: 30 ago. 2023.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando; JORGE, Vítor Furlan. Mulheres e práticas punitivas: entre tentativas de apagamento histórico e modos de resistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, e71117, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DcdJCZKTJksfqcXBLWsnQsg/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. A história da FEBEM-SP: uma perspectiva e um recorte. Seminário de Trabalho sobre o Reordenamento do Sistema de Atendimento das Medidas Sócio-Educativas. São Paulo **Anais [...]**. São Paulo: Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 07 e 08 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.aasptj.sp.org.br/antigo/artigo/historia-da-febem-sp-uma-perspectiva-e-um-recorte> . Acesso em: 30 ago. 2023.

UNICEF. **Pobreza na infância e na adolescência, 2018**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

VISÃO do corre. Foto do Itaim Paulista de Alex Soares. **Terra**, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/itaim-paulista-veja-a-historia-do-ultimo-bairro-da-zona-leste-de-sp,d7db72fa1b3a529333786942e92d4589jqkk1evu.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

WIEVIORKA, M. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO MEDIADOR DAS ENTREVISTAS

- a – Fale-me um pouco de você.
- b – Conte sobre como você chegou e a recepção na Fundação CASA.
- c – Você se lembra como se sentia?
- d – Recorda-se dos momentos vividos dentro da instituição?
- e – Como menina negra, como foi para você estar dentro da Fundação CASA?
- f – E cuidar de si mesma? Fale um pouco sobre isto.
- g – Lembra de como eram as rotinas e o seu dia a dia?
- h – De que forma eram realizados os atendimentos com as equipes?
- i – Você se lembra se em algum momento perguntaram sobre a sua identidade racial ou sobre a sua cor de pele?
- j – De que maneira você percebe esta fase em sua vida?

ANEXO B

MODELO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada (TÍTULO DA PESQUISA), sob a responsabilidade de (NOME COMPLETO DO PESQUISADOR) sob a orientação da/do (NOME ORIENTADOR).

JUSTIFICATIVA: Descrever porque a pesquisa deve ser realizada.

OBJETIVO(S) DA PESQUISA: Descrever os objetivos da pesquisa.

PROCEDIMENTOS: Descrever e detalhar os métodos que serão utilizados para obtenção dos dados de forma objetiva, de fácil leitura e compreensão, reservando termos técnicos ao mínimo e explicando-os se utilizados. Informar a inclusão em grupos controle/placebo ou experimental quando aplicável, explicitando, quando pertinente, os métodos terapêuticos alternativos existentes (Itens IV.4.a e IV.4.b da Res. CNS 466/12).

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: Descrever onde os procedimentos da pesquisa serão realizados e quanto tempo será necessário para realizá-los.

RISCOS E DESCONFORTOS: Descrever todos os riscos e desconfortos esperados pela participação na pesquisa, e descrever as providências e cautelas que serão tomadas pelo pesquisador a fim evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano ao participante. Considerar o que a Resolução CNS 466/12 dispõe em seu item V: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”.

BENEFÍCIOS: Descrever os benefícios diretos e indiretos esperados da participação na pesquisa.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Informar a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes. Considerar ainda os benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ou à interrupção da pesquisa. A assistência imediata e integral gratuita por danos decorrentes da pesquisa também deverá estar garantida.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE

CONSENTIMENTO: Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado(a) pelos pesquisadores.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE: Os pesquisadores se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada. As informações coletadas serão armazenadas e tratadas (indicar onde serão gravadas, armazenadas e quais as formas de tratamento e, posterior, descarte após período previsto).

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO: Descrever possíveis ressarcimentos e explicar como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa em razão de sua participação.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o(a) pesquisador(a) NOME COMPLETO DO PESQUISADOR PRINCIPAL nos telefones DO PESQUISADOR PRINCIPAL, ou endereço DO PESQUISADOR PRINCIPAL OU ORIENTADOR.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP na Rua: Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.) – Perdizes – São Paulo/SP – CEP 05015-001. Fone (Fax): (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento do CEP ao Público: *Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira.*

De acordo com a Resolução nº 466/12 da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e Regimento dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC-SP, "toda pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou em partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais", deve ser submetida à apreciação e acompanhamento do CEP.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

LOCAL, DATA

Participante da Pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “TÍTULO”, eu, NOME DO PESQUISADOR PRINCIPAL, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.